

Margarida, Margaridas

Ana Paula Romão
de Souza Ferreira

EJ Editora
UFPB



MARGARIDA, MARGARIDAS



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitora MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ
Vice-Reitor BERNARDINA MARIA JUVENAL FREIRE DE OLIVEIRA



EDITORA DA UFPB

Diretora IZABEL FRANÇA DE LIMA
Supervisão de Editoração ALMIR CORREIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR
Supervisão de Produção JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS FILHO

CONSELHO EDITORIAL BERNARDINA MARIA JUVENAL FREIRE DE OLIVEIRA (Ciências Agrárias)
DAMIÃO PERGENTINO DE SOUZA (Ciências da Saúde)
ELIANA VASCONCELOS DA SILVA ESVAEL (Linguística, Letras e Artes)
FABIANA SENA DA SILVA (Interdisciplinar)
ILDA ANTONIETA SALATA TOSCANO (Ciências Exatas e da Terra)
ÍTALE DE SOUZA AQUINO (Ciências Agrárias)
MARIA DE LOURDES BARRETO GOMES (Engenharias)
MARIA PATRÍCIA LOPES GOLDFARD (Ciências Humanas)
MARIA REGINA VASCONCELOS BARBOSA (Ciências Biológicas)

Ana Paula Romão de Souza Ferreira

MARGARIDA, MARGARIDAS

Memória de Margarida Maria Alves (1933-1983)
através das práticas educativas das Margaridas

João Pessoa
Editora da UFPB
2017

Direitos autorais 2017 – Editora da UFPB

Efetuada o Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À EDITORA DA UFPB

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio.

A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do autor.

Impresso no Brasil. *Printed in Brazil.*

Projeto Gráfico	EDITORA DA UFPB
Diagramação	Jerfson Oliveira
Revisão de Texto	Gregório Pereira

Catálogo na fonte:
Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba

M528h Ferreira, Ana Paula Romão de Souza.
Margarida, Margaridas: memória de Margarida Maria Alves (1933-1983) através das práticas educativas das Margaridas / Ana Paula Romão de Souza Ferreira. - João Pessoa: Editora da UFPB, 2017.
164 p. : il. - (Coleção Nordestina, 97)
ISBN: 978-85-237-1274-7
1. Alves, Margarida Maria, 1933-1983, - Memórias.
2. Mulheres Camponesas – Movimento Sindical. 3. Movimento Feminista. 4. Práticas Educativas. 5. Movimentos Sociais - Paraíba. I. Título.

UFPB/BC

CCDU: 82-94

EDITORA DA UFPB Cidade Universitária, Campus I - s/n
João Pessoa – PB
CEP 58.051-970
<http://www.editora.ufpb.br>
E-mail: editora@ufpb.edu.br
Fone: (83) 3216.7147

Editora filiada à:



*Onde pisa uma mulher,
Há sentimento,
Onde pisam duas mulheres
Há determinação,
Onde pisam três mulheres,
A organização nasce,
Mas quando mais mulheres se juntam
E pisam a terra firme,
Germina a esperança.
Já é possível planejar a colheita
Da safra de Um Mundo Novo*

(Sandor Sanches)

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai Antônio (in memoriam), à minha mãe Elidriana Geralda Romão (ex-trabalhadora rural) e aos meus irmãos Freud, Francisco e Alexandre, pelo que me ensinaram com seu exemplo de amor;

Aos pequenos Carol e Raul, razão e dádivas na minha vida – que a esperança de um mundo melhor preencha o nosso futuro;

Ao companheiro Wilson Aragão e à companheira Wilma Martins, principais incentivadores não apenas desse trabalho, mas da minha existência como mulher, pesquisadora e militante, a quem dedico esta dissertação; simplesmente, amo vocês;

Ao Prof. Dr. Charliton Machado, meu orientador, pela sensibilidade e militância na temática das relações de gênero em suas práticas de escrita e no seu cotidiano;

À Professora Rosa Godoy, pelas lições de pesquisa, de cidadania, de vida e de História;

Às companheiras do Movimento de Mulheres Camponesas, pela força de continuar lutando com tantas dificuldades; em especial, à companheira Maria da Soledade, que em muito contribuiu para essa realização;

Ao Professor Jarry Richardson, em nome do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB;

A todos/as com quem participei no movimento estudantil, sobretudo aos que aprenderam que as transformações estão para além das cercas das escolas e universidades;

Ao Fórum de Mulheres da UFPB e às novas conquistas;

À Central Única dos Trabalhadores (CUT-PB);

Ao companheiro Frei Anastácio, pela sua trajetória de luta na CPT, e aos companheiros Luís Couto e Rodrigo Soares, em nome do Partido dos Trabalhadores (as);

Aos demais colegas do mestrado, pelo que vivenciamos de encantos e desencantos na busca não apenas do título, mas de sólidos referenciais em nosso aprofundamento acadêmico e societário;

A Júnior Targino e a Paulo Sérgio;

Ao Magnífico Reitor da UFPB, Rômulo Polari, e à Vice-Reitora, Maria Yara, exemplos de gestores comprometidos.

À Fundação Ford e à Fundação Carlos Chagas, pelo investimento através do Programa de Bolsas de Pós-Graduação em Ação Afirmativa.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

No corpo de margarida, as pétalas feridas da nação 11

CAPÍTULOS

I • INTRODUÇÃO PESQUISA ENRAIZADA

Terra que dá fontes e pesquisadora(es) que
semeia(m) 17

II • DA LUTA ELAS NÃO FOGEM:

O movimento feminista de mãos dadas com
a Nova História Cultural e com os novos
movimentos sociais 29

III • DO PÉ QUE PLANTOU MARGARIDA...

Muitas Marias, Joanas, Raimundas e Diolindas
nasceram 69

IV • POR QUE LEMBRAR DAS FLORES?

O pioneirismo feminino camponês como fonte de
aprendizagem: novas recordações 95

V • CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 133

REFERÊNCIAS..... 140

ANEXOS..... 147

NO CORPO DE MARGARIDA, AS PÉTALAS FERIDAS DA NAÇÃO

Wilma Martins de Mendonça

*Sou a espiga e o grão fecundo que retornam à terra.
Minha pena é a enxada do plantador, é o arado que
vai sulcando para a colheita das gerações.*

Cora Coralina¹

No dia 12 de agosto, do ano de 1983, novos tiros, novas mortes assombraram o mundo camponês brasileiro. Desta feita, atingiriam a Presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande (PB), Margarida Maria Alves, assassinada, covarde e barbaramente, pelos senhores de terras do Brejo paraibano. Seus algozes seriam amparados pela justiça paraibana, permanecendo impunes até os dias de hoje.

O crime hediondo e brutal, que ceifou a vida da líder camponesa, chocou a população do nosso Estado e do Brasil. Os trabalhadores, de maneira geral – rurais e urbanos – os intelectuais, os jovens estudantes se uniam à voz dos sacerdotes e das freiras das Comissões Pastorais da Terra (CPTs) num canto uníssono e lastimoso: “Mataram mais um irm@o.” A Teologia da Libertação, ou Teologia da “Enxada”², como ficou conhecida essa Teologia no Nordeste, lamentava e clamava, com firmeza, por justiça e paz no campo. Também se ouvia, como um réquiem incessante, o refrão da prece do hino católico, “Prova de amor maior não há que doar a vida pelo irmão!”³, o cântico sagrado preferido por Margarida Maria Alves.

A repercussão da irreparável atrocidade, contra Margarida Maria Alves, adquiria uma extensão inusitada, similar à alcançada

pelo assassinio do líder das Ligas Camponesas de Sapé (PB), João Pedro Teixeira, vítima de uma torpe emboscada, arquitetada pelos senhores de terras de Sapé e de suas redondezas, isto é, do Brejo da Paraíba, em 1962. Em meio ao costumeiro silêncio das autoridades do Estado, ou de sua discursividade perpassada pelo sofisma, se contraporía a voz indignada e exigente de justiça, repleta de empatia pelos camponeses, do Deputado Estadual, Raymundo Asfora (1930-1987)⁴.

A importância das Ligas Camponesas, com a imolação de seu líder e a extraordinária presença feminina de Elizabeth Teixeira, que assumira a luta do esposo assassinado,⁵ povoaria a imaginação dos camponeses e das camponesas nordestinas, despertando grande interesse dos agricultores/as de Alagoa Grande e, em contrapartida, a hostilidade da Igreja local, como se afere do discurso de Margarida, transcrito por Ana Paula Romão de Souza Ferreira:

Eu me lembro que, em 1962, quando o sindicato foi fundado, se falava muito nas Ligas Camponesas, em jornada de trabalho, que o trabalhador trabalhava dez, onze, doze horas. As Ligas estavam falando a verdade. Mas o padre não dava apoio às Ligas. E como eu era muito religiosa, aí não fiquei com as Ligas. Mas sempre achando que as Ligas tinham razão (MARGARIDA apud FERREIRA, 2006, p. 71).

Coincidentemente, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande fora criado no ano do homicídio bestial do líder das Ligas Camponesas, na Paraíba. Vinte e um anos depois da emboscada que vitimou João Pedro Teixeira, a mesma infâmia seria utilizada para calar a voz potente e libertadora de Margarida Maria Alves. Mas, não calaria o brado do povo paraibano. O clamor das gentes paraibanas chegaria à Câmara Federal, numa contundente denúncia, que não apenas identificava a motivação

do homicídio, mas que também aludia aos culpados, num tom de cáustica indignação, através do discurso do então Deputado Federal da Paraíba, Raymundo Asfora. Em seu discurso, Asfora estabelece uma aproximação entre os antigos donos das sesmarias e os latifundiários do Nordeste. Ou seja: entre o trabalho escravagista e o trabalho no campo paraibano, nos anos Oitenta:

É a velha questão agrária, a luta entre agricultores, pela posse da sua gleba, e latifundiários, tão poderosos e tão mesquinhos no seu egoísmo, que já me levaram certa vez a reeditar o ironista e declarar que, se eles fossem proprietários do sol deixariam o universo às escuras. Eles, os donos das sesmarias mergulhadas no Nordeste, não querem que os camponeses sobrevivam (ASFORA, 1983)⁶.

Esse triste episódio motivaria a elaboração do livro *Margarida, Margaridas: memória de Margarida Maria Alves (1933-1983)* através das práticas educativas das Margaridas, obra escrita por Ana Paula Romão de Souza Ferreira, publicada em 2006. Essa publicação demonstra, de forma inequívoca, que Margarida Maria Alves continua viva nas lembranças paraibanas, como figura feminina exemplar, na ininterrupta construção de um mundo sonhado pelos camponeses e camponesas da Paraíba, para o nosso Estado e para o nosso país.

Através das lentes da memória coletiva, a escritora, sem se deter apenas no episódio sangrento, traça, em semblante inteiro, as feições de Margarida Maria Alves: mulher, camponesa, sindicalista, militante, feminista, ao seu modo, e senhora de um profundo sentimento religioso e de justiça. Aí, reside a originalidade da obra de Ana Paula Romão, leitura indispensável aos que desejam conhecer a ação, ousadamente libertária, de Margarida Maria Alves, espremida e acossada pelos latifundiários,

donos absolutos de homens e de imensos canaviais, mas não da consciência da líder camponesa de Sapé:

No contexto da sua intervenção, Margarida foi capaz de ir além dos chamados limites femininos. Em seu comportamento, manifestou a ideia de romper com a esfera do mundo privado e estender-se para a esfera do mundo público, na Igreja, no sindicato, e no partido político. Essa confluência de ações e saberes lhe forneceria a capacidade de questionar a violência provocada pelo latifúndio. Não se considerava feminista, mas acreditava na contribuição do feminismo para o entendimento das opressões que fustigavam as mulheres, bem como, sabia que o feminismo apontava táticas, não apenas para amenizar essa opressão, mas até mesmo para aboli-la (FERREIRA, 2006, p. 121)

O sangue, que escorreu da face de Margarida, fecundou a terra e dela surgiram, ainda tintas e lívidas de dor e de assombro, outras margaridas, como tão bem enfatiza a escritora, ao longo de seu livro. Como na passagem bíblica, da multiplicação do pão e do vinho, do chão brasileiro germinaram uma profusão de novas margaridas, para o encanto das novas gerações e para a continuidade da luta, em busca de uma nova nação. Margarida retornou à terra, mas ressurgiu como uma espiga fecunda, em meio a um arado onde se cultiva a dignidade e o direito de plantar os grãos que alimentam a nação.

NOTAS

- 1 CORALINA, Cora. A gleba me transfigura. In: -----, Melhores poemas: seleção de Darcy França Denófrio. São Paulo: Global, 2004, p. 330-333.
- 2 COMBLIN, Jose. Teologia da Enxada: uma experiência da Igreja no Nordeste. Petrópolis: Vozes, 1977.
- 3 Composição do Pe. José Weber (1932), doutor em música que auxiliava a CNBB, na área sacra musical.
- 4 O pronunciamento do então Deputado Estadual, Raymundo Asfora, feito no calor da hora, foi taquigrafado, originalmente, pelo jornalista Hélio Zenaide. Em 1989, o também jornalista, Severino Ramos, o incluiria em seu livro, Marcado para morrer: a saga das Ligas Camponesas de Sapé e a morte de seu líder João Pedro Teixeira, publicado pela editora pessoense, Grafset, em 1989.
- 5 BANDEIRA, Lourdes et ali (Org.). Eu marcharei na tua luta!: a vida de Elizabeth Teixeira. João Pessoa: UFPB, 1997.
- 6 O discurso do Deputado Federal, Raymundo Asfora foi proferido na Câmara dos Deputados, em Brasília, no dia 15 de agosto, de 1983.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

PESQUISA ENRAIZADA

Terra que dá fontes
e pesquisadora(es) que semeia(m)



A necessidade dessa publicação MARGARIDA, MARGARIDAS veio dos anseios de muitas pessoas, em decorrência das comemorações sobre a memória de Margarida Alves, nesse mês de agosto de 2006, em especial, do companheiro Wilson Aragão¹, que me incentivaram e participaram desde o primeiro momento da ideia de registrar a trajetória de Margarida Maria Alves. Aqui, o(a) leitor(a) não encontrará mero registro biográfico da líder sindicalista, mas da mulher Margarida Alves que possuiu complexidade em toda sua trajetória de vida e luta(s).

Aos 23 anos da morte da camponesa, que foi arrancada, brutalmente, da luta sindical, da luta das mulheres, da luta por educação meio aos camponeses, a presidenta do sindicato rural de Alagoa Grande, Margarida Maria Alves, foi desencadeada uma onda de manifestações que se propagou pela Paraíba, atingindo todo o país.

Desde 1983, anualmente, os trabalhadores (as) do campo relembram, no dia 12 de agosto, a figura de Margarida Alves. Ao mesmo tempo, denunciam impunidade dos seus assassinos, a renitente violência no campo, em meio aos discursos em defesa da Reforma Agrária, instituindo o dia 12 de agosto como *o Dia Nacional Contra a Violência no Campo e pela Reforma Agrária*.

As inquietações sobre este estudo surgiram, em 1999, da convivência como militante no movimento de mulheres e dos desdobramentos da condição de pesquisadora no Núcleo de

1 Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB, da linha de movimentos sociais e ex-presidente da CUT-PB.

Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), da Universidade Federal da Paraíba.

A opção pelo tema nasceu ainda no período da nossa formação no Curso de Licenciatura Plena em História e participação no projeto *Modernização Agrícola na Paraíba – 1ª e 2ª Partes*, vinculado ao grupo de trabalho *Questão Agrária*, orientado pela profª Drª Rosa Maria Godoy Silveira e executado pelo NDIHR.

Esse contato com a pesquisa resultou na monografia de final de curso *Descolonização e Lei de Terras em Cena: A Constituição Fundiária do Município de Souza–PB*, um estudo de caso que tentou responder questões acerca das ocupações, demarcações e conflitos agrários no período imperial da história da Paraíba, em especial no município de Souza. Esse estudo representou rica experiência no campo do aprendizado da investigação científica, despertando, naquela circunstância, inquietação para continuar a pesquisar sobre os estudos agrários e camponeses.

Da ideia de prosseguir com as investigações no referido campo de estudo, veio à tona a relevância de que a centralidade dessa nova investida poderia ter recorte mais recente, possibilitando produção a ser compartilhada com o movimento de mulheres camponesas. Já nesse momento, surgiam indícios de várias questões de pesquisa, tais como: até que ponto os movimentos de luta pela reforma agrária percebiam o papel das mulheres?; e, principalmente, qual a contribuição da memória das primeiras camponesas ao movimento de mulheres, na atualidade? Mesmo com o dilema sobre qual seria o problema da pesquisa, uma opção estava delimitada, ou seja, o território conceitual de gênero.

Nesse sentido, faz-se necessário enfatizar que nossa participação na Marcha das Margaridas,² já em 1999, na condição de militante do movimento de mulheres (urbana), proporcionou

2 A Marcha das Margaridas ocorre anualmente, desde 1999, e homenageia Margarida Maria Alves, além de clamar por justiça contra a violência no campo.

maiores leituras e o despertar para onde deveria canalizar a opção de luta e de estudos.

Esse movimento que unifica a luta das mulheres do campo e da cidade, e que passou a ganhar grande destaque no cenário nacional, e compartilha, além disso, da Marcha Mundial das Mulheres³, um movimento social que reunia (reúne) mulheres, feministas ou não, e que, além de atualizar o debate e as bandeiras do movimento de mulheres, tem como símbolo fundamental o combate à violência contra a mulher e à pobreza mundial, demarcando a luta das mulheres, pelos recortes de gênero e de classe.

Nessa vivência, ficou mais nítida a aproximação real dos conflitos sociais de gênero que se refletiam diretamente na minha vida, como a opressão vivenciada na família, nos espaços políticos e acadêmicos. Aliás, mesmo na academia, percebe-se que esta incorpora, ainda hoje, cultura de aptidões diferenciadas para homens e mulheres, pois, como diz Perrot (1998, p.17), em sindicatos, partidos e universidades, prevalece o entendimento de que “cabe ao homem: o cérebro, a inteligência, a razão lúcida e a capacidade de decisão. E à mulher: o coração, a sensibilidade e os sentimentos”, a conformidade com os princípios filosóficos do positivismo. Consequentemente, nesses espaços, defendemos que razão e emoção são indissociáveis entre mulheres e homens e que é possível ousar nova cultura de respeito às diferenças, de solidariedade, de afetividade e de busca por sociedade igualitária.

Submergida cada vez mais nesse cenário, almejava o amadurecimento no campo ideológico, quando este já bradava por outro estágio de militância: o aprofundamento acadêmico, que fora consequência de dois momentos distintos e complementares.

O primeiro, a partir da inquietação política, advinda do movimento estudantil, da militância partidária, atuando no Partido dos Trabalhadores (PT), e do engajamento na luta por

3 A Marcha Mundial das Mulheres é realizada desde 1995 e aglutina várias organizações de mulheres.

políticas públicas que atendessem às desigualdades de gênero, que se iniciaram em trabalhos desenvolvidos no Centro da Mulher 8 de Março⁴.

O segundo momento, no âmbito acadêmico. Ao concluir a graduação em História, no ano de 2002, continuei a pesquisar em bibliotecas e arquivos públicos, na busca de fontes primárias sobre mulheres camponesas. Encontrei em alguns acervos, a exemplo do NDIHR, e no sindicato de Alagoa Grande (região do Brejo paraibano) informações sobre o trabalho do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMT). Tais experiências clarearam o tema e o objeto de pesquisa a serem desenvolvidos.

A intenção de trabalho começava a se materializar na direção de pesquisa sobre a vida de três mulheres baluartes na luta pela terra, na Paraíba: Elizabeth Teixeira, Margarida Maria Alves e Maria da Penha Nascimento. Do ponto de vista teórico e prático, pairavam várias dúvidas; uma delas, a responsabilidade de continuar a investigar estas biografias, valendo-nos da concepção de biografia,⁵ da análise de Moraes:

Tentar compreender uma vida, ou vidas é também munir-se de cuidados para não se cair no senso comum de percebê-la como uma trajetória, um percurso orientado com princípio, meio e fim, como um deslocamento linear, unidirecional. Mas, perceber a sociedade em que esteja inserida, e a estrutura das relações objetivas, que permeiam o contexto social, ora em análise. (MORAIS, 1999, p. 05).

4 A ONG Centro da Mulher 8 de Março foi criada em 1990 e atua no combate à violência contra a mulher, na formação política e saúde reprodutiva, na cidade de João Pessoa - PB.

5 Essa posição sobre o fazer biográfico inspira-se em Pierre Bourdieu e é adotada na Base de Pesquisa Gênero e Práticas Culturais: abordagens históricas, educativas e literárias, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, coordenada pela profa. Dra. M^a Arisnete Câmara de Moraes

A produção sobre a história de mulheres, na Paraíba, mesmo ainda considerada tímida, tida na área da Educação como tema emergente, dava-se dentro e fora da academia, na medida em que não se limitava apenas aos registros de cunho biográfico.

Fora do espaço acadêmico, essa tarefa foi assumida pelas Organizações Não-Governamentais (ONGs) que trabalhavam com Gênero e Direitos Humanos e que, mesmo sem ter a pretensão de rigor acadêmico, produziram, em pequenos folhetos, livros e documentários (vídeos de curta duração com entrevistas), registros importantíssimos de mulheres camponesas e mulheres de baixa renda no setor urbano, ou seja, com a perspectiva de registrar e afirmar o protagonismo feminino.

Na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), algumas pesquisadoras, também militantes e fundadoras do primeiro grupo de mulheres da Paraíba, o Maria Mulher, assessoravam e historiavam as condições de vida das mulheres camponesas, com extrema profundidade teórica, pois traduziram a história viva, a partir da convivência e do companheirismo da luta; sofreram juntas muitas indignações, contra o latifúndio e o machismo. Tudo foi luta e dor, até que as verdadeiras intelectuais orgânicas, como diria Gramsci, registrassem essa história.

Um destes exemplos foi a publicação conjunta *EU MARCHAREI NA TUA LUTA: A Vida de Elizabeth Teixeira*, de BANDEIRA, MIELE e SILVEIRA (1997), entre outros trabalhos. O estudo expressou não apenas as marcas da vida e atuação da mulher Elizabeth Teixeira nas Ligas Camponesas, mas demarcou, também, um registro que, para muitos sujeitos dos movimentos sociais, significaria contribuição da memória coletiva na construção do paradigma de lutas.

Além disso, a obra contribuiu para compreensão histórica da pioneira das pioneiras que, aos 80 anos, continua fazendo história e fluindo, decisivamente, na formação da juventude e das mulheres na luta por reforma agrária e contra as injustiças

que se impõem aos excluídos. Daí o nosso anseio de beber nessas fontes.

No caso da nossa pesquisa, outra dificuldade foi delimitar a questão central do estudo, no qual passaríamos a analisar as práticas de uma dessas lideranças, objetivando compreender como, a partir de sua história de vida, essas representações estariam sendo absorvidas no movimento de mulheres camponesas.

Definida nossa proposta de análise, buscamos percorrer as seguintes categorias: gênero e memória coletiva, na perspectiva da educação popular, focalizando a líder sindical Margarida Maria Alves (1933–1983). A escolha dessa líder sindical justifica-se pela sua contribuição histórica em defesa dos direitos trabalhistas e da luta das mulheres camponesas, algo constatado devido à vasta produção documental encontrada nos últimos 20 anos.

Reforçando essa perspectiva, formou-se o Movimento de Mulheres do Brejo (MMB), três anos após a morte de Margarida Alves, em 1986, na cidade de Alagoa Grande. Desde 1994, essa organização se uniu a outra da região: o Movimento de Mulheres Trabalhadoras (MMT), ampliando o seu leque de atuação para 9 (nove) municípios paraibanos. Elas têm exercido trabalho voltado para educação das mulheres na perspectiva teórica feminista, objetivando formação de quadros militantes, contribuindo com a pesquisa desenvolvida, entre outros meios, através da história oral.

Dessa forma, nossa perspectiva teórica e metodológica se baseou nas seguintes etapas:

- Etapa Teórica: pesquisa bibliográfica, que tem como referência teórico-metodológica a Nova História Cultural (Roger Chartier; Michelle Perrot, entre outros). A produção da investigação busca cotejar o conhecimento, na perspectiva da *história vista dos de baixo* com o conhecimento no campo da literatura feminista e da Educação Popular.

- Fontes Primárias e Secundárias: A análise contextual foi constituída a partir da leitura dos escritos de Margarida Maria Alves, presentes em documentos, a exemplo dos relatórios dos sindicatos (onde atuou); relatórios de Comissões Parlamentares de Inquérito, em que ela prestou depoimento sobre a violência no campo; análise de atas do MMT (Movimento de Mulheres do Brejo), fotografias, e outras práticas de escritas, a exemplo da composição musical.
- Pesquisa Participante: trata-se do diálogo entre trabalhadores (as) rurais, sindicalistas, religiosos e feministas sobre como foi incorporado o conjunto de ações educativas e pedagógicas da referida liderança no seio desses movimentos.

Mas, dentro e para além dos muros da Universidade, nossa aproximação do movimento de mulheres permitiu aprendizado cotidiano. Isso nos oferecia oportunidade de acompanhar algumas reflexões sobre atual conjuntura do movimento das mulheres, ao mesmo tempo em que nos aproximava de trabalhos de outras(os) pesquisadoras(es) com temáticas afins.

Outras produções similares ao nosso estudo se aproximavam de uma linha acadêmica centrada nos movimentos sociais, a exemplo do professor Machado, que teve sua tese de doutoramento (2001) defendida pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), hoje transformada no livro *A dimensão da palavra: práticas de escrita de mulheres* (2005). Nesse contexto, retratou história de vida de mulheres que viveram no município de Nova Palmeira – PB e participaram ativamente de movimentos populares. Esse pesquisador estabeleceu seu trabalho, nas linhas de movimentos sociais e fundamentos, no Programa de Pós-Graduação em Educação – UFPB, e grupo de pesquisa na área de gênero, do qual participo desde 2002.

Dessa forma, nossa história de vida e a relevância da temática apresentada foram decisivas para que fosse selecionada com bolsa de estudos pela Fundação Ford, em seu programa de Ação Afirmativa para as Minorias Sociais (afro-descendentes, mulher, nordestinas/os, etc.) que ingressam na Pós-Graduação, possibilitando esta investigação que, desde então, passa a ser concretizada.

Portanto, na presente pesquisa almejam-se resultados que sintetizem estudo das memórias individuais e coletivas, apontando suas mais variadas facetas de representações, correlacionadas umas às outras. Representações cujo elo seja preponderância do olhar sobre *práticas*, experiências, ou seja, um olhar a mais nas temáticas de gênero, história e educação, em sua contribuição aos movimentos sociais, com tarefa de possibilitar, quem sabe, outras sementes, para que novas investigações possam ser plantadas.

Nesse primeiro capítulo, *Introdução – Pesquisa Enraizada*, destacamos delimitação do nosso objeto de estudo, a partir de duas dimensões: motivações e inquietações pelo tema entrelaçada à história de militância e nosso contato com outros/as pares de pesquisadores/as sobre a temática de gênero, e apresentamos condução da opção metodológica adotada.

No segundo capítulo, *Da luta elas não fogem*, abordamos algumas leituras acerca das concepções do feminismo e de outros enfoques sobre o movimento de mulheres, em sua relação com os pressupostos teórico-metodológicos da Nova História Cultural e o desempenho dos novos movimentos sociais na atualidade. Discutimos antecedentes e trajetória do sindicalismo rural e o papel das mulheres atuantes em duas frentes de trabalho: movimento sindical rural e movimento de mulheres.

No terceiro capítulo, *Do pé que plantou Margarida, muitas Marias, Joanas, Raimundas e Diolindas nasceram...*, a pesquisa percorre a configuração do lugar que a líder sindical Margarida Maria Alves atuou em suas práticas políticas e adversidades

confrontadas por ela em outras mediações, como família, Igreja e sindicato. Apresentamos detalhes sobre dimensão da vida pública e privada e suas posições assumidas frente à contextualização do cenário em que estava envolvida na década de 1970 até 1983, quando ocorreu seu assassinato, além de destacar seu papel na luta por educação no meio rural.

No quarto capítulo, *Por que lembrar das flores*, apresentamos como contribuição a novas recordações algumas reflexões sobre outras expressões femininas camponesas, Elizabeth Teixeira, das Ligas Camponesas, e Maria da Penha Nascimento, do movimento sindical rural e do movimento de mulheres. Além disso, percebe-se como a memória de Margarida ficou registrada através de várias fontes, a exemplo das notícias de jornais, poesias, música e da história oral para outras contemporâneas de atuação sindical camponesa, *as Margaridas*, que vêm desenvolvendo suas práticas educativas e de liderança.

CAPÍTULO II

DA LUTA ELAS NÃO FOGEM:

O movimento feminista de mãos dadas com
a Nova História Cultural e com os novos
movimentos sociais



Os Movimentos Feministas

Promover breve discussão sobre movimento feminista, e suas relações com outros pressupostos acerca do movimento de mulheres, se faz necessário para entendimento de um conjunto de práticas sociais, absorvidas ou questionadas por sujeitos sociais, que refletem acerca das relações de gênero.

Do mesmo modo, apreender como essa discussão vem sendo tratada do ponto de vista histórico e sociológico, para então, nos próximos momentos, perceber como esse debate vem sendo levado ao conjunto da sociedade através da educação formal e informal, na perspectiva dos movimentos sociais.

Entende-se que o conceito de *gênero* se desvencilha da centralidade conceitual do patriarcalismo, justificado pelo fato de o estudo das relações de gênero considerar outras nuances e novos focos de debates e de reflexão teórica, compreendendo estudo das relações de gênero como parte de conjunto complexo das relações sociais. Porém, trataremos, nessa discussão, relações de desigualdades de gênero, considerando aporte de Scott (1992), na intenção de contribuir com a história das mulheres:

A emergência da História das mulheres como um campo de estudo acompanhou as campanhas feministas para a melhoria das condições profissionais e envolveu a expansão dos limites da história. Mas esta não foi uma operação direta ou linear, não foi simplesmente uma questão de adicionar algo que estava anteriormente faltando.

Em vez disso, há uma incômoda ambiguidade inerente ao projeto da história das mulheres, pois ela é ao mesmo tempo um suplemento inócuo à história estabelecida e um deslocamento radical dessa história. (SCOTT, 1992, p.75).

Essa breve discussão se pautará pelas posições sobre a origem do patriarcalismo e de como movimentos feministas vêm encarando esse debate, sobretudo na perspectiva histórica em sua prática militante, para depois compreendermos novo olhar sobre a história da mulher Margarida Maria Alves, e se essa história estabeleceu, ou não, *deslocamento radical*.

Para Toscano (1992, p.17), retomar o fio da história do feminismo não deve ser entendido como episódio que “a semelhança das guerras e das biografias pessoais tem suas datas extremas facilmente identificáveis”. Sabemos, no entanto, que para considerar feminismo como fato social significativo, até sua afirmação como movimento social, devemos ponderar na perspectiva de duas análises:

A primeira refere-se ao número de atores sociais envolvidos e à influência de tais atores no campo das relações, sejam elas de natureza política, ideológica, econômica ou social, e a segunda diz respeito à importância desse fato para o conjunto da sociedade, como desdobramentos das mudanças nas relações interpessoais. (TOSCANO, 1992, p.17).

Entender essas duas análises dentro do processo histórico possibilita, ao mesmo tempo, compreender o *fio da história* e as várias formas de registros sobre conceituação do feminismo e dos seus desdobramentos, tanto na perspectiva acadêmica quanto na ótica do movimento feminista.

Um desses olhares, segundo Toscano (1992, p.18), coloca de forma sistemática a seguinte formulação: “o movimento feminista denota uma ação organizada de caráter coletivo que visa mudar a situação da mulher na sociedade, eliminando as discriminações a que ela está sujeita”. Esse olhar foi colocado quando da proposta de se produzir balanço do feminismo no Brasil em 1992 e tornar-se mais ou menos consensual dentro do movimento, uma vez que diferenças mais explícitas estão no campo das estratégias adotadas por essa análise.

Essa avaliação foi discutida por algumas feministas, a exemplo de Toscano e Goldenberg, que debateram o percurso dos movimentos organizados por mulheres:

O feminismo, enquanto movimento organizado, aparece, entre nós, na segunda década do século XX e se expressa, no primeiro momento, na reivindicação pelo direito ao voto. Até então, essa bandeira só havia sido levantada, em caráter muito excepcional, por uma ou outra mulher de ideias mais avançadas, como foi o caso de Nísia Floresta (1810 –1885). (TOSCANO, 1992, p.25).

Concomitantemente ao movimento pela reivindicação ao voto, os primeiros passos do movimento feminista no Brasil resgatam imagem de Nísia Floresta, uma das maiores representantes, no séc. XIX, pelo acesso das mulheres à educação e ao sufrágio. Conforme Louro (2002), ainda naquele século, o magistério iria se transformar em trabalho de mulher, com a construção das escolas normais. O sentido que se impregnava na sociedade era de que o magistério passava a ser encarado como extensão da maternidade.

No início do séc. XX, a partir das ideias de Nísia Floresta e da chamada *feminização do magistério*, formavam-se professoras primárias em série, algo que simbolizava *status* de representação da mulher pública. A partir daí, inicia-se reflexão pelo acesso à

educação em todos os níveis, já que elas só conseguiam ir além quando detinham alto *status* social e apoio familiar para concluir os estudos na Europa, em seguida, a luta pelo direito ao voto.

Foram decisivas, nessa abertura da chamada *primeira onda* do movimento feminista, as ideias de Bertha Lutz (1894–1976), bióloga que, influenciada pela imagem do movimento feminista da Europa e dos EUA, juntamente com outras mulheres, organizava movimento sufragista e com ele a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (1922).

Depois, surgiram outras instituições, a exemplo da União Feminina de Mulheres Universitárias (1929); Cruzada Feminista Brasileira (1931); Obra de Fraternidade da Mulher Brasileira (1934) e União Feminina do Brasil (1935). Essa última contava com nomes como Eugênia Álvaro Moreira, Maria Wernec, do Partido Comunista Brasileiro, e Norma Muniz, do Partido Trotskista. Para Toscano (1989), estes foram movimentos típicos de mulheres da alta sociedade brasileira. Mesmo com presença de algumas mulheres de classe média, ligadas a partidos de esquerda, essas organizações não tinham por objetivo questionar a ordem:

Esse primeiro momento do feminismo organizado e atuante não se caracterizava por ser revolucionário ou abertamente contestatório. Ao contrário, na maior parte dos estatutos dessas organizações, vem registrada a sua intenção de manter-se fiel aos princípios da ordem e harmonia social. (TOSCANO, 1989, p.29).

Contudo, fora dessas instituições, existia movimento feminista anarquista, que, nesse contexto, simbolizava correntes contestatórias e já colocava, na pauta do feminismo, discussão da opressão sexual à qual mulheres e homens estavam submetidos. Esse movimento questionava, também, essas instituições de mulheres, por se pautarem em valores burgueses. Inclusive, não concordava

com a campanha pelo sufrágio universal, denunciando que as mulheres iriam contribuir com o poder oligárquico vigente no país, uma vez que, para elas e para a própria ideologia anarquista, as transformações necessárias não podiam ser pautadas através das instituições, como Poder Executivo, Parlamento e Judiciário.

Aliás, essa opção não-contestatória às oligarquias, por parte de alguns movimentos feministas, inclusive da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (1922), liderado por Bertha Lutz, já tomava contornos quando instituída em sua denominação a terminologia *Progresso*, como forma de incorporar visão positivista e, conseqüentemente, perspectiva liberal. Assumiam, então, discursos que oscilavam entre Estado progressista e conservador, mas caminhavam na contramão da clara influência de ideias que ocorria no país, a exemplo da criação do Partido Comunista Brasileiro (1922), da Semana de Arte Moderna (1922), do Tenentismo (1922–1924) e da Coluna Prestes (1924 – 1927).

Já na *segunda onda* do movimento feminista no Brasil, eclode, na década de 1960, o chamado *novo feminismo*. É quando passa a ser abordada revolução de contestação, inclusive no campo sexual, demarcada pela descoberta da pílula anticoncepcional. Não é mais momento de se criarem novas instituições, mas ousar, transgredir padrões da época. Essa inspiração norteadora tinha origem nas contribuições da obra de Beauvoir (1908–1986), *O segundo sexo* (1948).

A condição feminina, para Beauvoir (1980), fora analisada em todas dimensões: sexual, psicológica, social e política, no sentido de demarcar libertação da mulher e do homem. Coloca-se, portanto, uma série de debates e produções teóricas que culminam com mais força para o movimento. A partir de então, mesmo considerando a escrita, discursos e práticas sociais de outros ensaios, *O segundo sexo* representa análise exaustiva do que se convencionou chamar de *patriarcalismo* e suas conseqüências para mulheres e homens.

O movimento feminista, nos anos 1980, que então se dividia de forma mais contundente entre feminismo liberal e feminismo socialista, passa a refletir mais quanto à própria organização interna e diverge sobre quais concepções de enfrentamento deverão se dar na luta contra o *patriarcalismo*.

Na perspectiva do feminismo socialista, o patriarcalismo e o capitalismo – seu gestado/gestor – são faces da mesma moeda, conforme identificado como ponto de partida do chamado *fio da história* da origem da opressão da mulher, explicitado por Engels (1820-1895), em seu trabalho *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (1884).

Engels defendeu que as diferenças sexuais que, supostamente, determinavam as relações de gênero, não eram frutos de processo biológico, mas sim diferenças culturais, e que o fim da poligamia exercido pelas comunidades primitivas iniciava o nascimento da família patriarcal e, com ela, o direito à herança e à propriedade privada.

Sua análise percebe a mulher em três fases históricas, a se considerarem: a primeira, demarcada pela sociedade sem classes, em que as mulheres estariam em posição dominante (matriarcado original); a segunda, nas sociedades de classes ainda não capitalistas, em que mulheres estariam na condição de escravas, tendo como único papel o espaço dedicado à reprodução doméstica; e, terceiro, no Estado capitalista, onde mulheres seriam reinseridas na produção, tendo base para sua emancipação, mas, ao mesmo tempo, sendo explorada, duplamente, no mundo doméstico e fora dele.

Para essas feministas, era inegável a contribuição de Engels, mas algumas análises discorreram sobre equívocos do papel da mulher em sua visão. Para Vinteuil (1989, p.09), “Engels foi prisioneiro das descobertas etnológicas da sua época, muito mais limitadas do que aquelas de que nós dispomos, assimilou duas realidades que de modo algum são iguais: a matrilinearidade e o

matriarcado”. Em suas releituras, Vinteuil afirma que uma diferença básica seria o fato de, mesmo nas sociedades mais arcaicas, em que seu funcionamento se respaldava pela descendência matrilinear, tal sistema conferia poder ao tio materno e não à mulher.

Depois, Vinteuil coloca que Engels estabelece sua perspectiva de divisão sexual do trabalho no mundo do trabalho primitivo, apenas pelo fato de o homem caçar e pescar e a mulher cultivar e coletar, o que requer ponderação: essa relação não era constante em algumas sociedades. A exemplo das tarefas de tecelagem e fiação, atividades típicas das mulheres foram desenvolvidas por homens, como os das tribos da África do Norte. Portanto, ele atesta que o que conta não é a natureza do trabalho, mas sim as relações sociais em cujo seio se realiza.

Outro ponto de que Engels não teria se dado conta, seria sobre o lugar da residência:

Segundo seja a forma, de se o marido quem vai residir com o clã da sua mulher (matrilocalidade) ou a mulher quem vai residir com o clã do seu marido (patrilocalidade), as relações de forças entre os sexos são completamente diferentes. A generalização da patrilocalidade marca primeiro, mais claramente, a derrota histórica do sexo feminino que a aparição da escravatura, do Estado, da patrilinearidade e da família patriarcal. (VINTEUIL, 1989, p.09).

O debate sobre representação da influência do lugar continua sendo mediatizado na atualidade e passa não apenas pelos tipos de relações de parentesco familiar, pois existem outros espaços a serem considerados nessa reflexão, como escola, partido, sindicato, etc. Deve-se considerar elementos como a força de trabalho empregada por homens e mulheres e sua relação com a apropriação coletiva. Também é válido conceber a afetividade como base essencial das relações.

Segundo Godinho (1989, p.39), a forma de a família patriarcal reproduzir valores reacionários da ideologia burguesa, determinando feitiço da divisão sexual do trabalho; divisão entre vida pública e privada; existência de dupla moral baseada na mercantilização das relações pessoais e o cultivo da violência do poder masculino são mecanismos centrais para exploração da mulher dentro do capitalismo, “embora a opressão das mulheres não tenha surgido com o capitalismo, foi assimilado por ele como um dos pilares de sua dominação”.

Ainda na década de 1980, os movimentos feministas passam a ter fortes debates acerca do que a industrialização capitalista provocou de abuso quanto à super-exploração das mulheres no mundo do trabalho, lhes acarretando dupla jornada de trabalho e acirrando competição das atividades masculinas. No debate acerca das estratégias dentro do movimento feminista existiu discussão acirrada quanto à natureza do foco das lutas.

Por um lado, as feministas de concepção liberal burguesa e algumas feministas não-socialistas, mas de atuação na esquerda política, defendem que a libertação da mulher depende apenas do seu enfrentamento direto ao modelo de família patriarcal. Visualiza-se, assim, como único opressor das desigualdades de gênero, apenas *o homem*.

Por distinto, há feministas socialistas e outros movimentos de mulheres não-feministas presentes em diversos movimentos sociais, que acham que a luta pela libertação das mulheres só será possível a partir de uma compreensão da luta contra desigualdades de gênero e de classes. Essas defendem, concomitantemente, auto-organização das mulheres, enfrentamento na luta contra o patriarcalismo e o capitalismo.

Somada a essas percepções, também há necessidade da reflexão da opressão de algumas mulheres sobre outras, a exemplo da representação das antigas senhoras de engenho em relação às escravas, das latifundiárias em relação às camponesas, das

empresárias em relação às operárias, das patroas em relação às empregadas domésticas e de outras que estiveram, de alguma forma, no topo da hierarquia em relação a outras mulheres.

Sobre o debate clássico, das divergências das estratégias do movimento, esse está estritamente ligado, do ponto de vista histórico, com os laços entre o movimento feminista e as concepções dos movimentos liberais e de esquerda. Teve seu início ainda na Revolução Francesa, quando da aprovação dos *Direitos da Mulher*, propostos por Gouges (1748–1793), marco fundamental das primeiras organizações das mulheres na sociedade ocidental e que contou com o apoio apenas de parte dos ditos revolucionários, que propuseram a *Declaração dos Direitos do Homem*, gerando outra discussão: a questão da inclusão ou não do parceiro *homem* na luta da emancipação da mulher, ou, então, em quais circunstâncias poderiam caminhar unidos nas mesmas fileiras de luta, já que o mesmo era, a um só tempo, juiz e parte da discussão.

Em outro contexto, nos primeiros anos de formação do Estado da União Soviética, logo após a revolução socialista de 1917, teve início substancial mudança no que diz respeito à situação da mulher, como direito ao divórcio, aborto e livre exercício da sexualidade, consolidados com o *Novo Código da Família*, aprovado em 1918, aspectos importantes contra a “dupla moral” existente anteriormente, sobretudo porque as mulheres vinham de situação dominada por forte tradição patriarcal, em que prevaleciam religiões que não admitiam mudanças tão radicais, como o cristianismo ortodoxo e o maometismo. Entretanto, essas conquistas foram abolidas quando Stálin teve acesso ao poder.

Desde Lênin, a maioria dos bolcheviques que assumiram o poder não via com nenhuma simpatia os desdobramentos da ascensão social e econômica da mulher. O que não impediu Alexandra Kollontai de tomar a si a tarefa de ela-

borar uma nova teoria da moral sexual, apoiando-se na metodologia marxista. Essa líder revolucionária tinha uma visão muito avançada do papel da mulher nas transformações rumo à sociedade socialista. Foi, contudo, com a ascensão de Stálin ao poder que teve início o grande recuo nas conquistas revolucionárias adotadas pelo Código da Família de 1918. (TOSCANO, 1999, pp.22-23).

Aquele contexto produziu o que mais tarde, em outras décadas do séc. XX, verificou-se nos espaços de esquerda, em especial, no movimento operário e sindical, em que feministas e outros movimentos de mulheres teriam que disputar voz, organização e direção, uma vez que já era visível o aumento no número de mulheres na força de trabalho, no acesso à educação e seu crescimento no espaço público, embora poucas vezes representadas em espaços de chefias e comando.

No entanto, mesmo a prática da dominação masculina persistindo, vale salientar incorporação das reivindicações do movimento das trabalhadoras no tocante à exploração da mulher. Como atesta Godinho (1989, p.19): “Já não é mais estranho que um dirigente sindical ou político faça referência, em seu discurso, à maior opressão e exploração das mulheres no trabalho e mesmo à dupla jornada”, embora, ainda na década de 1980 e no contexto da eclosão do novo sindicalismo, se tenha tido muita dificuldade de compreender necessidade da luta pela libertação das mulheres como aspecto específico da luta dos trabalhadores:

Mesmo a vanguarda do movimento, os setores mais politizados do PT e da CUT, tem tido dificuldades de compreender a necessidade da luta pela libertação das mulheres [...] e incorporar o feminismo como um elemento da luta pela construção do socialismo. Essas dificuldades relacionam-se fundamentalmente a dois as-

pectos. Em primeiro lugar, à não compreensão efetiva do papel ativo da ideologia patriarcal – os valores, a moral, a educação, etc – jogam na manutenção não apenas da opressão das mulheres, mas na dominação capitalista sobre a classe trabalhadora como um todo. O segundo aspecto relaciona-se ao papel que os homens desempenham nesta opressão, por obterem privilégios materiais, pessoais, afetivos, sexuais, etc, decorrentes da subordinação das mulheres (GODINHO, 1989, p.19).

A distinção entre teoria e prática fizera-se constante entre ditos homens da ‘vanguarda’, mesmo os que assumiam discurso feminista, de defesa da participação política das mulheres. Essa prerrogativa não podia ser estendida às suas esposas, mas apenas às outras mulheres. Demarcava que o seu mundo é o que tinha de ser, o espaço público, e o da sua esposa/companheira devia ser o privado, também fortalecendo estereótipo de que as mulheres que atuassem nos partidos e sindicatos não podiam ser casadas, mas solteiras e divorciadas/separadas, o que também representava sua *manutenção de privilégios sexuais*, já colocada por Godinho.

Várias foram (são) denúncias contra alguns dirigentes sindicais que agrediam (agredem) verbal, psicológica e até fisicamente suas esposas e companheiras do movimento sindical e partidário, o que tendia a não ser discutido, devido à defesa imbuída do discurso de que esse não era assunto público e sim privado.

Para Maria da Penha do Nascimento (1949 – 1991), dirigente do sindicato rural de Alagoa Grande e do Movimento de Mulheres do Brejo, essa discussão se fazia presente entre mulheres sindicalistas daquela região, ela, Margarida Maria Alves, D. Antônia, Soledade e tantas outras. Durante I Congresso do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT, em maio de 1990, Maria da Penha do Nascimento fez o seguinte discurso:

As feministas começaram a nos despertar como mulher. Mulher era vista como um objeto, simplesmente como um objeto, um inseto [...] eu acho que o movimento feminista tem uma abertura bem grande com a luta de classes.

FONTE: NASCIMENTO, Maria da Penha. Ata do I CNTR, 1990, p. 12.

Essa denúncia inovadora do movimento feminista, a partir da década de 1970, como atesta Machado (1997, p.27), também passou por abalos e nem sempre foi consenso entre o movimento feminista e outros movimentos de mulheres, pois, ao mesmo tempo em que aprofundou debate acerca das opressões das mulheres, vivenciada nos espaços públicos e privados, também discutia o debate sobre a liberdade e a autonomia do corpo feminino: “não só scandalizaram os meios institucionais machistas e conservadores, como também confundiram de forma polêmica todos os segmentos sociais femininos, até mesmo aqueles considerados mais organizados politicamente”.

Então, nesse debate, algumas formulações tomam outras conotações sobre conceituações feministas e suas particularidades, em relação a outras concepções dos movimentos de mulheres:

A feminista é aquela mulher que não denuncia apenas a pobreza das trabalhadoras do seu sexo. Não é também aquela militante política que protesta contra a carga brutal de trabalho. A feminista vai mais longe e mais fundo. Ela denuncia e atua sobre a discriminação mais íntima, mais arcaica, mais dolorida e mais ameaçadora. Fala da tirania na relação homem-mulher. Protesta contra a mais velha das dominações, aquela que se faz sobre o estreito território do corpo [...] scandaliza porque quer abolir uma lei muito antiga a do comando do homem sobre a sexualidade da mulher. Diante dessa pre-

tensão, desse desafio, não são só os homens que recuam, assustados e galhofeiros. A maioria das mulheres também se sente acuada e se defende com a frase: sou feminina não sou feminista. (STUDART *apud* MACHADO, 1997, p. 27).

Para o movimento contemporâneo de mulheres, em especial trabalhadoras urbanas e rurais, assume-se representação feminina na luta contra todas as formas de discriminação à mulher no mundo do trabalho e na sociedade. Assim, suas organizações, tanto no Brasil como na América Latina, na Europa e na América do Norte refletem articulações em comissões, associações e redes como forma de discutir avanços e recuos do movimento, debate explícito na década de 1990, conforme coloca-se a seguir:

Nos anos 1990, o movimento feminista ampliou sua agenda de ação com um ciclo de conferências promovido pelas nações unidas. O marco inicial teve como cenário o Brasil, com a realização da Eco 92 na cidade do Rio de Janeiro. No Fórum das Organizações Não Governamentais, o movimento de mulheres brasileiras participou ativamente através do planeta fêmea. Este foi um espaço privilegiado que promoveu o encontro de feministas do mundo inteiro, e a partir de amplas discussões elaboraram a Agenda 21 das Mulheres. Seguiram-se as conferências sobre os Direitos Humanos (Viena, 1993) e População e Desenvolvimento (Cairo, 1994), ambas tratando de assuntos de interesses específicos da agenda feminista. O apogeu desse processo de integração internacional da luta das mulheres se deu com a realização da IV Conferência Mundial da Mulher (Beijing, 1995). (BRAZIL, 2000, p.238)

Várias posições conflitantes de natureza ideológica, na Conferência de Beijing, vieram à tona, porém, possibilitaram outras

formas de organização de denúncias às opressões aos direitos humanos, e outra organização se tornou realidade: *Marcha Mundial das Mulheres contra a Pobreza e a Violência Sexista* (1995). Esta passou a ter importante papel aglutinador e reivindicador do movimento feminista e de outros movimentos de mulheres.

Em junho de 1995, 850 mulheres marcharam 200 quilômetros contra a pobreza pelo interior do Quebec, no Canadá, chegando a Montreal onde foram recepcionadas por 15 mil pessoas. “Pão e rosas” elas pediam, simbolicamente. A principal conquista desta manifestação foi o aumento real do salário mínimo, em uma economia de preços estáveis e pressionada pelo mercado comum com os Estados Unidos, mais direitos para as mulheres imigrantes e apoio à economia solidária. A iniciativa do movimento de mulheres do Quebec inspirou mulheres do mundo todo a se unirem na Marcha Mundial das Mulheres 2000. (Fonte: <<http://mmm.softwarelivre.org/index.ph.shtml>>. Acesso em: 15 mar. 2005.

No Brasil, o movimento da Marcha está articulado com inspirações dos movimentos das mulheres urbanas e camponesas, negras, indígenas e lésbicas. A Coordenação da *Marcha* divulga pesquisas periodicamente, através da Internet, que permite constante atualização do debate de gênero para o conjunto dos movimentos sociais.

Sobre o quadro atual das camponesas, foi possível saber que estas somam, hoje, um total populacional de 60 milhões vivendo na América Latina e no Caribe, e que, segundo as Nações Unidas, estima-se que 5,5 camponesas em cada dez lares, destas regiões, vivem em extrema pobreza. Dessa forma, a conotação da Marcha Mundial das Mulheres passa a ser ação do movimento feminista internacional de luta contra a pobreza e a violência sexista, e hoje já conta com 6000 grupos de 159 países e territórios.

A Nova História Cultural

A Nova História Cultural ou História Nova surge na França, na primeira metade do séc. XX, fruto de uma série de novos olhares sobre acontecimentos, sobre a própria ciência, sobre estruturas e transformações da época. Sua primeira expressão foi formulada por Berr, em 1930, mas foi a partir das formulações de Le Goff (1988), segundo o próprio autor, que as discussões se desenvolveram sobre novas pesquisas, novos problemas, novas abordagens e fontes que a história nova ecoou na França. Assim, o movimento da *Escola dos Annales* impulsionou aglutinação de todos os debates da ocasião.

A *Escola dos Annales* está diretamente ligada à revista dos *Annales*, intitulada em sua fundação de *Annales d'histoire économique et sociale* (1929), que teve lançamento e seu primeiro movimento com Bloch e Febvre. Mais tarde, como segundo movimento, os trabalhos desenvolvidos por Braudel, quando também recebeu outra denominação, a de *Annales Économies Sociétés Civilizations* (1947).

Nesse contexto, foram incorporados/as novos/as pesquisadores/as, como Chartier e Perrot, nos meados da década de 1960, que seriam chamados/as de terceira geração dos *Annales*, responsáveis pela maior produção de estudos de gênero.

Buscava-se, então, romper com a tradição da história vista pelos de cima, a história que contava a visão dos vencedores, dos gerais e de heróis. Desta forma, se refletia uma história que não fosse só a factual⁶, bem como desenvolvia outras abordagens que não fossem perceber as transformações apenas pelo foco econômico e/ou político. Conforme explicita Burke (1992, p. 23):

6 Na primeira e segunda Geração dos *Annales* se combate explicitamente a história factual, mas já na terceira geração há um retorno, porém, percebendo-a enquanto um acontecimento contextual envolvendo vários aspectos interligados, como a sociedade, a economia e a cultura, entre outros.

“a história tradicional marginalizou muitos aspectos das atividades humanas, pois para a nova história, toda a atividade humana é portadora de uma história, é desta ideia que a Escola dos *Annales* atribuíram a expressão história total”. (BURKE, 1992, p.23).

De acordo com Le Goff (1988, p. 25), três fenômenos assinalam essa manifestação de novo campo do saber: “primeiro, a afirmação como ciência, segundo, a renovação, seja em nível da problemática, seja em nível do ensino e, terceiro, a interdisciplinaridade”. É nesse sentido que o estudo das relações de gênero, inclusive do feminismo, se insere de forma mais reflexiva.

O estudo das relações de gênero se afirma como estudo científico não apenas na história, mas também na educação, sociologia, psicologia, entre outras áreas. O princípio da *renovação* está presente tanto nas problemáticas que se apresentam, quanto no nível de ensino.

São expressões das várias problemáticas abordadas: estudo da violência contra mulheres; relação inclusão/exclusão da mulher no mundo do trabalho; saúde reprodutiva; relação mulher-educação, quanto aos aspectos de acesso e permanência nas instituições do aprendizado formal, bem como a própria questão da feminilização do magistério na história da educação brasileira. O estudo de parentesco em suas relações de poder, e a representação quanto às ocupações de instâncias de poderes públicos, são outros exemplos das problemáticas que demandam investigações na atualidade.

No campo da produção da nova história cultural, tanto em apanhados teóricos quanto metodológicos, realizações de biografias de mulheres e sobre grupos coletivos possibilitam desvelar a história dos excluídos e dos de baixo, o que representa, simultaneamente, novo campo de investigação e renovação em nível de problemática.

Também a renovação do nível do ensino vem ocorrendo de forma sistemática, tanto no ensino formal quanto no aprendizado informal. Percebe-se, muito claramente, no aspecto formal de ensino, alterações propostas a partir da inclusão dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), para os ensinos fundamental e médio.

Quanto à propositura do ensino de gênero, nos PCNs aborda-se ensino da orientação sexual como eixo transversal, embora a implementação ou não dessa política pública seja bastante questionada, tanto pelo movimento feminista quanto pelo conjunto de educadores/as e pesquisadores/as. No que concerne aos conteúdos propostos e à metodologia impregnada, apreende-se conotação renovada e inovada do estudo de gênero.

No aprendizado informal, ocorrem essas renovações devido à própria dinâmica que os movimentos sociais estabelecem, de acordo com a conjuntura refletida, e incorporam ações efetivas, a exemplo dos critérios das cotas mínimas de participação da mulher dentro das suas organizações, desenvolvidas nos sindicatos, Ongs, pastorais, partidos, etc. Esse debate já avançou em termos de apreender e implementar essa discussão como política pública, até em nível das instituições sociais do Estado.

Por último, a interdisciplinaridade corresponde, na atualidade, a um debate perceptível dentro do estudo de gênero e admite, principalmente, ser direcionada como tema transversal. Acolhe outros desdobramentos dos estudos históricos, como a história das negras, índias, sindicalistas e camponesas, em sintonia com os estudos antropológicos de gênero ou com a literatura feminista, por exemplo.

Essa perspectiva transcorre na história temática, a exemplo da História da África e da História dos Movimentos Sociais Brasileiros, e não na história tradicional, que tem no recorte linear da história antiga, medieval, moderna e contemporânea a não-percepção da mulher, ou mesmo a percepção desta como sujeito secundário, embora essa análise seja discutível.

Portanto, é nesse debate que ocorre outra argúcia da Nova História Cultural, relação espaço-tempo com fontes documentais de época e como ocorreram transformações do estudo das relações de gênero com formatos diferenciados, no próprio movimento dos *Annales*.

Percebe-se, então, em várias pesquisas, em obras de autores medievalistas, o conceito de *longa duração*, pois na maioria das vezes esses estudos beberam em fontes como a história das mentalidades, típica da segunda geração de Braudel, que, mesmo primando por *novas* fontes documentais, o estudo das famílias e seu enfoque sobre a mulher, por exemplo, não conseguiam ir além dos estatutos de herança, documentos de cartórios e leis da época, como forma de apreender a mentalidade de determinado período estudado.

Já a terceira geração dos *Annales* da História Cultural, que prima mais pela história temática, adota, como novas fontes, análises de práticas de leituras, práticas de escritas, análises de discursos, além de perceber fotografia como expressiva fonte documental, adotada por Perrot, em *História dos Excluídos* (2001), e Duby, em revisão da obra *A História Continua* (1993), entre outros autores, e que passa a ser apreendida nesse trabalho em discussão.

Importante percepção de Perrot (2001), à luz dos estudos culturais, como contribuição, nesse sentido, foi colocada em suas análises sobre as relações de poder e história considerando práticas culturais de mulheres e suas possibilidades de emancipação. Ela cita o resultado de duas pesquisas efetuadas em *comunidades rurais* no nordeste da França do século XIX.

Na primeira, as mulheres desenvolvem suas táticas de sobrevivência, através do poder informal. De fato, controlam recursos e decisões no espaço familiar, mas não encarnam a mulher com autonomia e com vida pública que possibilitasse seu destaque nas atuações políticas e sociais.

Na segunda, as mulheres têm regras diferentes de herança. Também não ocorre comunicação entre elas, diminuindo, assim, até mesmo, os ditos poderes informais. A conclusão da autora é que não existe modelo único para todas as necessidades das mulheres na sociedade rural.

Aliás, não existe, também, modelo válido para luta das mulheres da cidade e outro para mulheres do campo. Existem reivindicações diferenciadas, a partir da estrutura em que estejam. No entanto, existe pauta comum de combate à(s) opressão(ões), que se evidencia no cotidiano e que, portanto, necessita da chamada comunicação, trocas de experiências, solidariedade e organização das mulheres. Procura-se, então, entender o conceito de *representação*, que elabora três modalidades de articulação do indivíduo com o mundo:

Em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; em seguida, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade, uma maneira própria de estar no mundo, e finalmente, as formas institucionalizadas e objetivadas que marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade (CHARTIER *apud* MORAIS, 1998, p.03)

A representação de mulheres que ousaram nova rebeldia, novo espaço de atuação, nova história, constitui-se fonte de aprendizagem e esperança de sociedades mais igualitárias. A contribuição do movimento feminista, já mencionada, foi decisiva para conquistas das mulheres no séc. XX, nas sociedades ocidentais, como o acesso à educação, ao direito de votar e ser votada e ao mercado de trabalho.

Contudo, não eliminou velhas e novas formas de violência, sejam elas físicas, psicológicas ou sociais, algo que se agrava, mais ainda, entre as trabalhadoras camponesas que, mesmo na atualidade, reivindicam direitos já conquistados por outros segmentos sociais de mulheres no setor urbano.

A perspectiva de registrar a história de vida de mulheres que atuaram na luta pela terra, nos remete ao propósito da história das(os) excluídas(os), que evocam mais do que sua afirmação nos acontecimentos nos quais estejam inseridas. Impregnam na memória coletiva a marca de “uma história renovada, seja no tocante a sua originalidade, seja no arraigamento de sua mutação em tradições antigas e sólidas” (LE GOFF, 1998, p.26), nuances essenciais de história nova que contribuiu para percepção de uma história transformadora, não apenas das estruturas, mas, essencialmente, do cotidiano.

Essas percepções, da inclusão da Nova História Cultural como pressuposto no estudo de gênero, foram colocadas conforme explicação de Fonseca:

Da maneira como temos visto a questão, a História Cultural apresenta-se como um campo historiográfico, caracterizado por princípios de investigação herdados das propostas inauguradas com o movimento dos *Annales* e dotado de pressupostos teórico-metodológicos que lhe são próprios (mesmo que alguns deles tenham se originado em outros campos do conhecimento, como a antropologia ou a linguística). Por isso a História Cultural é reconhecida pela utilização de determinados conceitos, como o de representação – visto como central para este campo – e do imaginário, e por uma relação específica com a temporalidade, não mais vista linearmente (como na história tradicional) e nem apenas na longa duração (traço da influência estruturalista). É neste sentido que ela tem se mostrado

de forma diferenciada em relação à tradição da chamada história episódica (do positivismo e do historicismo), bem como da tradição marxista, pois, ao mesmo tempo em que se volta para os chamados “novos objetos”, pode também renovar alguns dos “antigos”, como vem ocorrendo já há algumas décadas com a história política, por exemplo. (FONSECA, 2003, p.56)

Com essa possibilidade de a história cultural renovar “antigos” pressupostos, retomamos, desde então, a tradição marxista da história, na perspectiva de Thompson (1987), em seu olhar sobre a luta de classes. Para o autor, deve-se considerar, nesse processo, a construção da *experiência*, uma vez que, na reconstrução da história da classe trabalhadora, os aspectos do cotidiano, que não se dão nas instituições, encontram-se *férteis de lutas e resistências*. No nosso entender, nos permitem somar como compreensão sobre o papel do sujeito histórico, na perspectiva da *história dos de baixo* da história nova.

O autor, assim, entende o processo da luta de classes considerando que a *luta* surgiu antes da *classe* e foi a *luta* (a experiência) que construiu a *classe*. Para Thompson (1987), a classe consiste em:

Um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Não vejo a classe como uma ‘estrutura’, nem mesmo como uma categoria. (THOMPSON, 1987, p.09)

De fato, trataremos, neste trabalho, sobre trajetória da líder camponesa Margarida Maria Alves (1933 – 1983), alvejada tanto pelos conflitos da luta de classes, marcada pela opressão do latifúndio, quanto pelos conflitos de gênero vivenciados em sua

esfera de vida pública e privada, entendendo sua *experiência* não como produto de *estrutura* ou *categoria*, mas relação dialógica entre o sujeito e as várias dimensões assumidas nos aspectos afetivos, culturais, políticos, religiosos e educacionais.

Os novos Movimentos Sociais

Mudanças sociais, políticas e econômicas ocorridas no século XX foram enfatizadas em conjunto temporal denominado, pelo historiador Hobsbawm, como *Era dos Extremos*, abrangendo desde o início da Primeira Guerra (1914) até a desagregação da União Soviética (1989) e o esgotamento de possibilidades de desenvolvimento do chamado Terceiro Mundo. O autor analisa período em que a principal contradição está, em âmbito mundial, na sua capacidade de polarização dos dois sistemas políticos em curso, capitalismo e socialismo, suas possibilidades e limites reais.

Essa disputa pela hegemonia política produzida em ordem global remetia, em um só momento, a ofensivas e contra-ofensivas, suscitando, de tal modo, vários desdobramentos: duas guerras mundiais, fascismo, nazismo, socialismo, EUA X Rússia, Cuba, Vietnã; Irã X Iraque; descolonizações (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau); ditaduras (América Latina); Teologia da Libertação; Maio de 68, *black peoples*, movimento *hippie*, sindicalismo, ecologismo e feminismo, etc.

O historiador inglês levou em consideração o que se convencionou chamar, no fim do séc. XX, de *fim da história*, dado o fato de que um dos pólos em disputa de hegemonia – o capitalismo – havia se apresentado vitorioso. Assim, não existiriam mais formas de resistências, ou, ao menos, o pólo derrotado não ofereceria mais resistência. Suas matrizes ideológicas, sobretudo neoliberalismo, conduziram história da humanidade como única verdade possível. O que, então, mudaria essa lógica tão absurda do pensamento único?

No entanto, a experiência humana evocava outra condução histórica: organização popular através dos chamados movimentos sociais, que continuam ocupando a cena e conseguem reafirmar que acompanham a humanidade por onde quer que ela ande!

Essa compreensão está elucidada por Gohn (2002), que sistematizou conceito de movimentos sociais, a partir de uma síntese formulada por olhares de vários autores, que propuseram diferentes referenciais teórico-metodológicos, do paradigma latino-americano, sobre os movimentos sociais:

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. (GOHN, 2002, p.251).

É na incapacidade de o sistema econômico social e político atender às necessidades da sociedade civil que este produz e nesta se reproduzem cada vez mais conflitos. Por conseguinte, os grupos sociais lutam e se constroem historicamente, traçam *objetivos* (ações coletivas), *organizam-se* (elaboram um projeto) e *disputam poder* (acumulam forças), seja em perspectiva de enfrentamento direto com o Estado, seja em suas bases de sustentação (estruturas), ou, ainda, nas reações do caldo cultural cotidiano constituinte do capitalismo – patriarcado, racismo, consumismo e xenofobismo, que combatem desigualdade, discriminação, preconceito e intolerância.

Assim, na medida em que cada movimento social acumula ou perde força, no sentido de sua própria organização interna, e observa suas fronteiras e possibilidades de avançar em seu projeto, reflete-se, também, como a memória coletiva, a partir das lembranças de outros sujeitos que *tombaram na luta*, pode fornecer novos elementos: táticas, formas de articulações, solidariedade e fontes de aprendizagem para com o avanço da organização.

Para alguns movimentos, trata-se de constituir ou reconstituir sua própria história e tirar dela as melhores lições, no campo de educação informal que proponha conteúdo e perspectiva *popular*. Ou, quem sabe, busca de espelhos que sirvam para projetar a luta de antes e seu reflexo hoje, possibilitando enxergar outros sujeitos históricos e a si mesmos/as, cruzando dimensões entre o individual e o coletivo diante das transformações na sociedade atual.

Por esse argumento, entende-se que diferentes paradigmas emergem quando entram em cena os chamados “novos” movimentos sociais, que surgiram na década de 1960 e se firmam nos anos 1980.

Surgiram de novas modalidades de movimentos sociais – como o dos direitos civis nos Estados Unidos, ainda nos anos 1960; os das mulheres, pela paz, contra a guerra do Vietnã, etc. – contribuiu para que novos olhares fossem lançados sobre a problemática. (GOHN, 2002, p.331):

São exemplos, no Brasil, o novo sindicalismo, o novo feminismo e o movimento estudantil que renovaram seus projetos, suas estruturas, táticas e possibilitaram que novos sujeitos sociais entrassem em cena.

O novo sindicalismo que surge no final da década de 1970, com as greves do ABC paulista, combate o velho sindicalismo que nasce em 1930 com o governo populista de Getúlio Vargas

e torna-se atrelado ao Estado, ficando também conhecido como sindicato pelego.

O novo feminismo, da década de 1960, consiste na chamada *segunda onda* do movimento feminista. Diferente do feminismo, que vigorou na *primeira onda* em 1930 de preponderância anticontestatória, torna-se reivindicativo, transgressor e rebelde contra a moral patriarcal.

O movimento estudantil, pioneiro nesse contexto, refunda a UNE e atua na resistência à ditadura, inclusive através da via armada. Possibilita forte expressão de massa na luta pela *Anistia* no Brasil e na América Latina, criando os Centros Populares de Cultura (CPCs).

Outros movimentos populares, que surgiram ou se consolidaram no mesmo contexto, como: da moradia, dos(as) negros(as), dos sem-tetos, dos homossexuais e ecológicos, entre outros, vários desses movimentos tiveram, como pauta comum, a luta pela redemocratização, simbolizada durante o movimento pelas *Diretas - Já*, na década de 1980, o *Fora Collor*, na década de 1990, e, mais recentemente, a construção do Fórum Social Mundial (FSM), como pólo aglutinador de tais movimentos.

O nascimento do capitalismo ocorreu concomitante à luta operária, na qual os operários tornam-se protagonistas no enfrentamento de tal sistema. Como debate mais atual, Touraine (1994, p.120) coloca que o grande desafio dos Novos Movimentos Sociais consiste em dar respostas à lacuna em que o “movimento operário deixou de ser um movimento social para tornar-se uma força política e até mesmo incorporar-se ao poder de Estado”, e lança um desafio: saber quais movimentos sociais poderiam ocupar o vácuo do movimento operário.

Essa crítica de Touraine parece atingir, de fato, um debate recente que ocupa dois espaços: um, nos movimentos sociais; outro, nos partidos políticos, em especial nos partidos de esquerda. Nele, estão intrínsecas outras nuances, como a crítica à burocracia

sindical e partidária e a seguinte questão: até que ponto os mesmos sujeitos sociais que atuam em dupla militância, sindicato e partido, por exemplo, ao chegarem na esfera do poder estatal, se incorporam como correia de transmissão, ou dela se mantêm distanciados.

Dentro dos movimentos sociais, percebe-se que, além das crises que vêm sistematicamente ocorrendo, desde 1989 até os dias atuais, após o marco da queda do muro de Berlim, em alguns deles, há direcionamento à formação política, nos moldes de educação continuada, como uma das formas privilegiadas para poder melhor entender a análise de conjuntura, a organização interna e, principalmente, atender à renovação de quadros militantes.

Os pontos de discussão sobre as táticas que dizem respeito às direções dos movimentos permanecem conflitantes, mesmo porque, em seu percurso histórico, tais movimentos disputam hegemonia de forma externa e, também, interna. Para esses, tomar partido significa ir além do sentido partidário, enquanto aparelho político, e tomar uma posição política quando houver necessidade, significando, assim, o sentido de disputa explícita, mas também, o marco da autonomia construída.

Portanto, propomo-nos debater alguns olhares do movimento de mulheres, a partir da sua autonomia construída e, então, da sua transversalidade com o movimento camponês. De fato, um desdobramento do próprio movimento de mulheres, ou seja, o movimento das mulheres camponesas, a partir da contribuição da memória de uma de suas lideranças, que se enraízam em dois campos de atuação: no movimento de mulheres e na luta pela terra.

Foi com o movimento feminista que as campesinas buscaram e buscam entender sua realidade de opressões, já percebida no âmbito do trabalho e na esfera da vida privada. Tiveram cursos de formação feminista em suas organizações internas e contatos diretos com várias feministas, desde as primeiras organizações das mulheres campesinas, ainda na década de 1970.

Desde agosto de 2000, as camponesas organizam a Marcha das Margaridas, contra a fome, a pobreza e a violência sexista, reavivando permanentemente a memória de Margarida. Segundo as lideranças camponesas, a partir do acúmulo de suas reflexões, dois fatores sociais, além da pobreza, marcam essencialmente a vida das mulheres no campo: a violência e a sua exclusão da educação. Assim:

Sobre a violência, ocorre a violência que o próprio latifúndio impõe aos trabalhadores (as) rurais; a violência do trabalho escravo e infantil; a violência doméstica (familiar). E a exclusão educacional das mulheres rurais, que desde a década de 60 até os dias atuais é bem maior, entre nós, do que em relação aos homens. O que no setor urbano, hoje é diferente, as mulheres já terem conquistado seu espaço de direito aos estudos e nele permanecido. (Fonte: Entrevista 1 – Membro da Comissão de Mulheres da CONTAG, João Pessoa, em 13/07/2004).

Ainda na década de oitenta, as mulheres organizaram grupos de maior visibilidade, a exemplo de Comissões de Mulheres, nos sindicatos e partidos, e passaram a refletir e desenvolver políticas públicas, como creches e delegacias da mulher, cobrando, dos poderes constituídos, as condições mínimas de ser humano.

São vozes que se levantam para a incorporação da perspectiva de equidade de gênero. Hoje, o movimento dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terras (MST) percebem que é fundamental “destacar a luta das mulheres em seus espaços de atuação, tanto no âmbito da propriedade, cuidando da terra e de animais, como fora dela, vendendo nas feiras livres as mercadorias por elas produzidas” (FIÚZA, 2001, p.99). Indo além, podendo reivindicar não apenas o

espaço de sobrevivência, mas o direito à reprodução e às condições de controle de natalidade, sem afetar a saúde. Além disso, o direito ao seu corpo, à sua opção sexual, à sua participação nos espaços públicos.

O novo sindicalismo rural: antecedentes e trajetória

O latifúndio assassino/com a morte se amortalha/pois sangue que cai na terra/ cria raiz e se espalha/num grande grito de guerra/Terra!/ Terra!/ Terra!/ Terra!/para quem nela trabalha! (José Flávio).

A organização sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de caráter autônomo, no Brasil, dá o seu primeiro passo ainda em 1938, com a fundação do primeiro sindicato em Campos, no Rio de Janeiro. Segundo documentos da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), na década de 1950, já existiam quase 48 sindicatos de trabalhadores rurais, dos quais apenas oito eram reconhecidos pelo Ministério do Trabalho.

Estes sindicatos atuavam na defesa dos direitos trabalhistas, voltados, principalmente, para os assalariados e assalariadas rurais. Além dos sindicatos, existiam, também, associações de “pequenos agricultores”, que desenvolviam ações voltadas para os interesses dos arrendatários, parceiros, meeiros, posseiros e pequenos proprietários. (Fonte: I CONGRESSO NACIONAL DOS LAVRADORES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS. Anais do 1º Congresso. Belo Horizonte: CONTAG, 1961, p. 15.).

A luta pela posse da terra e por melhores condições de vida e de trabalho, naquele período, motivou a organização e

participação dos camponeses em movimentos sociais rurais, como as Ligas Camponesas, no Nordeste, o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), na Região Sul, e a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). Vale ressaltar que, no início da década de 60, o número de sindicatos no meio rural deu um salto, sendo a Igreja Católica sua maior incentivadora.

A exclusão da categoria trabalhadora rural, fortemente marcada pela fome, miséria e violência, motivou a realização de algumas lutas unificadas entre essas organizações de trabalhadores. O maior exemplo ocorreu em 1963, no Estado de Pernambuco, quando a Federação dos Trabalhadores Rurais - PE (FETAPE), as Ligas Camponesas e os sindicatos autônomos organizaram uma das maiores greves do setor canavieiro.

Nesse período, segundo Prado Jr (1996), o Brasil é marcado por um período de grande efervescência política, o povo brasileiro clamava por um modelo de desenvolvimento independente do capital estrangeiro, por uma reforma agrária radical e por liberdades políticas. Nesse clima de efervescência, em novembro de 1961, foi realizado o I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, conhecido como o *Congresso de Belo Horizonte*. O tema central desse congresso foi reforma agrária, que interessava aos trabalhadores (as) rurais e à sociedade brasileira como um todo, e o direito de organização sindical da categoria.

Embora o sindicalismo rural constituísse como tarefa prioritária a sua organização, a corrente ideológica nacionalista estava impregnada em várias facções e grupos. Portanto, segundo a concepção de Prado jr, os trabalhadores rurais deveriam aliar-se à burguesia industrial contra interesses estrangeiros e feudais, pois, com a reforma agrária, se aceleraria o ritmo da industrialização. Assim, estava em disputa de hegemonia não

apenas o caráter da organização, mas a concepção de alteração na correlação de forças do país.

Cerca de 1.400 delegados, articulados pela ULTAB, pelas Ligas Camponesas e pelo MASTER aprovaram moções que reivindicavam mudanças estruturais, apontando para a construção de um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil, tomando por base a realização de uma reforma radical que assegurasse aos trabalhadores rurais uma posição melhor na hierarquia social e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Reivindicavam, ainda, o direito de organização dos trabalhadores rurais e a desapropriação por interesse social, mediante indenização dos trabalhadores rurais ou mediante indenização em títulos públicos. A importância desse congresso deve-se, principalmente, ao caráter aglutinador de organizações rurais e urbanas de trabalhadores e trabalhadoras, contando, inclusive, com a presença do presidente João Goulart, no encerramento dos trabalhos.

Em março de 1963, o presidente da República, João Goulart, lança a Lei nº 4.214, conhecida como o Estatuto do Trabalhador Rural, estendendo aos trabalhadores (as) rurais os direitos sindicais e previdenciários garantidos aos trabalhadores e trabalhadoras urbanos. Mas, para a sua implementação efetiva, a luta ainda se daria até os dias atuais.

De mulheres usadas a mulheres ousadas: a atuação nos STRs e a dupla jornada militante

Falar das lutas das mulheres trabalhadoras rurais passa por um olhar sobre as ações travadas pelo direito à liberdade, por melhores condições de trabalho e de vida, desde o período do Brasil Colônia e do massacre que se deu com as nossas índias, negras, pobres e outras mulheres, nesse percurso. Esse trabalho é

muito intenso, porque poucas ou quase nenhuma mulher foram consagradas nas páginas dos livros e revistas que contam o lado oficial da história brasileira.

Ao tomar como referência a sua organização por dentro do sindicalismo rural, o viés feminista estava oculto, já que a participação destas trabalhadoras era pouco visível na maioria dos sindicatos. Em nosso diálogo com as camponesas, percebe-se que muitas não se filiavam devido às opressões dos pais ou do marido, que se pronunciavam dizendo “isso é coisa de homem”.

Essa realidade iria começar a tomar outra conotação durante a participação de algumas mulheres no I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (1961). Além de uma participação efetiva nos temas gerais, as mulheres camponesas, articuladas com as trabalhadoras urbanas, empunharam as bandeiras em defesa da reforma agrária, da previdência social, da educação e saúde pública, além de incorporarem o debate sobre os direitos das mulheres e dos adolescentes, possibilitando, dessa forma, revelar as lutas feminista e classista da luta camponesa.

Tanto é que, ainda nesse congresso, foram aprovadas as seguintes propostas na comissão de reivindicações sociais, com o recorte feminista:

A campanha de alfabetização e ensino técnico, a cargo do poder público, com escolas itinerantes e rádio-escola, o incentivo ao movimento feminino rural e ao seu intercâmbio com o da cidade, comemoração nas zonas rurais do Dia Internacional da Mulher – 8 de março, assistência médica, odontológica e hospitais, dando-se prioridade à assistência, à maternidade e à infância, utilização de todas as entidades e recursos do poder público sob administração do município, criação de um fundo sob administração do município, e criação de um fundo especial pra esse fim, o qual poderá constituir-se

de: imposto sobre o latifúndio; percentagem sobre o imposto de renda; contribuição patronal; contribuição do camponês; pagamento do salário mínimo às professoras rurais; assegurar o registro gratuito dos filhos de famílias pobres

FONTE: CONTAG (In: Mulheres rurais, nº especial, 2003, p.05)

Sob a ameaça do governo militar, em maio de 1973, a CONTAG realiza o 2º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, reunindo 700 delegados e delegadas sindicais em Brasília.

A preparação desse congresso envolveu milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais de todos estados brasileiros, congregados em 19 federações estaduais, 1.500 sindicatos e uma delegacia regional. Foram realizados reuniões e congressos estaduais e regionais nas cidades de Curitiba, Belo Horizonte, Belém e Recife.

O Congresso apresentou propostas para o acesso à terra, assistência técnica e comercialização, educação, organização do movimento sindical, normas de proteção ao trabalho e Previdência Social Rural, retratando as expectativas da categoria em combater as desvantagens entre a classe trabalhadora urbana e a rural.

Surtem ali outras propostas voltadas especificamente para as mulheres e juventude trabalhadora rural. Nessa luta, despontava a sindicalista rural de Alagoa Grande, Margarida Maria Alves, que discutia as implicações legais contidas no Fundo de Amparo ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e, também, discursava na defesa da educação de qualidade no meio rural.

A proteção social à maternidade é uma das primeiras bandeiras das mulheres trabalhadoras rurais do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) pelo seu reconhecimento. Essa luta começa em 1973, quando elas

reivindicavam que fosse concedido à trabalhadora rural o *auxílio-gestante*, no período compreendido entre seis semanas antes e seis semanas após o parto. Essa proposta não se constituía em novidade, pois, o Art. 55, alínea “A” do Estatuto do Trabalhador Rural, já assegurava à mulher o salário-gestante.

A novidade era sua extensão a todas as mulheres que prestam serviço no campo. As demais reivindicações, que incluíam implicitamente as mulheres, como salário-família, auxílio-natalidade, foram uma constantes. A permanência da CONTAG junto às entidades do Pró-CUT, entretanto, tem vida curta. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) é fundada em 1983, sem a CONTAG. Só mais tarde esta se afiliaria, devido à natureza de vários conflitos que ocorreram nas disputas dos sindicatos rurais em várias cidades do país.

O 3º Congresso Nacional dos/as Trabalhadores/as Rurais (CNTR) garantiu, definitivamente, a entrada de um novo sujeito coletivo no cenário político e sindical: as mulheres trabalhadoras rurais. Nesse Congresso, a presença de Maria da Penha Nascimento, do sindicato rural de Alagoa Grande – PB, fora exemplar, atuando para a incorporação de várias bandeiras do movimento de mulheres rurais.

A luta por um salário-mínimo que garantisse uma vida digna para o/a trabalhador/a e sua família, por um salário igual para trabalho de igual valor e pelo reconhecimento dos trabalhadores em sítios e chácaras como da categoria trabalhadora rural e não trabalhadores domésticos, indiscutivelmente, abriu as portas para incorporar na pauta sindical as primeiras reivindicações das trabalhadoras camponesas assalariadas.

As proposições aprovadas em plenário defendiam alteração na legislação então em vigor, a fim de que fosse concedida, aos trabalhadores rurais, aposentadoria por velhice, aos 55 anos, quando homem, e aos 50 anos, quando mulher. Além disso, que a aposentadoria por invalidez, o auxílio-funeral e a

pensão por morte fossem concedidos à mulher ou companheira do trabalhador rural.

Inicia-se a luta em defesa do salário-maternidade para as mulheres trabalhadoras camponesas. Essas proposições aparecem entre as reivindicações de auxílio-doença, salário-família, auxílio-reclusão. Aparece também a reivindicação de amparo à esposa ou companheira do trabalhador rural e seus filhos menores, desde que trabalhem em regime de economia familiar ou sob forma assalariada.

Contudo, apesar dos avanços obtidos no 3º CNTR, esse congresso reafirmou a cultura patriarcal, ao defender que a titulação da propriedade é apenas do homem “chefe de família”, ou “dos jovens que venham a constituir família”, reafirmando, portanto, a exclusão das mulheres trabalhadoras rurais da titulação da propriedade.

Não era fácil falar na reunião do Conselho da CONTAG, era formado por presidentes, tesoureiros ou secretários (as) geral, todo mundo se metia e a gente tinha que apresentar nossas propostas era ali, não tinha outro lugar, mais fico feliz em saber que o que somos hoje, foi construído e conquistado por nós mesmas. (FONTE: Entrevistada 2 – Membro da Comissão de Mulheres da CONTAG, João Pessoa, em 13/07/2004)

Além da pertinência de a mulher ter que assumir uma dupla jornada militante dentro dos fóruns sindicais, em defesa dos direitos trabalhistas e das especificidades das desigualdades de gênero, ela necessitava de uma força interior renovada, a cada dia. As formas como seus maridos e companheiros foram perseguidos e assassinados, quando não as próprias, constituíam outra luta e dor que denunciavam o sofrimento vivido pelas mulheres trabalhadoras rurais, que tiveram que conviver com

a violência da ditadura militar, buscando forças para proteger a si e a sua família de novos sequestros e assassinatos.

Nesse contexto, a morte do trabalhador rural João Pedro Teixeira, em 1962, das Ligas Camponesas, e a continuidade da luta por Elizabeth Teixeira constituíam-se na maior simbologia das discussões no meio das mulheres camponesas. Sua história de resistência foi contada no filme *Cabra marcado para morrer*, de Eduardo Coutinho (1984), estando aí retratada toda história de violência que se acometeu sobre a família de João Pedro e Elizabeth Teixeira.

Ele foi um camponês nordestino que disse: “não há nada como um dia depois do outro, a noite no meio e Deus lá em cima”. Com essa cena, Coutinho dirigia, narrava e interpretava a visão do mundo dos/das camponeses/as a partir da referência dos sujeitos de uma classe social excluídos/as da terra e esmagados pela ditadura, gradativamente implantada no pós-1964.

Elizabeth Teixeira atua no filme como protagonista que eternizou, na memória coletiva, a luta das Ligas Camponesas, seu surgimento, trajetória e desfecho. Mas foi a sua história de resistência aos latifundiários, assumida como liderança feminina contida no juramento diante do corpo do marido: *Eu marcharei na tua luta*, registrado por Bandeira e outras (1997), que revelou com mais profundidade histórica o seu pioneirismo feminino nas lutas camponesas.

Segundo várias participantes dos STRs, os últimos exilados (as) e presos políticos foram anistiados, a luta pela emancipação da mulher ganhou espaço e muitas organizações sociais passaram a desenvolver metodologias e conteúdos voltados para o resgate da cidadania e auto-estima das mulheres trabalhadoras rurais.

As conquistas dos trabalhadores (as) brasileiros (as), em especial das mulheres trabalhadoras camponesas, precisaram, ainda, de muito tempo para ser regulamentadas. O MSTTR passou a desenvolver várias mobilizações e manifestações

no sentido de garantir as conquistas obtidas, mesmo após a promulgação da Constituição Federal, em 1988. Entre essas conquistas, destacaram-se:

Reconhecimento da participação da mulher no processo produtivo e não mais dependente do marido, aposentadoria por idade diferenciada para homens aos 60 anos e mulheres aos 55, aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria e pensões pagas com o valor do salário-mínimo vigente no país, FGTS com multa de 40% nas demissões sem justa causa, contratação individual, sindicalização da mulher trabalhadora rural, estabilidade no emprego ao delegado sindical e sua família, ato da demissão do empregado não estendido a toda sua família que trabalha no mesmo local, seguro-desemprego, salário de igual valor para o mesmo trabalho, igualdade de oportunidades e de salários entre mulheres e homens, licença maternidade de 120 dias com salário integral e serviços leves para as gestantes assalariadas rurais, bloco de notas de comercialização emitido em nome da mulher e do homem, Indenização do governo às viúvas e familiares das lideranças sindicais assassinadas durante a ditadura militar e o aumento no pagamento dos programas de emergência nas regiões de seca.

FONTE: CONTAG (In: Mulheres rurais, nº especial, 2003, p. 12)

As resoluções do 5º CNTR e dos congressos anteriores revelam que a especificidade da luta das mulheres traz para dentro do MSTTR um novo recorte da luta das mulheres e de classes, a discriminação de raça e etnia. As mulheres convocam o conjunto do MSTTR à responsabilidade de lutar contra a opressão de

gênero, como tarefa de toda a classe trabalhadora, evidenciando o caráter político, social e ideológico dessa luta.

Nesse sentido, as mulheres rompem as fronteiras machistas do mundo sindical e fazem o debate político de questões antes reservadas ao mundo privado. Temas como o trabalho doméstico e a autonomia sobre o corpo são debatidos nas Comissões Temáticas do Congresso.

Na Comissão de Assalariados, o debate sobre gênero e reprodução vem fortemente articulado com as mais diversas formas de exploração da força de trabalho feminina. As mulheres propõem que o MSTR denuncie as diversas práticas de discriminação e violência nas relações de trabalho, e novas propostas passam a serem incorporadas na pauta de reivindicações:

Contra a exigência de atestado de laqueadura de trompas no ato da contratação de mulheres assalariadas; Ameaças de demissão das gestantes; Violência nos locais de trabalho praticada por chefes e encarregados; Redução da jornada de trabalho durante o ciclo menstrual; Cota de 30% de mulheres na contratação por empresas; Creches nos locais de trabalho.

FONTE: CONTAG (In: Mulheres rurais, nº especial, 2003, p.17)

A incorporação dessas preocupações, aqui assinaladas, e a reflexão das propostas dos movimentos sociais rurais sinalizavam para a consolidação de uma autonomia construída na organização das mulheres, mas que simbolizava toda uma conquista da classe trabalhadora. Segundo uma das coordenadoras da Secretaria da Mulher da CONTAG,

Na década de 1990, a estratégia foi o fortalecimento da organização dentro do MSTTR. Foram realizados seminários, encontros e plenárias nacionais. Em 1991, foi eleita a 1ª mulher

na diretoria da CONTAG, Tereza dos Santos da Silva, de Araxá – MG, em 1995 foi constituída a comissão nacional de Mulheres Trabalhadoras rurais. Em 1997, no 7º Congresso, foi aprovada a política de cotas, e eleitas 03 (três) mulheres para a diretoria executiva na CONTAG, nesse congresso, as mulheres representavam 42% das congressistas. Em 1999, no 2º Congresso Extraordinário foi aprovada a cota de, no mínimo 30% de mulheres como princípio estatutário para todas as instâncias do MSTTR e de 50% nos espaços formativos (MASCENA, apud LIMA, 2002, p.134).

Atualmente, as mulheres ocupam variados cargos, em todas as instâncias do movimento sindical rural. Outro grande desafio colocado para o conjunto do movimento, segundo Lima (2002, p.134), “é avançar na formulação e implantação de uma política transversal de gênero”.

Foram várias atividades que contribuíram substancialmente para qualificar e articular as ações políticas das mulheres, na perspectiva de se assumirem enquanto sujeitos políticos e, conseqüentemente, enquanto dirigentes das organizações sociais, partidos, parlamentos, dentre outras.

CAPÍTULO III

DO PÉ QUE PLANTOU MARGARIDA...

Muitas Marias, Joanas, Raimundas
e Diolindas nasceram



Terra de Margarida: a região do Brejo paraibano

Ao estudar a contribuição da memória de Margarida Maria Alves e as práticas educativas das camponesas nos espaços políticos, sindicais e de organizações populares, deparamo-nos com um ambiente de vidas que se entrelaçam a partir das representações estabelecidas na região do Brejo paraibano. Esse espaço constitui-se de um universo de crenças, costumes e hábitos que se configura em um dado mundo de convívio social.

Nesse sentido, considerando o aporte do conceito de *configuração* de Elias (1970), que propõe elaborar uma compreensão sistêmica do universo social, trata-se de refletir a sociedade e perceber nela o indivíduo em um espaço de coexistência, como “dois níveis diferentes, mas inseparáveis do mundo humano”. (ELIAS *apud* MACHADO, 2005, p.59).

Essa interdependência anunciada por Elias direciona para uma apreciação da sociedade e do indivíduo de forma integrada, havendo a necessidade de situar, entre outras coisas, o tempo e a espacialidade na qual os sujeitos históricos estão envolvidos, como forma de perceber o elo das representações entre esses *dois níveis* e assim provocar a contextura necessária de teias que se constituíram das relações sociais, a exemplo da compreensão de como se formou o lugar que motivou os/as trabalhadores/as rurais a se organizarem em sindicatos, ou as mulheres construírem as esferas de auto-organização e busca do saber, erguendo de fato outras estruturas, como forma de viabilizar essas especificidades.

Vale salientar que a configuração ora considerada retrata as décadas de 1970 e 1980, recorte do período em que a líder sindical Margarida Maria Alves consolidou a sua participação no sindicato de Alagoa Grande. Posterior à sua morte, outras camponesas que atuavam no sindicato se sentiram estimuladas à sua auto-organização, no período de expansão dos novos movimentos sociais: sindicalismo, movimentos de mulheres, organização de vários outros movimentos populares, além da interiorização do método de Educação Popular de Paulo Freire, como decorrência também do debate crítico da Escola Nova.

Com o propósito de compreender o referido contexto, a configuração direcionou-se ao espaço do Brejo paraibano, frente ao respectivo ambiente dos moradores da região. O Brejo paraibano está situado na região do agreste, entre as regiões do litoral e do sertão, mais precisamente no agreste alto, diferenciando-se como recorte de terras úmidas no interior do próprio Agreste.

O relevo e a posição geográfica contribuem para a permanência do clima úmido, a região detém solos férteis e uma hidrografia perene, condições estas muito favoráveis ao desenvolvimento da agricultura. (MOREIRA, 1997, p.85).

A cana-de-açúcar inicialmente era cultivada juntamente com as plantações de subsistência, como o arroz, o milho, o feijão, a mandioca, entre outros. A sua finalidade era relacionada à produção do açúcar mascavo, da rapadura e aguardente. Mais ainda no período colonial, quando se construíram as casas de engenhos, logo se expandiu e reafirmou o seu caráter monocultor e escravista, assim como já ocorria no litoral paraibano e adjacências.

As ocupações desenvolvidas ainda no início do séc. XX estão relacionadas às atividades de subsistência, mas foi o algodão o grande responsável pelo povoamento. Posteriormente, a região do Brejo funcionava como ponto de abastecimento dos vaqueiros,

a partir das feiras de gado, devido ao fato de seu deslocamento para o litoral ser passagem obrigatória desses animais, cuja comercialização era principal fonte de renda do sertão.

Nas décadas de 1970 e 1980, deu-se a expansão canavieira, mas, até 1970, a cana-de-açúcar ainda tinha finalidades concentradas para o açúcar, a rapadura e aguardente. Nesse período, consolidava-se o abacaxi como produto de consumo interno e de exportação, especialmente na cidade de Sapé.

No entanto, um fato mudaria a finalidade da cana-de-açúcar e, concomitantemente, aumentaria a pretensão dos latifundiários, a exploração dos trabalhadores/as e os conflitos no campo. Em 1975, segundo Moreira (1997, p.105), através do Decreto – Lei nº 76.593/75, como forma de enfrentar a crise energética do país:

Foi criado o Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL) apoiado numa forte política de incentivos e créditos [...] financiando até 80% do valor do investimento fixo nas destilarias que utilizassem a cana-de-açúcar como matéria-prima

O PROALCOOL foi criado com o objetivo de se tornar alternativa para a crise do petróleo que estava em alta, em decorrência dos conflitos existentes no mercado internacional, devido à guerra entre o Irã e o Iraque, e fez com que a aplicação de incentivos fiscais e créditos agrícolas redirecionasse a política agrária para a monocultura da cana-de-açúcar, inclusive, retirando grande número de pequenos proprietários de suas terras. Como forma de reduzir, ainda mais, os encargos previdenciários dos grandes proprietários rurais, o governo cria o FUNRURAL, que gera um desmonte dos direitos trabalhistas no meio rural. Sobre esse momento, considera-se a análise a seguir:

Uma das fórmulas encontradas pelo Estado, para “compensar” esses pequenos produtores

das perdas sofridas, foi a criação do FUNRURAL. Na verdade, este tipo de previdência social dirigida aos trabalhadores do campo, foi estabelecida visando mais a liberação dos proprietários de terra da contribuição previdenciária vigente para o mundo urbano. Isto lhes permitiria grande redução nos custos sociais com a sua mão-de-obra [...] se traduziu na verdade, na transformação de pequenos produtores - proprietários, moradores, arrendatários - em uma massa de trabalhadores de caráter temporário, sem quaisquer possibilidades de absorver as “vantagens” dessas relações capitalistas de trabalho impostas aos setores sociais mais frágeis da agropecuária. (FERNANDES, 1999, p. 95).

Esse processo de assalariamento das relações de trabalho iria instituir várias diferenças entre os direitos trabalhistas do setor urbano em relação aos direitos trabalhistas do homem e da mulher do campo. Estabelece-se, assim, maior concentração fundiária, a super exploração dos/das trabalhadores/as, causando, entre outras coisas, a desnutrição aguda nas crianças, geradas pela fome, uma vez que a terra era cada vez menos utilizada para a agricultura de subsistência.

É nesse cenário que os latifundiários se estruturam em grandes associações, como o *Grupo da Várzea*⁷, e elegem vários parlamentares, tanto estaduais, quanto federais, pela União Democrática Ruralista, a UDR, ampliando a acumulação de terras e do poder local. Por outro lado, os trabalhadores/as rurais na região do brejo paraibano passam a consolidar as campanhas trabalhistas e têm em Alagoa Grande, a partir de 1975, com os

7 Esse grupo era formado pelos usineiros da zona canavieira paraibana, com abrangência política e econômica nas cidades de Santa Rita, Tibiri, Pilar, Mogeiro, Ingá, Sapé e Alagoa Grande, e tinha como maiores expressões duas famílias: os Veloso Borges e os Ribeiro Coutinho.

efeitos do PROALCOOL, seu primeiro foco de organização na região do Brejo.

A cidade de Alagoa Grande foi fundada em 1864, ocupa extensão territorial de 333, 7 Km e atualmente conta com população de 29. 677 habitantes.

A origem do nome da cidade, bem como seu embelezamento, decorrem do fato de a mesma comportar uma lagoa extensa, exatamente onde veio a ser o centro da localidade. Ostenta bonita paisagem de muito verde e serras que cercam a mesma. Atualmente, o comércio interno e externo possibilita o mercado de produtos advindos da indústria fabril de costuras e rendas e oferece essa outra fonte de recursos, além da agricultura de subsistência e do plantio da cana-de-açúcar.

O sindicato dos trabalhadores/as rurais fica localizado na Rua Francisco Montenegro, próximo à rua onde morava Margarida Maria Alves, na Rua da Olinda, que, por sua vez, fica bem próximo da igreja de N. S. de Boa Viagem, fundada em 1868.

Na casa de Margarida Alves, mostrada a seguir, localiza-se atualmente o museu da cidade, mantido pela Arquidiocese local e pelo sindicato rural de Alagoa Grande – PB.

FOTO II - A casa de Margarida Maria Alves



Fotografia 2 – A casa de Margarida Maria Alves na cidade de Alagoa Grande – PB. Foto tirada em 12/08/2005. FONTE: Arquivo Pessoal, 2005.

A líder sindical Margarida Alves encontrava-se na segunda janela, da direita para a esquerda, da sua casa, quando foi abordada pelos homens que lhe assassinaram. O crime ocorreu durante o final da tarde, no momento em que as pessoas que trabalhavam na Zona Canavieira, homens, mulheres e crianças, costumavam chegar em suas residências.

Na configuração desse cenário, percebe-se que a cidade de Alagoa Grande, a exemplo de tantas outras cidades nordestinas, registra uma situação de pobreza acentuada, de pouco desenvolvimento sócio-econômico. Detém, no trabalho rural, uma de suas principais fontes de recursos, tendo os camponeses e camponesas uma ligação direta com a terra, tanto como trabalhador/a do latifúndio quanto na agricultura familiar, produzindo alimentos e outros bens necessários ao bem-estar.

Entre o espaço de casa, da igreja e do sindicato

Margarida Maria Alves nasceu em 5 de agosto de 1933, no Sítio do Jacu, Alagoa Grande, interior da Paraíba, e faleceu em 12 de agosto de 1983, vítima de uma emboscada patrocinada por usineiros e latifundiários da região do Brejo paraibano. Era filha de Manoel Lourenço Alves e de Alexandrina Inácia da Conceição, sendo a filha mais nova de 9 (nove) irmãos.

Começou a estudar no sítio Agreste, aos 6 (seis) anos. Aos 8 (oito), já trabalhava na agricultura. Estudou até a 4ª série do antigo ensino primário. Aos 28 (vinte e oito) anos, foi morar na Rua da Olinda, no centro de Alagoa Grande, onde permaneceria até o desfecho da sua morte. Casou-se em 1971 com Severino Cassimiro Alves e teve seu único filho, José de Arimatéia Alves, em 11 de junho de 1975.

No decorrer do seu percurso histórico de sindicalista, direcionou sua luta na defesa da sindicalização e na conquista de direitos trabalhistas, a exemplo das reivindicações por carteiras assinadas, férias, 13º salário e repouso remunerado.

Participou do sindicato de Alagoa Grande, por cerca de vinte anos, e atuou na organização de outros sindicatos de trabalhadores rurais na região da lavoura canavieira, no Brejo paraibano. Sua iniciação na vida política se deu como filiada, depois como secretária do sindicato, onde trabalhou até concorrer aos pleitos de direção. Seu primeiro cargo de comando foi na tesouraria, tendo sido eleita na gestão de 20 de dezembro de 1967. Foi eleita presidenta em 1973 e reeleita sucessivamente para os mandatos iniciados nos anos de 1976, 1979 e 1982. Dessa forma, ficou evidenciada a liderança exercida por Margarida Alves nessa função, que permaneceu até ser assassinada.

FOTO III - Margarida toma posse no sindicato de Alagoa Grande em 1976



Fotografia 3 - Margarida Alves tomando posse no sindicato de Alagoa Grande e cumprimentando um camponês, 1976. FONTE: NDIHR. Foto adquirida em 04/02/2005.

Ela desenvolveu com outros trabalhadores e trabalhadoras rurais, durante doze anos (1971 – 1983), a organização sindical da região do Brejo, que reuniu cerca de trinta sindicatos, com repercussão na CONTAG.

Assim, mereceram destaque as mobilizações com as mulheres rurais e as denúncias de violência, a exemplo de uma ação contra um jovem fazendeiro que agredira uma mulher idosa e parálitica. Além disso, participou da construção do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU), tendo por objetivo o desenvolvimento da formação na perspectiva da educação popular.

Percebeu que os princípios políticos e pedagógicos de uma sociedade devem estar constituídos e identificados com a sua história e realidade, ou seja, acreditava na educação como forma de transformação social. As práticas educativas estão mencionadas

de forma histórica e simbólica, pois a sua trajetória política e a sua referência de massa, além do que foi desencadeado, após o seu assassinato, possibilitam reflexões e ações diretas na composição de um aprendizado popular.

Teve ao seu lado outros (as) trabalhadores (as) rurais, dirigentes sindicais que compunham o sindicalismo pelego, e também os que romperam e construíram o novo sindicalismo: intelectuais, feministas e religiosos.

Segundo Margarida Alves, a sua crença católica orientava-a na vida e na política. O marido, Severino Cassimiro Alves, exerceu forte influência sobre sua atuação, por ter sido o primeiro presidente do referido sindicato e também devido ao poder presente na relação conjugal do homem sobre a esposa. Sobre a sua relação com a Igreja católica, encontramos o seguinte posicionamento de Margarida, citada por Rocha (1996) em uma matéria jornalística, posteriormente publicada em brochura:

Eu me lembro que, em 1962, quando o sindicato foi fundado, se falava muito nas ligas Camponeza, em jornada de trabalho, que o trabalhador trabalhava dez, onze, doze horas. As Ligas estavam falando a verdade. Mas o padre não dava apoio às Ligas. E como eu era muito religiosa, aí não fiquei com as Ligas. Mas sempre achando que as Ligas tinham razão. Então a Igreja ajudou a fundar os sindicatos dizendo que os sindicatos eram desejo do Papa João XXIII. Veio a Revolução de 64. Foi um pega fogo, foi nego preso, morto e perseguido. Cassimiro foi perseguido, mesmo sendo do sindicato do padre. Cassimiro ficou doente dos nervos, pois ele ficou sozinho. A Igreja tirou o pezinho de banda, como se diz. “Fica aí, agora, Cassimiro, que não tem mais problema”. A Igreja ficou do lado latifundiário, entendeu? (ROCHA, 1996, p.37),

Essa reflexão de Margarida coloca-a perante uma manifestação crítica à Igreja, diante dos efeitos opressores da ditadura militar. Mesmo mantendo sua crença religiosa, passa a observar algumas atitudes da Igreja como omissão e percebe que a categoria dos trabalhadores recebeu adesão de religiosos, mas que essa condição de apoio não era permanente. Nessa conjuntura, Margarida estabeleceu fortes laços ideológicos com outras (os) parceiras (os), passando a fazer parte da CPT e atuando em direção oposta aos latifundiários. Provocou enfrentamentos diretos com os “donos das terras”, o já então conhecido *Grupo da Várzea*.

Aliás, sua autonomia, revelada na forma de orientar os passos que devia seguir, provocou ainda mais a ira desse grupo, uma vez que a agremiação partidária de Margarida era o antigo Partido Democrático Social (PDS), partido já extinto que substituíra a Aliança Renovadora Nacional (ARENA)⁸, criada pela ditadura militar.

Entretanto, o debate sobre a sua opção partidária gerou e tem gerado muitas discussões. Devido às suas ligações com o PDS, para alguns sujeitos dos movimentos sociais, Margarida Alves assumia uma dúbia identidade, conforme relato de um sindicalista: “ora era progressista, quando defendia os interesses dos trabalhadores, ora era reacionária, quando apoiou Aécio Pereira, naquela época” (Entrevista 3 – Militante do Movimento de luta pela moradia, Alagoa Grande, em 14/07/2004).

Coloca-se o debate, então, no patamar da relação entre sujeito e identidades, o que tem no estudo da *representação* várias lacunas, necessitando estabelecer um diálogo com outros relatos e outras fontes, para posterior elaboração de um trabalho no campo memorialístico.

8 Só existiam dois partidos permitidos durante a ditadura militar, em que vigorava o bipartidarismo: a ARENA, que virou o PDS, ou o MDB, transformado em Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), só em 1982 é que foi permitido a legalidade de outros partidos.

Contudo, ficou gravado de forma mais expressiva na memória de outros sujeitos a sua identidade com a organização das campanhas salariais que, entre outros atos, passava a ser encarada pelos latifundiários da região como ameaça permanente. Essa postura consistia numa opção vista como provocadora por parte dos donos das terras, a ponto de alguns acusados de envolvimento da líder sindical no crime responderem às acusações na imprensa local, levantando outras suposições:

O deputado Aécio Pereira (PDS) questionou ontem a posição de quem acredita ter sido o assassinato da líder sindical Margarida Maria Alves, de Alagoa Grande, uma resposta ao trabalho dela em defesa dos trabalhadores rurais do município. Aécio aventou a hipótese de ela ter sido morta a mando de um grupo político ao qual Margarida negou apoio nas últimas eleições, preferindo apoiar Edme Tavares e o próprio Aécio. “– Eu confesso a opinião de quem quer incriminar pessoas idôneas de Alagoa Grande, famílias representativas da sociedade local. Recomendo uma reflexão sobre o caso, pois Margarida Alves exercia o cargo de presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande há 20 anos, sempre defendendo o interesse dos agricultores sem que fosse registrado qualquer ato violento contra a sua pessoa”, enfatizou o deputado. Pereira vê a possibilidade de “um plano político para se aproveitar do lamentável fato”. Faz questão de ressaltar que Margarida “era uma correlegionária nossa, uma pessoa ligada ao meu partido, o PDS, e não mediremos esforços para que a sua morte não seja usada para interesses outros” destacou.

FONTE: PEDESSISTA vê um complô político. Jornal O NORTE, João Pessoa, 14 ago. 1983. Cidades, p.03.

O deputado Aécio Pereira tentou confundir a opinião pública, na ocasião, insinuando que tal desfecho do assassinato de Margarida Alves não poderia ter sido atribuído aos grupos locais, proprietários de terras, inclusive ao próprio, por serem todos ligados ao PDS, o mesmo partido dela. No entanto, poderia ter sido um outro grupo político partidário. Essa referência que fez o deputado Aécio Pereira foi a militantes sindicais ligados ao antigo partido MDB, posteriormente, PMDB, sendo que parte dos filiados do MDB migrou para o Partido dos Trabalhadores.

Os seus princípios ideológicos caminhavam na contramão do PDS. Segundo Rocha (1996), no ano do seu assassinato, em 1983, o usineiro Agnaldo Veloso Borges, na ocasião, um dos principais acusados de ser o mandante do crime de Margarida, hoje, comprovado nos autos criminais, detinha total hegemonia do PDS. Agnaldo Veloso Borges liderava um grupo de 3 deputados federais, 5 deputados estaduais, 50 prefeitos do interior e pelo menos 10 de um colégio eleitoral dos 27 representantes da Paraíba. Todos eles votaram em Maluf, dizia a manchete do jornal O NORTE em 21/08/1983, referindo-se às eleições indiretas presidenciais de 1985.

Nessa ocasião, conforme relatos de representantes da CONTAG, no início da década de 80, Margarida liderava no Brejo uma massiva campanha salarial, que visava, também, à incorporação de dois hectares de terras para os (as) trabalhadores (as) da região. No entanto, além das fortes raízes em defesa da terra, outro espaço em sua atuação despertava a insatisfação das oligarquias rurais do Brejo paraibano:

Recebemos ameaças dos poderosos latifundiários, todos os dias, e o sindicato não pode ficar dividido, descobri que além da nossa organização, a melhor arma que teremos é a luta por educação, muitos de nós não lutamos por nossos direitos, porque acreditamos que o patrão tem a razão. Eles falam e parece que a verdade está com eles, eles dizem que sabem da lei, e isto

basta para calarmos. Outro dia, quando o Sr. Manoel pegou a dita lei que estava com o sobrinho do Dr. Agnaldo, lá dizia o contrário, lá dizia que a terra era da família do sr. Manoel [...] Nós queremos o que é nosso, queremos educação.

FONTE: ALVES, Margarida Maria. [Discurso proferido na frente do sindicato, em 06/05/1982]. Ata do Sindicato de Alagoa Grande, Livro V, 1982.

Essa percepção de Margarida identifica-se com os princípios pedagógicos de uma sociedade constituída a partir de sua história e realidade. Demonstra todo o seu compromisso assumido com a causa do movimento camponês e educativo durante o seu trabalho e permanência no CENTRU.

Na sua atuação sindical, também participou da defesa de outros direitos constitucionais, além dos já mencionados, e construiu, junto com outras companheiras, reivindicações para as mulheres rurais, quando essa batalha ainda se iniciava no setor urbano, por ocasião da sua defesa no 2º Congresso da CONTAG, em prol da incorporação da luta pelo salário maternidade.

Em Alagoa Grande, a notícia foi recebida com deboches por aqueles que já julgavam um absurdo a reivindicação da carteira assinada para os trabalhadores chefes de família. De acordo com o informe apresentado por uma das diretoras do sindicato, os proprietários de terra se expressaram da seguinte forma: “Mulher agricultora tem que parir dentro das canas, e os meninos, desde pequenos, devem saber que já nascem devendo o comer que eles mesmos vão plantar” [fala registrada]⁹. .

Ao refletir essa situação no sindicato, Margarida expressava que estava convencida de que “se morre daquilo que se foge” e que a luta das mulheres também era sua luta.

9 Registrou-se na Ata do sindicato o informe de Maria da Penha Nascimento em 1976.

O que se escutava, em Alagoa Grande, traduz as várias nuances de opressões pelas quais passavam as trabalhadoras rurais, carregando as marcas das escravas negras e indígenas e vendo, diante de seus olhos, a exploração do trabalho infantil.

A influência da Igreja católica no cotidiano e trajetória de vida e morte de Margarida teve um papel significativo no que diz respeito à assessoria política, voltada para a maioria dos trabalhadores rurais dos sindicatos, inicialmente através das CEBs e, posteriormente, através da CPT, que contava com setores progressistas da Igreja favoráveis às ações da teologia da libertação.

FOTO IV - Margarida leva a missa ao sindicato



Fotografia 4 - Margarida Alves, o padre da paróquia, Geraldo Pinto, e outros/as camponeses na sede do sindicato de Alagoa Grande, em 1978. FONTE: NDIHR. Foto adquirida em 04/02/2005.

Por várias vezes, os padres que passaram pela Paróquia Católica da cidade de Alagoa Grande – PB estiveram presentes na sede do sindicato e participaram de reuniões com os/as camponeses, mas Margarida Alves levou a missa ao sindicato, e demonstrou com essa prática a ideia de espaços próximos e misturados, entre a fé e a política.

Quanto ao empenho determinante nas mobilizações que ocorreram após a sua morte, vejamos um relato do bispo de Guarabira - PB, à época:

O bispo de Guarabira, dom Marcelo Cavalheira, em entrevista por telefone, mostrou-se, ontem, desejoso de “uma apuração rápida e honesta do brutal assassinato de que foi vítima Margarida Maria Alves”. Disse d. Marcelo que o sentimento de indignação toma conta das populações da área. O assassinato segundo ele, foi uma resposta violenta à ação em favor da justiça e dos direitos dos pobres”. Contou d. Marcelo que Margarida Maria costumava frequentar muito a Diocese de Guarabira e a participar de encontros promovidos pela igreja na região...esperamos que as autoridades, sobre as quais recai o encargo das investigações, promovam a apuração rápida, eficaz e honesta dos fatos, para imediata punição dos responsáveis por ato de tanta indignação e maldade – concluiu dom Marcelo.

FONTE: D. MARCELO: a indignação toma conta das populações. Jornal O NORTE, João Pessoa, 14 ago. 1983. Cidades, p.05.

Essa discussão sobre o comprometimento da Igreja Católica, em seu trabalho de fazer viva a memória de Margarida Alves, requer algumas reflexões. Primeiro, a tonalidade da forma bárbara de seu assassinato foi vista pelo conjunto dos agentes pastorais como um forte atentado ao movimento, mas, sobretudo, à vida humana. Tal defesa está intrinsecamente ligada aos direitos humanos mais elementares da filosofia cristã, que é o direito à vida e o repúdio aos atos de violência e assassinato.

Segundo, a discussão que outros sujeitos sociais mencionavam quanto ao fato de Margarida pertencer ao PDS, o partido que representava o interesse dos latifundiários, era o que menos

interessava à Igreja. De um lado, estava o PDS, partido reacionário e compromissado com a ditadura militar, polarizando; de outro, o PT, partido que estava nascendo e que trazia, em seu seio, uma série de princípios e programas que iam desde a luta por direitos trabalhistas até a proclamação do socialismo, o que era visto ainda por muitos setores da Igreja, em pleno contexto da guerra fria, como a ideologia que mais ameaçava a fé cristã, por sua tonalidade materialista e agnóstica.

A luta contra a impunidade do crime de Margarida Maria Alves continua sendo um dos símbolos da Igreja, dos movimentos sociais e dos Centros de Defesa dos Direitos Humanos¹⁰, o que se estende ao movimento contra a impunidade de tantos outros crimes que ocorrem no país. Neste ano, após 22 anos de sua morte, provavelmente ocorra prescrição do processo, mas nem por isso a memória de Margarida cairá no esquecimento. Lembra-se que, ainda em 12 de agosto de 2005, ocorreu uma série de mobilizações e homenagens à sua memória. Como diz a música do cantor e compositor Júnior Targino: “te quero flor campesina, te quero flor companheira, quem se esquece da dor não sentiu solidão”.

Plantando educação e colhendo transformação: o CENTRU

O CENTRU foi construído em 1980. O seu congresso de fundação data de 9 de novembro de 1980, em Olinda, Pernambuco, estabelecendo sua sede nacional em Recife-PE, e suas sub-sedes na Paraíba e no Rio Grande do Norte, a partir das ideias de vários sujeitos sociais: trabalhadores/as dos movimentos rurais;

10 O 1º Centro de Defesa dos Direitos Humanos construído, na década de 1980, na Paraíba teve à frente o então advogado Wanderley Caixe. A participação ativa de religiosos, professores/as, estudantes e sindicalistas, atualmente, está identificado como a Fundação Margarida Maria Alves. Esta entidade acompanha o processo jurídico do crime de Margarida Alves, tendo como advogado principal o dr. Antônio Barbosa, que também assessora juridicamente os sindicatos rurais do Estado.

assessores dos movimentos populares, a exemplo de professores universitários, além de estudantes e artistas. Teve, na expressão do líder sindical rural maranhense Manoel da Conceição Santos, atuante no Vale do Pindaré – MA, uma de suas grandes expressões, conforme atesta Batista (1997):

Na defesa dos trabalhadores rurais e de sua gente, Manoel da Conceição foi vítima da ditadura militar instalada no país em 1964. Foi preso e torturado, perdeu uma perna em consequência dos maus tratos na prisão. Ficou conhecida uma frase sua, a respeito deste episódio: “Minha perna é minha luta” (BATISTA, 1997, p. 134).

Na percepção de Manoel da Conceição, o papel do CENTRU era um dos principais instrumentos de educação e da política. A educação constituía uma arma de luta frente ao latifúndio. As ideias de Paulo Freire inspiravam sonhos de organização, luta, esperança e liberdade. Aliados a essa ideia, vários outros/as trabalhadores/as rurais se unificaram, mediante aquele contexto.

Na Paraíba, mereceram destaques Luís Silva, do sindicato de São Sebastião do Umbuzeiro, José Martins, do STR de Serraria, Maria da Penha do Nascimento Silva e José Horácio, todos do sindicato de Alagoa Grande, além da professora Neide Miele, do professor Leôncio Caminho e outros assessores, a exemplo de Wanderley Amado, Regina Novaes, Roberto Novaes, irmã Valéria, e os estudantes Romero Antônio Leite e Antônio Barbosa, entre outros.

Os debates caminhavam no sentido da formação educacional e política, mas o congresso de fundação foi marcado por fortes divergências entre sindicalistas ligados à FETAPE, que se retiraram do debate e do congresso. Segundo Batista (1997, p.135):

Essas divergências diziam respeito se a direção do CENTRU devia ter em sua composição só trabalhadores rurais ou se necessitava ser composta também por assessores, educadores, intelectuais e outras personalidades

Eleita a nova diretoria do CENTRU regional, da qual Margarida Maria Alves e Luís Silva faziam parte, foi realizado um dos maiores congressos no Nordeste, nos dias 11, 12 e 13 de setembro de 1981, em Recife - PE, onde desenvolveram o Projeto Político Pedagógico (PPP) do CENTRU. Adotaram o método de alfabetização de Freire, com um programa que alfabetizava em 40 (quarenta) horas, e que foi desenvolvido no seu livro *Conscientização* (1996). Além disso, foram ministradas aulas de análises de conjuntura, história geral e do Brasil, e formação política, abrangendo análises de dois sistemas políticos, capitalismo e socialismo, e formação de gênero, com cursos de feminismo.

Preocupada com o índice de analfabetismo do povo na zona rural, Margarida Alves ia se envolvendo cada vez mais nas discussões do CENTRU, que passava, desde então, a prestar assessoria aos sindicatos rurais de todo o Nordeste e buscava mecanismos para a implementação de uma educação libertadora, tendo como objetivo a educação de jovens e adultos. Ainda no momento da abertura daquele congresso, Margarida fez o seguinte pronunciamento:

Se a gente se isolar, se a gente faz uma concentração por aí outra por acolá, se o sindicato é dividido, eles tomam a frente porque eles estão sentindo que estamos desorganizados. É por isso que os poderosos ficam nos intimidando e até espionando pra ver qual o trabalhador que faz parte do sindicato...Nós não podemos calar diante dessa multidão de famintos e injustiçados, temos que denunciar a situação em que estamos. A gente nunca vai esmorecer, não queremos o

que é de ninguém, nós queremos o que é nosso:
Terra e educação (BRAZIL, 2000, p.362).

O seu discurso demarcava, então, a necessidade da organização e o sentimento de reconhecer divergências presentes, embora aclamasse um apelo à adesão das forças, no sentido de ter como objetivo principal a luta frente ao latifúndio, mas também a esperança do movimento por educação. Esse congresso contava com a presença de inúmeras caravanas de trabalhadoras/es rurais do Nordeste, dos assessores/as, além de outras personalidades. Estavam presentes: Paulo Freire, Betinho e Luís Inácio Lula da Silva.

A fala de Paulo Freire era ainda uma das mais esperadas, e sua participação se deu em dois, dos três dias de Congressos. O seu envolvimento ocorreu em vários momentos de discussão e coordenação de grupos de trabalho sobre Educação e Prática de liberdade; Educação e Formação Política.

FOTO V – Paulo Freire no CENTRU



Fotografia 5 – Paulo Freire, Manoel Ferreira e Margarida Alves, Recife - PE, 1981.
FONTE: NDIHR. Foto adquirida em 04/02/2005.

Além da explanação sobre educação popular, Paulo Freire falou sobre a necessidade de o CENTRU promover um Grupo de Trabalho sobre educação e a luta das mulheres, uma vez que era visível a pouca participação das mulheres, sendo um congresso quase exclusivo de homens.

O congresso também foi marcado por várias apresentações artísticas e culturais. Um desses momentos foi o teatro de bonecos ou, como as pessoas da região o chamavam, *João Redondo*, que teve, na interpretação de um esquete, o que dois anos mais tarde iria mais uma vez acontecer: a violência do latifúndio contra os/as trabalhadores/as rurais.

FOTO VI – TEATRO POPULAR DE MULHERES



Fotografia 6 – Professoras interpretando a violência dos latifundiários contra os camponeses/as, Recife- PE, 1981. FONTE: NDIHR. Foto adquirida em 04/02/2005.

Também temas como a seca e o analfabetismo foram interpretados. Nesse contexto, merece destaque a participação de artistas mulheres, professoras, representando a *fuga* do povo

nordestino, com a retirada das pessoas para o sul do país, interpretando as consequências do polígono das secas, devido à falta de políticas públicas para a região do Nordeste, a exemplo de falta de geração de emprego e renda, escolas, moradia, saúde e saneamento básico. Essas professoras que interpretaram a peça teatral faziam parte de um grupo organizado do magistério da Paraíba, e ficaram conhecidas como as *professoras do brejo*. Elas também assessoraram, mais tarde, em 1986, a organização do Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo.

Outra discussão versava sobre a organização da classe trabalhadora e ocorreu de forma intensa, com grande ênfase durante o pronunciamento do líder nacional Luís Inácio Lula da Silva. Esse momento trazia consigo outras inquietações, como a recente fundação da Comissão Pró - CUT (1979)¹¹ e a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, a crescente expansão dos sindicatos e a filiação de várias comissões provisórias do PT pelo interior da Paraíba.

11 A CUT só foi fundada em 1983.

FOTO VII - LIDERANÇA NACIONAL 1 LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA NO CENTRU



Fotografia 7 – O líder sindical da região do ABC Paulista [Presidente da República do Brasil, eleito em 2002], Recife - PE, 1981. FONTE: NDIHR. Foto adquirida em 04/02/2005.

Uma das falas do líder Lula, segundo vários participantes, destacava a importância da unificação dos trabalhadores/as do campo e da cidade, como forma de acumular forças para as transformações indispensáveis no Brasil e na América Latina, bem como a necessária desmilitarização. As mobilizações das *Diretas – Já* só ocorreriam em 1984, mas o clima já era de luta pela redemocratização no país, inspirado pelas mobilizações com caráter de massa, como as que foram representadas pelas crescentes greves no ABC paulista.

Havia um destaque, no Estado da Paraíba, para a organização sindical dos professores/as do magistério público da rede estadual de ensino, dos trabalhadores/as do sindicato dos têxteis e agora uma crescente campanha por direitos trabalhistas por parte dos sindicatos rurais.

Outra participação importante nesse seminário do CENTRU foi a de Herbert de Souza, o Betinho, que falou da

necessidade de acalantar o sonho de se acabar com a fome no país, sobretudo, nas regiões mais atingidas pela seca e pelo descaso dos governos militares, com a situação de fome de crianças, adultos e idosos. Àquela ocasião, constituía apenas em uma das muitas falas do Betinho, nesse sentido, até se estruturarem em campanhas e ações de combate à fome, anos mais tarde, já na década de 1990, lideradas pelo Betinho.

FOTO VIII - LIDERANÇA NACIONAL 2 - HERBERT (BETINHO) DE SOUZA NO CENTRU



Fotografia 8 – Herbert de Souza – o Betinho – presente no Congresso do CENTRU, Recife - PE, 1981. FONTE: NDIHR. Foto adquirida em 04/02/2005.

O término das discussões caminhou para uma agenda política e para a implementação do método Paulo Freire, a que cabia levar a *conscientização* da necessidade de uma educação libertária e avançar na linha da organização da luta de classes.

A III assembléia geral do CENTRU ocorreu em agosto de 1983, na cidade de Guarabira-PB, exatamente no dia 12 de agosto. Durante as discussões chegava a notícia do assassinato de Margarida Maria Alves, que não comparecera no último dia, em virtude de outros compromissos assumidos com o sindicato, nos quais estava empenhada.

Estava prevista a realização de um seminário de três dias, após o término da assembléia geral, para aprofundamento sobre o movimento sindical. Margarida, pela manhã do dia 12 (primeiro dia do seminário), por motivo de responsabilidade do sindicato, viaja para Alagoa Grande com o objetivo de voltar no dia seguinte. Não foi possível seu regresso, a mão armada do latifúndio ceifou sua vida, suprimindo o movimento camponês de uma liderança expressiva e combatente [...] é impossível descrever o sentimento dos participantes daquela assembléia, ao receberem tal notícia. Logo após serem tomadas as primeiras providências, o CENTRU elabora um boletim informativo extraordinário, e divulga a nível nacional e internacional o trágico acontecimento. (BATISTA, 1997, pp.139-140).

A indignação possibilitava a exigência da punição dos culpados e reafirmava a posição de continuar a campanha trabalhista em elaboração. O avanço das lutas dessa campanha tomava uma conotação de luto e de dor. Por todo o país, as mobilizações ocorriam, e em todas as faixas estampava-se uma frase de Margarida que marcava a sua presença em todos os momentos: “É melhor morrer na luta do que morrer de fome”.

CAPÍTULO IV

POR QUE LEMBRAR DAS FLORES?

O pioneirismo feminino camponês como fonte
de aprendizagem: novas recordações



No atual contexto, os movimentos populares camponeses brasileiros, tanto no sindicalismo rural, na Comissão Pastoral da Terra (CPT), como no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), entre outros, contemplam o estudo de gênero na formação política e teórica dos militantes, não apenas pelo entendimento de que a mulher está intimamente ligada à história da terra (em perspectiva mística), mas na expectativa de que as lutas agrárias e das mulheres combinam-se e complementam-se.

Embora represente importante avanço esse caminhar junto, como ressaltar que a luta como trabalhadora é apenas uma faceta da luta das mulheres? Como garantir um espaço que lhes assegure direitos de uma cidadania integral, em espaço marcado pela exclusão de classe e gênero? Daí a necessidade de movimentos autônomos das mulheres por dentro desses movimentos.

Ao estabelecer esses questionamentos, passamos a trilhar a busca de pistas históricas, sobretudo da memória de lideranças que fizeram e fazem transformações significativas no seio de seus movimentos, como também na sua prática familiar e militante.

Nessa perspectiva é que se ancora o olhar sobre as mulheres camponesas, que, feministas ou não, colocaram em suas bandeiras de luta o anseio e as ações de mudança na sua condição e experiências de vida.

Faz-se, assim, necessário, no entanto, entender a opção pela denominação “Movimento de Mulheres Camponesas”, que, até o início desta década, se denominava “Movimento de Mulheres Rurais”, devido à ligação com os sindicatos rurais, em virtude da compreensão de três momentos distintos, nos seus fóruns de discussão.

Primeiro, no âmbito da constatação da força de trabalho desenvolvida por elas, pois, mesmo quando da denominação “mulheres rurais”, a essência do movimento sempre fora *campesina*, mais ampla, em virtude de o movimento incorporar não somente as mulheres sindicalistas rurais, mas as ribeirinhas, quebradeiras de coco, borracheiras, entre outras, em que toda a categoria trabalho está intimamente ligada à terra, independentemente se a forma de utilização é a plantação e coleta ou a extração vegetal.

Segundo, no âmbito simbólico, quando se incorporou a memória coletiva e a luta das Ligas Camponesas e se homenageou, assim, uma de suas maiores expressões, Elizabeth Teixeira.

A terceira dimensão é a política, quando, mesmo mantendo características próprias organizacionais em relação ao Movimento dos Trabalhadores/as Sem Terras (MST), adotou-se, além da nomenclatura, a via *campesina* nos moldes do MST.

Mencionaremos, a seguir, outras duas lideranças importantes, por *novas* evidências em suas trajetórias. Elas estão, dessa forma, associadas ao pioneirismo político-educativo sindical e popular: Elizabeth Teixeira e Maria da Penha Nascimento.

É inegável o papel desempenhado na construção significativa da organização das Mulheres Rurais. No caso da Paraíba, há a relevância de Elizabeth Teixeira; Margarida Maria Alves e Maria da Penha Nascimento, que se constituíram em expressões no cenário regional e nacional, tanto no movimento de luta pela terra quanto no movimento de mulheres, seja pela atuação direta em fóruns específicos, seja pela prática coerente destas, reconhecidas pelo movimento das mulheres, do campo e da cidade.

O período em que atuaram tem em comum um marco de transição, no contexto que vai da ditadura militar à “reabertura democrática”, possibilitando a eclosão dos movimentos de massa, como do movimento de organização dos trabalhadores (as) do campo. Além das Ligas Camponesas e sindicatos rurais, entram em cena a CPT e o MST, embora,

na Paraíba, nesse período, a maior atuação tenha passado pelas Ligas Camponesas, a CPT e os sindicatos rurais, em especial os localizados no Brejo paraibano, pois o MST se consolidaria apenas nos meados da década de 1990.

Nessa contextualização, a educação formal passou por várias medidas ofensivas, enquanto reformas da ditadura militar, comprometendo, inclusive, o caráter de gratuidade e qualidade do ensino público. Foi nesse contexto, também, que a educação popular alçou vôos, como explicita Ghiraldelli (2003):

No Brasil, entre os anos de 1960 e o início dos anos de 1980 [...] o movimento renovador do ensino, ou seja, o escolanovismo, ganhou uma vertente especial que acabou até se desgarrando dele se tornando um ideário educacional próprio: A pedagogia de Paulo Freire. (GHIRALDELLI, 2003, p.163).

A influência de Paulo Freire, com a Pedagogia Libertadora, foi direcionada à educação popular, em especial à educação de jovens e adultos da cidade e do campo, e teve apoio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

A atuação da Campanha da Educação Popular (CEPLAR) na Paraíba, com a utilização do método Paulo Freire, fora direcionada aos camponeses, ainda no final de 1962.

Tanto as Ligas Camponesas, como os sindicatos rurais, aliás, estes principalmente que caminhavam juntos com os setores progressistas da Igreja católica, perceberam que a educação, sobretudo a alfabetização das/os camponesas (es), constituía uma arma dos excluídos. De sua luta contra o latifúndio, emanava um caráter educativo para a sociedade como um todo, tornando-se, então, uma pista de mão dupla.

Partindo desses pressupostos, percebe-se que o grau de apreensão de conhecimentos dessas lideranças localiza-as no

seu espaço de atuação, como detentoras de um saber histórico, na perspectiva da história dos excluídos, em que revelam seus comprometimentos com as ações educativas.

Para Elizabeth Teixeira, uma liderança que viveu a mesma dor, mas com especificidades históricas diferenciadas da luta enfrentada por Margarida Maria Alves, a necessidade de uma reforma agrária significava ir além do desencadeamento de mobilizações, pois se faziam necessárias outras habilidades, em especial a condição de ser liderança mulher.

Ser líder no campo, Sr. Doutor, mesmo mulher, e hoje mãe e pai de família, precisa saber organizar. Organizar as famílias, em grupos, em núcleos. Precisa saber falar, também, com os latifundiários. Prá dizer sim, se tiver ganho, pra todo o núcleo. Prá dizer não, se não houver ganho. Olhar nos olhos dos jagunços, depois virar e não olhar pra trás, mesmo que venha tiros.

FONTE: COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO. Ata da CPI do Campo, Livro XXII, Brasília, 1972, p.04.

Essa fala de Elizabeth expressa, de forma articulada, várias dimensões do seu cotidiano, as quais se cruzam e se encontram, a exemplo da sua opção de resistência aos poderes locais e da sua formação política e disciplinar, advinda das Ligas Camponesas, sobretudo, das dificuldades enquanto mulher, de se reconhecer e ser reconhecida como liderança. Enfim, da sua crença ideológica que lhe forneceu as condições para dar continuidade às tarefas políticas, após a morte do seu marido, João Pedro Teixeira, expoente da luta pela terra.

A constatação desse reconhecimento vai se solidificar, sobretudo, na sua luta incansável, na condição de mãe e de formadora de opinião sobre suas vivências no campo. Tal postura

crítica, contida no trecho da sua fala, simboliza a natureza educativa enunciada por Paulo Freire:

A questão da coerência entre a opção proclamada e a prática é uma das exigências que educadores críticos se fazem a si mesmos. É que sabem muito bem que não é o discurso o que ajuíza a prática, mas a prática que ajuíza o discurso (FREIRE, 2001, p.05).

Para além da atuação como liderança política, nesse exemplo, educadora popular das Ligas Camponesas, Elizabeth Teixeira, desde a década de 1960, alfabetizou¹² os seus filhos e outros camponeses. Também realizava a leitura dominical dos jornais para cerca de oitenta camponeses da região na sua casa.

Nesse contexto, essas ações foram ganhando visibilidade junto aos fazendeiros locais, que organizavam constantes dispersões das aulas e das leituras dos jornais, na casa de Elizabeth. No entanto, a resistência motivou Elizabeth Teixeira a prosseguir suas tarefas no campo político sindical e no educacional. Não se trata de perceber a mulher Elizabeth como educadora formal¹³, mas apenas registrar que essa tarefa era desempenhada devido ao fato de que a escola rural, muitas vezes, inexistia.

A referência educativa do sujeito Elizabeth está expressa na formulação de Pinto, que a concebe da seguinte forma:

A Educação é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses. Por consequência, a educação é formação (BILDUNG) do homem pela socie-

12 A professora escolar do meio rural, nesse contexto, quase sempre era leiga de formação universitária (o que ainda ocorre na atualidade), e, algumas delas apenas sabiam ler e escrever.

13 Para aprofundar sobre a História da Educação no campo, e em particular como atualmente o MST vêm refletindo e implementando práticas pedagógicas, ver o livro *Pedagogia do movimento sem terra: escola é mais do que escola*, de autoria de Caldart.

dade, ou seja, o processo pelo qual a sociedade atua constantemente sobre o desenvolvimento do ser humano no intento de integrá-lo no modo de ser social vigente e de conduzi-lo a aceitar e buscar os fins coletivos (PINTO, 1982, p.23).

Tal definição aponta características em que a educação não pode ser apreendida apenas pelos mecanismos da lógica formal, mas a partir da história dos indivíduos e da história da comunidade, possibilitando, assim, a produção e a apropriação do conhecimento ao conjunto dos envolvidos. Está escrito no Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96:

A Educação abrange os processos educativos que se desenvolvem na convivência humana, na vida familiar, no trabalho, nas instituições de ensino, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, no esporte, no lazer, nas manifestações culturais e no contato com os meios de comunicação social (BRASIL, 1996, p. 11).

Maria da Penha Nascimento, além de fundadora do MMB, atuava ao lado de Margarida no sindicato de Alagoa Grande. Foi integrante da Comissão Estadual de Mulheres da CUT/PB e candidata, a vereadora, algumas vezes, pelo Partido dos Trabalhadores.

A produção de textos escritos por Penha pode ser considerada vasta. Escreveu vários textos sobre as ações de resistência ao latifúndio, em especial após a morte de Margarida. Lançou livros: *Violência Rural e Reforma Agrária*, e *Por que Trabalhar com Mulheres*, em parceria com outros autores e entidades.

A sua preocupação com os registros escritos também se estendia à construção de acervos e bibliotecas nos sindicatos. Da

sua atuação militante estava convencida de que a prática da luta cotidiana era a melhor arma, quando costumava falar: “Só quem luta é que sabe a dor que a gente sente”. Em sua frase está contida uma reflexão, a do aprendizado com a essência da *experiência*, entrelaçada ao sentimento de que primeiro vem a *luta* como anunciante e, portanto, a formadora da *classe*.

Enfim, o resultado de tais ações revela uma prática educativa cotidiana, que tem como pilar, base de um espaço público, o ser liderança, e do espaço privado, o ser mulher, que traz marcas específicas, a exemplo da condição de ser mãe e educadora dos próprios filhos, que descortina uma atuação na história e na negação do silêncio sobre a participação feminina na construção das sociedades, algumas caladas pela tragédia, outras pela força da brutalidade e da opressão do(s) poder(es), ou ainda, pelo silêncio do próprio saber histórico. Nos fazem questionar, constantemente: onde estiveram/estão as mulheres camponesas ao longo da história nas Ligas Camponesas, nos sindicatos rurais, na CPT e no MST?

4.2 Contribuição à memória coletiva: o novo na educação popular

A discussão da memória decorre de vários campos de pesquisas e não apenas do campo da história. Cada vez mais, está pautada em áreas como a literatura, a sociologia, a antropologia e tantos outros campos de conhecimento que percebem a necessidade desse tipo de registro, para de fato “fazermos apelo aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar, o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma, embora muitas circunstâncias nos permaneçam [**ainda**] obscuras” (HALBWACHS, 1990, p.25). No entanto, é tida como produção tímida na educação popular.

Retomar as lembranças e abordá-las de forma ensaística, poética, narrativa ou mesmo analítica assinala visões que se

arriscam em descortinar o passado através de outros mediadores, compreendidos entre o dado empírico e a sua transposição para o plano da reelaboração, representação e/ou compreensão.

A questão de articular os mediadores em dada pesquisa, ao mesmo tempo em que consiste fonte transposta, tomando a história oral como referência, constitui em mais um recurso metodológico. Acrescem-se, na relação pesquisa-pesquisador/a, outros atores sociais, compartilhando ou mesmo articulando outras vozes, para subsidiar a sustentação da tese de que, no campo da memória, existe uma disputa implícita ou explícita, para *lembrar* Le Goff em *História e memória* (1996).

Assim, faz-se a opção nessa pesquisa por, de fato, ter outras vozes para subsidiar, no mínimo, duas disputas explícitas: a da relação latifundiário-camponês/a e a da relação homem-mulher.

No decorrer dessa análise, privilegia-se, além disso, o *diálogo* como elaboração de ferramenta educativa para recorrer a essas memórias, que carregam registro da história de Margarida Maria Alves, marcada pelas opressões vivenciadas por ela, na luta cotidiana contra os latifundiários e o patriarcalismo. Outra dimensão que permeia essa memória são os laços de afetividade construídos entre Margarida e as outras camponesas.

É importante ressaltar que o estudo memorialístico, em termos de reflexões de uma nova visão crítica, necessita da compreensão dos limites da *representação* e das possíveis deformações do resgatado e do transplantado, que carece da mediação entre o narrado e o compreendido, como atesta Mendonça (1993, p.04):

embora informado pelo chão histórico e pelas experiências de vida do autor/a, o texto de memórias encerra uma realidade que não pode ser reduzida a um mero relato documental [ou oral] de fatos da época. É engano se pensar que esse gênero textual relata os fatos tais quais se

passaram ou foram presenciados. (MENDONÇA, 1993, p.04)

As formas de apresentação da biografia memorialística, segundo Bakthin apud Mendonça (1993, p. 06), surgiram desde a Antiguidade com os gêneros biográficos greco-romanesco das obras *A apologia de Sócrates* e *Fedro* e a autobiografia de *Isócrates* (primeira autobiografia na história). Representavam “atos verbais cívico-políticos de glorificação ou de auto justificação dos acontecimentos públicos”.

Nesse sentido, ao apreciar outra versão da história, a partir dos de baixo, a Nova História Cultural também orienta outra forma de (re)pensar o fazer memorialístico, como antecipa Le Goff (1996, p. 477):

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens [e **mulheres**]¹⁴

Nesse campo de investigação, destacam-se outras colaborações: *Memória coletiva* (1950), de Halbwachs, e *Memória e Sociedade* (1987), de Bosi, no campo da sociologia e da psicologia social, que, embora de outras áreas, caminham na mesma direção a que apontava Le Goff, ou seja, aproximam-se de uma memória dos excluídos ou, como diria Paulo Freire, de uma memória libertária.

14 Grifo nosso.

Margarida Maria Alves, o MMB e o MMT: práticas educativas

Lembrar de Margarida, através das fotografias ou da mediação entre a sua vivência e as representações contidas na memória de outros sujeitos sociais, através do diálogo, cuja parte dos fatos relatados já são de conhecimento público, transpõe o universo focalizado para o patamar da representação.

Esses registros demonstram o desenrolar da configuração do local, da conjuntura da época e da revelação do silêncio histórico de outros sujeitos sociais, em cujos acontecimentos estavam inseridos/as. Tais acontecimentos compreendidos, não apenas da existência de Margarida (1933-1983), mas da feição contextual, que vem até hoje jorrando revelações, acrescentam mais dados sobre a sua vida, ou sobre os acontecimentos da sua morte, ou mesmo, ainda, sobre as organizações em que estava inserida.

Por uma opção de preservar as fontes, bem como a identidade construída na região do Brejo com o movimento das margaridas, passamos, agora, ao diálogo estabelecido com as campestinas. Admitindo-se os seguintes pseudônimos: Sabiá do Norte e Patativa do Brejo são mulheres que conviveram com Margarida Maria Alves e continuam nos espaços de atuação sindical, do movimento de mulheres e da formação política, no campo da educação popular.

A construção desse diálogo teve seu início em outubro de 2004, por ocasião do nosso encontro no Fórum Social Nordestino (FSN), quando conheci *Patativa do Brejo*. Como já conhecia *Sabiá do Norte*, ocorreu-me a ideia de iniciar ali no FSN o diálogo onde apresentava uma oficina sobre os movimentos sociais na Paraíba, com os demais colegas da linha de movimentos sociais do Mestrado em Educação.

A conversa iria se repetir em outros momentos, de forma a ser registrada e gravada, mas sem, necessariamente, estarmos

as três juntas em um mesmo lugar. Às vezes, só duas de nós. No entanto, apresenta-se, aqui, com uma tonalidade de corpo textual ininterrupto, não só por opção de sistemática, especialmente porque se sabia quais eram os elos de ligação. Assim retomávamos esses elos sem problemas maiores.

Passamos, na condição da autora desta pesquisa, a assumir o papel de facilitadora do diálogo, como *Ana*¹⁵, acrescentando ao trabalho memorialístico a inclusão da fotografia e da composição musical, como novas fontes documentais que cumprem uma dupla função: contribuir para o registro e para a estética do movimento.

Sabiá do Norte:

Eu conheci a Margarida Maria Alves em outubro de 1975 quando em vim para Alagoa Grande. Morava em Bananeiras na época, eu vim embora para Alagoa Grande e no mês de outubro fui ao sindicato para me associar, em outubro de 75. Aí, a Margarida era uma pessoa assim, uma mulher religiosa, muito simpática, muito dinâmica, muito sentimental, ela conversava, ela ria, ela chorava quando a gente cantava. Aquela pessoa amiga companheira de todas as horas, uma grande lutadora, Margarida ela veio de família pobre, os pais dela moravam num Sítio de Jacu em Alagoa Grande, de onde foram expulsos da terra, e ela veio para a cidade, foi na época das Ligas Camponesas. É, e ela com a família ficaram morando na periferia, na rua da Olinda

15 Essa é a forma com que as camponesas me conhecem, devido ao fato de assim ter sido apresentada pela professora Wilma Mendonça, pioneira no trabalho formativo e militante com as camponesas da Paraíba, e atualmente, coordenadora do Fórum de Mulheres da UFPB.

Patativa do Brejo:

Eu conheci a d. Margarida já no tempo que ela era do sindicato, acho que em 79 e um dia eu disse, vou lá conhecer essa mulher que todo mundo fala [...] ouvia falar bem dela, nunca escutei falar que ela não fosse desse jeito, destemida, e ao mesmo tempo, simples, e aí eu cheguei lá no sindicato, e fui mais prá conhecer e terminei me associando e ficando amiga da danada

Ana:

Eu comecei a ouvir falar dela pelos jornais, quando da morte dela, eu tinha 10 anos, mas lembro que em 1988, já estudando no Lyceu, e fazendo parte do movimento estudantil secundarista [...] naquela época do governo de Burity, a gente fazia muita passeata contra o aumento das passagens de ônibus e escutávamos falar da tragédia de sua morte, e todo 12 de agosto a gente estava junto com outros movimentos populares para cobrar justiça

Sabiá do Norte:

Margarida quando chegou em Alagoa Grande conheceu o padre Geraldo, o padre Geraldo em 1962 fundou o sindicato de Alagoa Grande, padre Geraldo Pinto, e a Margarida que era uma pessoa muito religiosa, que participava muito da Igreja, com influência do padre Geraldo. Ela se associou e começou a participar, fez parte da chapa, na época como secretária, foi secretária por duas vezes, e depois concorreu a presidência

Ana:

O marido dela, o Cassimiro, também foi presidente?

Patativa do Brejo:

Cassimiro, acho que foi o primeiro, ou o segundo presidente, teve Álvaro Diniz

Sabiá do Norte:

Cassimiro foi antes de Álvaro ou foi depois. Eu também não estou lembrada, sei que depois a Margarida concorreu e foi eleita, por muitas vezes, ela foi eleita, né...Os trabalhadores tinham uma confiança porque Margarida era uma mulher muito forte, muito firme na luta dela, ela não baixava a cabeça não, ela defendia os trabalhadores, ela queria o melhor para os trabalhadores. Quando dos discursos dela, ela mostrava, ela passava para os trabalhadores, a segurança que eles precisavam ter, então aquelas palavras dela era como sustentáculo para os trabalhadores

Patativa do Brejo:

Dáí foi quando eles começavam a ter a firmeza e saber que Margarida era a presidenta ideal para o sindicato dos trabalhadores rurais de Alagoa Grande. Não foi uma coisa do dia pra noite

Sabiá do Norte:

Na época foi também um dos primeiros sindicatos que encampou a luta, levantou bandeira pela carteira assinada, pelos direitos trabalhistas, né...pelo direito ao sítio, à lei do sítio, que naquela época, os patrões plantavam até a porta de casa, até a biqueira da casa

Patativa do Brejo:

Ah! A lei do sítio foi boa, porque se a gente bobasse o patrão plantava dentro de casa, já que o chão das casa era de barro

Ana:

Essa foi uma ótima luta! E quais foram as outras lutas

Sabiá do Norte:

E a Margarida encampou essa luta também do direito ao sítio, que era quatro hectares que os trabalhadores tinham direito e a carteira assinada, o repouso semanal e horas extras, se preciso fosse

Patativa do Brejo:

Todos os direitos trabalhistas, Margarida lutava por eles, e Margarida lutava para que nós tivessemos acesso a eles, porque primeiro se luta pela lei, depois tem que lutar pelo acesso

Ana:

[...] e aí vem a perseguição

Sabiá do Norte:

É, foi quando começou a perseguição dos latifundiários, dos patrões, naquela época, também ocorreu o assassinato de Pedro Teixeira, e agente escutava falar muito de D. Elizabeth Teixeira das Ligas Camponesas, essa morte influenciou muito o lado dos latifundiários. Acho que a morte de Pedro Teixeira foi em 62 e repercutiu também, até hoje

FOTO IX – HOMENAGEM DAS CAMPONESAS A ELIZABETH TEIXEIRA



Fotografia 9 – Elizabeth Teixeira homenageada em João Pessoa – PB pelas camponesas. Foto tirada em 10/08/2004. FONTE: Arquivo Pessoal, 2005.

Patativa do Brejo:

É e aí a perseguição dobrou, depois das Ligas
Camponesas

Sabiá do Norte:

Dobrou mesmo

Ana:

O mesmo grupo da Várzea

Sabiá do Norte:

O mesmo grupo da Várzea, né? E a Margarida,
ela começou a receber cartas, telefonemas anô-

nimos, cartas anônimas, ameaças desse tipo [...] que seria melhor ela fugir, mudasse, ela deixasse a luta, saísse, mudasse o discurso dela porque resultaria em coisas piores

Patativa do Brejo:

Como de fato aconteceu [...] e eu queria que Sabiá contasse pra gente como foi isso, todo mundo sabe, mas ela viveu mais perto dela, junto com a companheira Penha

Sabiá do Norte:

Em 1983, no dia 10 e 11 de agosto de 83, ela estava no seminário em Guarabira, com a Penha, com outros companheiros da CPT na época, e sindicatos também. E foi quando a Penha notou que a Margarida tava pensativa, ela tava triste, e alguma coisa a estava perturbando. E Penha começou a conversar com ela e dizer que ela não podia ficar presa sem abrir o jogo para os companheiros, e sem dizer o que é que estava se passando. Aí foi quando ela, no silêncio do quarto, falou para Penha que estava sendo ameaçada de morte, já tinha recebido cartas e telefonemas anônimos com ameaça de morte. Mas antes ela já tinha dito no discurso em Sapé, que era melhor morrer na luta do que morrer de fome, e que da luta ela não fugiria, isso foram frases dela já através das ameaças que ela vinha recebendo, mas sem dizer o porquê. Então quando ela confessou para Penha o que estava acontecendo, a Penha se prontificou que na segunda-feira junto a ela e outros companheiros procuraria a justiça para denunciar os acontecimentos. Infelizmente não deu tempo, quando foi no dia 13, aliás no dia 12, que ela voltou para casa, quando ela chegou em casa, com pouquinho tempo, a irmã dela trouxe um pedaço de espiga de milho, ela dividiu esse milho para ela e para o filho dela, José

Arimatéia, que na época tava com 6 ou 7 anos. E quando ela estava comendo foi quando o pistoleiro chegou. É, vizinhos da Margarida, depois no processo disseram que, desde o dia 11, que esse cara rondava a casa e passava naquela rua de carro, mas ninguém sabia porquê, nem qual era o objetivo deles, né? Só no dia 12, quando ele chegou na casa da Margarida e perguntou se ela era a Margarida, que ela disse que era, foi quando recebeu um tiro de espingarda calibre 12, que acabou com a vida da companheira [...] estourando toda a face dela.[...] e jogando os miolos na parede. Uma coisa triste. E fazem 22 anos, que esta morte está impune, esse crime está impune, a justiça continua dormindo.

FOTO X – MOBILIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS CONTRA A IMPUNIDADE DA MORTE DE MARGARIDA



Fotografia 10 – Mobilização contra a impunidade dos assassinos de Margarida Alves. Foto tirada em agosto de 1984. FONTE: NDIHR. Foto adquirida em 04/02/2005.

Patativa do Brejo:

Dormindo mesmo, porque quem mandou matar foi os latifundiários da época. E quem matou estava acobertado, e até hoje a Justiça ronca.

Sabiá do Norte:

São tantos inocentes aí, tantas pessoas que são presas porque passa num partido de cana tira uma cana, passa num partido de bananeiras e tira uma banana pra dar ao filho que tá com fome, aí são presos e muitas vezes maltratados, os latifundiários matavam, matam e fica por isso mesmo, tivemos a morte da Margarida, a morte de João Pedro Teixeira e tantas outras companheiras e companheiros que ainda estão impunes, e a justiça brasileira continua dormindo

Ana:

Assim, ninguém pode negar que durante 22 anos de processo tudo mudou...Mudou-se de juiz, mudou-se de Fórum, por muitas vezes mudaram-se os parlamentares para que os que estavam sendo acusados, e eram suplentes, assumissem e ganhassem a imunidade parlamentar, mudava-se as datas da audiência, adiava-se as audiências, em cima da hora, cada vez que as mobilizações cresciam [...] Ôu por que ocorria queima de arquivo, pois mandaram matar testemunhas, e muitas outras coisas. Mas ainda não ocorreram as mudanças que nós queremos

Patativa do Brejo:

É por isso que muitos se revoltam e fazem a justiça com as próprias mãos, mas pra nós que ta-

mos no movimento, a nossa arma é a nossa luta, e vamos continuar lutando, denunciando, e se fecharem o processo, nós abre ôtro

Sabiá do Norte:

Infelizmente a justiça brasileira, ela dorme para esses acontecimentos, parece até que há um conchavo, assim, a gente pensando [...] a gente não têm provas, não tem certeza e não pode denunciar, mas até parece que a justiça brasileira vinha, de uma relação com os latifundiários, que eles não os perseguiram. Na época, da Margarida, quando mataram a Margarida, e era assim, umas 5hs30, 6hs faltou luz, faltou energia, a cidade ficou completamente no escuro, e só depois de 7hs da noite foi que a polícia veio chegar. Quer dizer, que parece até ser tudo pré-meditado, tava tudo planejado, porque tinha de faltar energia naquela hora

Patativa do Brejo:

Mas a gente nunca ficou de braços cruzados. Até nessa época, a gente denunciou tudo isso. A questão é que nessas horas, a Justiça, a polícia, e também os patrões diziam que era obra do acaso

Sabiá do Norte:

E a gente vê de lá pra cá, o quanto nós temos se esforçado. E é bom que a gente também ressalve que eles, os latifundiários pensaram, os patrões pensaram que ao matar Margarida calaria, só que eles se enganaram, porque do sangue daquela mulher brotou muitas, e muitas margaridas, nós temos milhares de margaridas, espalhadas nesse Brasil, nos movimentos popu-

lares, nos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, nós temos o MTR Nordeste, nós temos o MMC- Mulheres Camponesas do Brasil, o MMT, aqui na PB, da qual eu faço parte de todos os três

Ana:

Aí, vocês podiam falar da atuação de vocês no sindicato e no movimento de mulheres, e até de como vocês viam a participação de outras mulheres no movimento das Camponesas, certo?

Patativa do Brejo:

Eu faço parte do Movimento de Mulheres Trabalhadoras em Pirpirituba, mas sou da base do movimento, e já tive uma, algumas vezes na direção, mas hoje devido a minha saúde, eu participo, eu vou pras reuniões, mas não quero assumir mais cargos de direção, também por que acho que tem que ser uma, depois ôtra, depois as mais novas que vão chegando, eu acho que é assim que tem que ser

FOTO XI – MULHERES CAMPONESAS DO MMT



Fotografia 11 – Mulheres camponesas do MMT. Da esquerda para a direita: Soledade, Mazinha, Maria do Céu e Lúcia. Foto tirada em 17/03/2005 FONTE: Arquivo Pessoal, 2005.

Sabiá do Norte:

[...] Após a morte de Margarida, a gente viu a necessidade que nós tínhamos de organização. É a Penha foi outra grande companheira que também morreu, infelizmente, nós não temos mais a nossa companheira Penha, assim com outras, também a Serise, que encabeçavam a luta pelo movimento das mulheres trabalhadoras rurais... Na época, a preocupação da Penha que assumiu a luta depois de Margarida junto com nós outros companheiros e companheiras, é que as outras mulheres não participavam do sindicato, nas assembléias só os homens chegavam. Quando acontecia chegar uma ou duas mulheres, fi-

cavam caladas, quando questionavam alguma coisa, os homens diziam que elas não tinham que falar. Então, a gente viu a necessidade e a preocupação que se tinha que se ter com esse movimento das mulheres para que essas mulheres passassem a ter formação, começasse a elas se sentir gente também e lutar pelos seus direitos, daí a gente fundou o MMB, em Alagoa Grande que foi o Movimento de Mulheres do Brejo. Isso foi em 1986, a gente já participava, aliás eu não, mas a Penha, as outras companheiras participavam, também da CPT. Que era a Pastoral da Terra. Mais, aí a gente viu a necessidade de se fundar o Movimento de Mulheres do Brejo e também foi criado o MMT, em Píripituba, que era e é o Movimento de Mulheres Trabalhadoras, que hoje ainda continua o MMT. Infelizmente depois da morte da Penha, a gente teve dificuldades e se juntamos ao MMT, e ainda hoje temos muita dificuldades

Patativa do Brejo:

Dificuldades sim, mas se continua na luta, né? Porque não dá prá parar, se não como é que vai ficar, eu imagino como é que fica aquelas mulher que as veze, tá com muitos filhos. E é assim., quando menina não estudou muito, casa cedo e fica cheia de filho, aí o marido, quando é ruim, que bebe, e que bate na mulher, se dana pros bailes e arruma ôtras, que aliás essas ôtras vão sofrê também, porque o home ele não muda, não tô dizendo todos, mas é assim a maioria, e aí? Às vezes eu penso que dispôs, a mulher fica mal, fica mal com ele e também quando se separa, porque tem que criar os filhos só. Mais ainda é melhor sozinha do que mal acompanhada

Sabiá do Norte:

Antes da morte de Margarida, antes dos seminários do CENTRU, antes da luta integrada aos movimentos da CUT e dos sindicatos, nós também não sabíamos o que era nossos direitos. A gente tinha que curvar a cabeça, a gente vivia de cabeça baixa, curvada perante a sociedade. Agente não se sentia mulher, porque a gente só fazia o que o povo queria. A gente obedecia a pai, a gente obedecia a patrão, a gente obedecia a marido, e era aquela coisa, a mulher tinha que baixar a cabeça em tudo, até nossos próprios pais passavam aquela imagem pra gente e dizia que na hora do casamento a mão da mulher ficava por baixo, e a mão do marido ficava por cima, porque a mulher ela tinha que ser submissa ao marido, toda hora a mulher tinha que ser a outra metade, mas a metade inferior do homem, e hoje, a gente sabe que não é isso

Patativa do Brejo:

Nós passamos a cobrar respeito, e isso é muito importante, todo mundo tem que ter direito e dever. E no meio disso tem que ter respeito, porque primeiro a gente tem que amar a gente, se não agente não pode amar ôtra pessoa, não pode amar marido, não pode amar filho, têm que ter respeito e amor, amor de si mesma, primeiro

Ana:

Ainda não está do jeito que tem que ser, mas já mudou muita coisa, a partir da nossa luta, não é mesmo

Sabiá do Norte:

A gente já conquistou muito nesses anos de luta, mas nós queremos muito mais, porque se nós temos direito, os direitos terão que ser entregados às mulheres. Hoje nós temos mulheres no mundo do trabalho, a mulher hoje tem liberdade de trajar do jeito que ela quer, e de calçar da maneira que ela quer, de ir para onde ela quer. Não é mais aquele tempo que uma mulher não podia sair de casa sozinha porque o pessoal já ficava apontando, uma moça não podia sair de casa sozinha que ela já não era mais moça, que era isso, que era aquilo outro, e hoje nós andamos de cabeça erguida, nós temos nossos deveres e que importa que alguém olhe pra gente com o olho torto que danem-se. A mulher nasceu pra ser mulher e não pra ser escrava, a mulher não é objeto e a mulher não é propriedade de ninguém, a mulher é um ser humano da maneira que o homem é, e pronto

Patativa do Brejo:

E é isso que tem que ser passado pra menina, ainda criança, e pros meninos também [...]

Sabiá do Norte:

E é isso que nós passamos para os trabalhadores, para os nossos filhos, e é isso que nós queremos, e é isso que devia ser, acho que é isso que tem que ser.

Ana:

Isso tá bonito, mas eu queria, se possível que a gente pudesse falar dos seminários do CENTRU, assim, quais eram os cursos que davam? Tinha curso de formação de gênero? Como eram as aulas, e também, sobre aquele congresso que eu peguei as fotos e passei pra vocês, lá do NDHIR, da Universidade, aquele que aparece Paulo Freire, Betinho e Lula e quando a Margarida morreu, ela estava no III seminário em Guarabira não era?

Patativa do Brejo:

Eu realmente não cheguei a participar dos Seminários, nem dos cursos do CENTRU, porque acho que nesse período eu viajei, mais participei só de cursos, que foram as mulheres lá da Universidade, também do CUNHÃ, do Centro 08 de Março, eu participei desses, e acho que foi muito bom, é como se a cabeça da gente se abrisse, a gente passa a ser ôtra coisa, mas acho que Sabiá pode dizer tudinho, fala Sabiá.

Sabiá do Norte:

[...] A Margarida ela também foi uma das fundadoras do CENTRU aqui na PB. Ela era da Coordenação do CENTRU, a Penha também. E eu também participei do CENTRU, tanto da participação dos Seminários, e também depois eu fui da direção do CENTRU. A Margarida ela sempre defendeu essa proposta de luta dos trabalhadores, da organização. O CENTRU era uma coisa que trabalhava em prol dos trabalhadores, aqueles cursos, seminários

de Formação para que As trabalhadoras e os trabalhadores rurais aprendesse alguma coisa. Inclusive eu cheguei até a participar de seminários para discurso, mas os cursos era mais de formação geral, a gente tinha cursos dos direitos trabalhistas, da sexualidade, a gente trabalhava as questões gerais do Brasil, a gente aprendia história, muita história sobre o capitalismo, o socialismo, sobre o feminismo. Aquelas pessoas que iam dar os cursos pra gente tornaram-se também nossos amigos. O que a gente trabalhava mais, quando aprendia a ler, era sobre a conjuntura do país, a conjuntura do Brasil, depois a gente trabalhou em conjunto como outras entidades, por exemplo, trabalhamos um seminário sobre sexualidade, em conjunto com o CUNHÃ. Trabalhávamos também com a juventude, tínhamos um projeto sobre o Jovem canavieiro. Nós tínhamos além do movimento de mulheres, a gente trabalhava com os jovens canavieiros, que era de idade entre 12 e 16 anos. Era muito importante aqueles seminários porque a gente incentivava aqueles companheiros a se estruturar, tanto no mundo do trabalho, quanto na vida política e isso era uma coisa que a gente tava repassando e agente tava aprendendo

Ana:

A gente aprende o tempo todo, também, com essas lembranças, e com a cultura popular, como os cordéis que eu vi que retrataram a tragédia de Margarida, e também é muito bonita aquela música que falava da Margarida e das violetas que são vocês

Patativa do Brejo:

Somos nós. Acho que é aquela que fala assim,
Margarida minha Rosa preferida é daquele menino, como é?

Ana:

É a música do Júnior Targino, ele apresentou aquela música na versão portuguesa e também na espanhola, e foi premiada no X Festival de Música Popular Brasileira do SESC-PB em 1995, na colocação *júri da crítica* Flor Camponesa (Júnior Targino)

Margarida minha rosa
Preferida do campo
Do canto que se foi
Violetas, companheiras
Que saudade, que vontade
De esquecer a dor

Te quero Flor Camponesa
Te quero Flor Companheira

Pelos campos muito distantes
Há uma vida
Pelos campos muito distantes
Há uma vida
Que baila com o sol
Com a dor e a ferida
Com a dor e a ferida
Vida!

A procura, a tortura, o tormento
A procura, a tortura, o tormento
Quem se esquece da dor
Não sentiu solidão
Quem se esquece da dor
Nunca sentiu solidão, vida!

Patativa do Brejo:

É muito bonita essa música, e tem também muitas ôtras que marcaram e que marcam até hoje

Ana:

Aquela música *Maria Maria*, de Milton Nascimento, que retrata bem a nossa luta das mulheres, também é muito cantada nos movimentos, mas tem as músicas de vocês

Patativa do Brejo:

A Sabiá faz parte do grupo de mulheres violeiras que também marca a nossa luta e canta *o repente*, que é no improviso, é muito bonito

Ana:

Pois vamos cantar

Sabiá do Norte:

Vamos se embora [...]

O diálogo exposto possibilita entender como a mulher camponesa, Margarida Alves, e outras lideranças constroem identidades, permanentemente. A questão que se coloca é a contraposição ao desempenho da mulher nos moldes do papel social, da qual a única visibilidade possível fosse a da relação do grupo familiar, ou seja, uma identidade vinculada com a relação do mundo privado, tais como, o casamento e a maternidade.

As mulheres que estabeleceram o diálogo na pesquisa demonstraram o seu deslocamento ao ingressarem no mundo do trabalho, ao discutirem as relações de produção, dos papéis assumidos com a divisão sexual do trabalho. Consequentemente,

questionaram as decisões das autoridades estabelecidas pelos patrões, pelos maridos e pelos parceiros sindicalistas.

Dessa forma, conquistam-se, a partir da consciência adquirida, direitos e saberes, como afirma Freire (1980, p. 40): “o ser humano não pode participar, ativamente, na história, na sociedade e na transformação da realidade, se ele(a) não obtiver uma conscientização sobre a realidade e sobre o seu potencial para transforma-la”.

Vale salientar que essa dicotomia entre o mundo doméstico e público possui um caráter acentuado na zona rural, como reflexo da base patriarcal na construção desses poderes no Nordeste. Essa reflexão fora estabelecida quando da contribuição de Freyre com o estudo *Casa Grande e Senzala* (1920). Seu aporte analítico já denunciava:

Na sociedade colonial produtora de cana-de-açúcar, os homens possuíam o poder absoluto e estavam associados ao domínio público da vida. As mulheres estavam confinadas ao espaço doméstico e delas esperava um comportamento subserviente. A supremacia dos homens, sobre as mulheres, levou à subordinação dessas últimas, através do tempo (FREYRE *apud* BRANCO, 2000, p. 33).

Essas mulheres conseguiram transformar sua realidade e contribuíram para que outras pudessem ir além desses espaços de confinamentos do mundo doméstico. Assim, na representação do diálogo, pode-se conhecer mais sobre a origem de Margarida e o período de sua chegada à cidade de Alagoa Grande. Uma origem humilde e comum para a maioria das outras mulheres daquela região e do próprio Nordeste. Alguns fatos, porém, marcaram inicialmente essa sua opção, quando da expulsão da terra, de seus pais, em 1962, ano do assassinato do líder das Ligas Camponesas,

João Pedro Teixeira, em Sapé, e da fundação do sindicato que lhe despertava a vontade de se engajar na luta.

No entanto, foi, sem dúvida, a influência da sua religiosidade, que teve como âncora, a Igreja católica, sua maior motivação para consubstanciar a ida para a vida pública, através da atuação no sindicato, por intermédio do padre Geraldo Pinto, fundador da instituição na cidade.

A consolidação como liderança não ocorreu do dia para a noite. Teve, na força dos seus discursos para o conjunto dos associados e demais trabalhadores/as, a *segurança* e o *sustentáculo* que eles necessitavam. Assim, o discurso da relação do sujeito com a história propicia alguns desafios, inclusive no trabalho da articulação com o social, e, posteriormente, da organização desses registros, conforme atesta Chartier (1994, p.109):

A história das mulheres, formulada nos termos de uma história das relações entre os sexos, ilustra bem o desafio lançado aos historiadores: ligar construção discursiva do social e construção social do discurso (Chartier, 1994, p.109)

Entre as ameaças de morte que Margarida chegou a receber, constava a imposição de abandonar o discurso que assumia frente à luta dos/das trabalhadores/as rurais. Ou seja, não se tratava apenas do afastamento do sindicato, que também fazia parte das ameaças, mas o significado da opressão do discurso, mediado, tanto pelo conteúdo das falas, que, em sua maior parte, se tratava da luta por um conjunto de direitos trabalhistas, quanto pelo fato de ser mulher, posto que contrariava a cultura arraigada do patriarcalismo.

A presença da mulher na direção sindical não era condição pacífica. Isto evidenciava-se nas gestões anteriores, que mantiveram os homens à frente das instâncias de decisões. Não havia no conjunto dos trabalhadores/as uma força de articulação

se expandido para outras frentes de trabalho, como a luta por educação e formação política.

Da perseguição, das ameaças anônimas e tentativas de silenciar Margarida resultaria sua morte. A forma como ela foi assassinada, com um tiro na sua face, além de destruir a sua vida, enviava um recado ao conjunto dos trabalhadores/as: não se podia falar como ela falava. Nesse contexto, todo o processo que gerou mobilizações passava pela crítica à impunidade e à lentidão da justiça.

A crítica contra a forma com que as instituições da justiça, tais como delegacias, Fóruns de tribunais e a própria Secretaria de Segurança Pública, à época, conduziram o processo acentuou o descrédito dos/as trabalhadores/as nas leis. Porém, mantiveram acesa a crença no combate às desigualdades, aguardando o compromisso com a justiça social, resultante da organização popular.

Assim, uma das formas mais expressivas dessas realizações foi a auto-organização por parte das trabalhadoras rurais, que estabeleceram empenho e ousadia para constituir seu reconhecimento e legitimidade.

Um desses pilares adveio da formação educacional e política construída no CENTRU, sobretudo para o conhecimento das relações de desigualdades de gênero, a partir dos cursos de feminismo. Todavia, essa força incide não só nos cursos de feminismo, nem só no marco da morte de Margarida, tampouco na efervescência política de um dado momento histórico, conforme colocou *Sabiá*:

[...] antes da morte de Margarida, antes dos seminários do CENTRU, antes da luta integrada aos movimentos da CUT e dos sindicatos, nós também não sabíamos o que era nossos direitos [...]

Ou seja, é o conjunto de todos esses fatores, somado às motivações subjetivas, que possibilitou auto-organização. No curso histórico dos movimentos, em 1986, após várias discussões, as camponesas do sindicato rural de Alagoa Grande que, desde 1982, contava somente com a coordenação de mulheres, conquistaram o *status* de independência, conforme explicita Cruz (1999, pp. 84 - 85):

Realizou-se uma assembléia que elegeu uma coordenação com 09 (nove) membros, tendo como objetivo principal dinamizar e organizar a caminhada do grupo de maneira autônoma. O grupo passa a se chamar Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo tendo no início da década de 1990 a coordenação se ampliado para 13 (treze) membros

Em 15 de março de 1991, o MMB e todo o movimento de mulheres da Paraíba e do Brasil passavam por uma grande dor: a perda de duas grandes mulheres em um acidente automobilístico, vindo a falecer, na ocasião, a professora, socióloga e feminista Elizabeth Lobo, conhecida por Beth Lobo, que foi “capaz de integrar diferentes frentes de trabalho e luta: partido, sindicato, vida universitária, movimentos sociais e feministas” (BRAZIL, 2000: 112), e a líder sindical Maria da Penha, presidenta do sindicato de Alagoa Grande e secretária da CUT-PB, também fundadora do MMB. Essa tragédia, para algumas das suas companheiras, fomentou o desencanto e as desesperanças de continuar resistindo. Porém, embora de luto, o movimento continuou em sua luta.

Em 1994, o MMB, após muitas dificuldades, junta-se ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras (MMT), com sede em Pirpirituba-PB, associação ligada à Associação Nacional do Movimento de Trabalhadoras Rurais (ANMTR), que passava a atuar em nove municípios da região do Brejo.

A institucionalização só se efetivaria em 1994. Após a junção, discutiu-se a passagem do MMT à constituição de uma ONG. A mudança de um movimento não-institucionalizado para o *status* de ONG não foi pacífica. Primeiro, porque, para algumas militantes, tinha-se o exemplo de outros movimentos de mulheres, quando de sua passagem para a condição de ONG, e a perda da identidade baseada na radicalidade face à mobilização e questionamento aos poderes públicos, passando, assim, a não reivindicar políticas públicas, prerrogativas do próprio Estado.

Por outro lado, o alcance da autonomia passava por construir recursos próprios, ou seja, não podia continuar dependente do sindicato, posto que já possuía diversas demandas. Mesmo nos aspectos de cooperação, existiam implicações por parte dos sindicalistas que não consideravam a mobilização das mulheres como decorrência das lutas conjuntas dos trabalhadores(as). A cooperação, de fato, só se deu de forma mais efetiva com a participação de mulheres na presidência do sindicato. Foi o caso das gestões de Maria da Penha e de Soledade, na época vinculadas ao MMB.

Enfim, prevaleceu no debate a constituição da referida ONG, que, na ocasião, deveria manter, dada a reflexão de seus limites, uma identidade de autonomia, além de se articular com outros movimentos sociais e outras ONGs que também cultivassem as características de radicalidade e de trabalhos direcionados à produção social. Sobre essa pauta, assevera Oliveira (2004, p. 163):

Nas falas das mulheres a respeito desse momento [de criação da ONG] havia a necessidade de se ter uma associação para facilitar o trabalho do grupo com o envio de projetos em busca de apoio financeiro, tanto de agência de cooperação internacionais e nacionais, governamentais e não-governamentais, bem como a importância de um intercâmbio e articulação com o movimento de trabalhadoras rurais em âmbitos mais ampliados

Consolidando esse objetivo, em 1994, o movimento ganhou expressão e vida organizativa, com definição de papéis, elaboração de projetos, captações de recursos, assessoria jurídica e um modelo de gestão democrática e participativa.

Em 1997, o movimento já passava por várias dificuldades. Sem fontes de recursos, as necessidades foram aumentando, dificultando, assim, a elaboração de novos projetos. A manutenção do MMT passava (passa) pelo deslocamento de várias mulheres, de seus municípios de origem, ou dos sítios e assentamentos distantes de Pirpirituba, todas trabalhando sem remuneração, apenas em caráter voluntário. Vendiam agendas, faziam rifas, entre outras coisas. No entanto, os recursos tornaram-se a cada dia mais insuficientes para atividades cotidianas.

Apesar dessa realidade, o movimento continua mantendo como práticas pedagógicas várias ferramentas, que são os recursos característicos da educação popular, tais como: leitura, música, cursos de teatro e oficinas de poesias, conforme citado por Oliveira (2004, p.171):

Um dos pontos que merece uma consideração é o uso da poesia popular como recurso pedagógico, segundo a camponesa Maria Lúcia Félix, “uma companheira completou com uma poesia a falação de Alagoa Grande” e segue um trecho da intervenção cantada quando do encerramento dos trabalhos do I Encontro de Jovens da região, e que pediram a Soledade de Alagoa Grande para encerrar os trabalhos com uma despedida em poesia. A companheira disse: “Agradeço aos rapazes/A estas moças queridas/ Que vieram de distantes/Cidades e avenidas/Provan-do que nesta luta/Precisamos de Margaridas” (OLIVEIRA, 2004, p.171)

Exemplo de extensão dessas atividades são os Encontros de Mulheres Violeiras, que ocorrem desde 1990, e o I Encontro com

Jovens “Desigualdade Social e Econômica”, realizado em maio de 1995. Nessa agenda, passaram a também realizar os Encontros de Casais, diferentemente da perspectiva religiosa, com o intuito de propiciar a formação de gênero, no sentido de provocar a ideia do movimento como espaço formativo não só das mulheres, mas também dos homens e, dessa forma, caminhar no percurso dos direitos humanos, na busca do fim das desigualdades e na perspectiva de que essas possam ser denunciadas, refletidas e vencidas historicamente.

CAPÍTULO V

CONSIDERAÇÕES FINAIS



A análise realizada neste estudo voltou-se, sobretudo, para a história da líder sindical Margarida Maria Alves, a partir das variadas dimensões constituídas em sua trajetória de mulher, que se formou na atuação política em defesa dos direitos dos/das trabalhadores/as, e que confere à memória de outras camponesas a simbologia da dor e da luta contra as opressões, enquanto continua a despertar formas de resistência e de auto-organização feminina.

Nas palavras de Rocha (1996, p.09), jornalista e repórter do jornal *O Estado de São Paulo*, encontramos o seguinte pronunciamento sobre a morte de Margarida:

Margarida sonhou. Sonhou sempre, cotidianamente, insistentemente, ardentemente. E fez do sonho sal para enfrentar os poderosos. Os que se acham donos da terra, donos do trabalho alheio – escravizando-o -, donos do pensamento e do corpo de outras pessoas, donos da vida alheia (ROCHA, 1996, p.09)

Margarida Maria Alves torna-se figura quase lendária, como indicia o texto de Rocha. A leitura do cenário, no qual atuou Margarida, revela, também, outros personagens femininos. Ao mesmo tempo, aponta para aqueles que a perseguiram. Porém, há de se indagar: quem tinha medo dessa mulher? Quem queria calá-la?

Voltando ao nosso passado, pode-se perceber essa resposta com uma leitura de nossa “história”. As possibilidades de respostas, então, poderão ser encontradas nos olhos dos oprimidos que hoje continuam na luta pela terra e que se organizam nos sindicatos rurais, na CPT, no MST e nas organizações

campesinas, que foram sendo excluídos/as desde a nossa herança colonial, a mesma que dizimou índios, sequestrou e escravizou negros/as e distribuiu terras para quem só queria plantar nela prestígio aristocrático, concentrando terras e poder político, poder das vidas *alheias*.

Em nossos estudos anteriores¹⁶, foi possível perceber que o processo de “distribuição”, ou concentração das terras, primeiro ocorreu de acordo com a conveniência monárquica, através das capitâncias hereditárias, por meio das medidas do ordenamento fundiário e decretado através de cartas régias, alvarás e ordenações religiosas do Sistema Sesmarial.

Segundo, depois de loteado o Brasil, no período imperial, elabora-se a Lei de Terras, em 1850, anunciada como *projeto modernizador*. Fora criada por uma bancada de parlamentares proprietários de terras, que trataram de regulamentar e legalizar o que já haviam tomado para si, frustrando não só a chamada *modernização*, mas configurando, efetivamente, a exclusão dos que não tinham seu pedaço de chão e queriam nela plantar e colher alimento.

Dessa forma, entram em cena, depois dos senhores sesmeiros, os novos herdeiros: os coronéis e os latifundiários, que ameaçavam, perseguiram e, quando ainda não satisfeitos, calavam as vozes dos que iam à luta e denunciavam a violência no campo. Assim aconteceu com *Canudos*, no período dos coronéis, com João Pedro Teixeira e negro Fuba, das Ligas Camponesas, com Margarida Maria Alves, do sindicato rural de Alagoa Grande – PB, e com tantos outros e outras que tomaram em defesa de um pedaço de terra, onde o único crime era o desejo por uma reforma agrária, ainda que tardia.

16 Para saber mais sobre esse estudo, ler “A Questão de terras na Paraíba”, artigo nosso, em co-autoria com SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Premiado no X Encontro de Iniciação Científica da UFPB e publicado na revista *Iniciados* em 2003.

No contexto da sua intervenção, Margarida foi capaz de ir além dos chamados limites femininos. Em seu comportamento, manifestou a ideia de romper com a esfera do mundo privado e estender-se para a esfera do mundo público, na Igreja, no sindicato e no partido político. Essa confluência de ações e saberes lhe forneceria a capacidade de questionar a violência provocada pelo latifúndio. Não se considerava feminista, mas acreditava na contribuição do feminismo para o entendimento das opressões que fustigavam as mulheres, bem como sabia que o feminismo apontava táticas, não apenas para amenizar essa opressão, mas até mesmo para aboli-la.

Após a sua morte, essa reflexão mais preponderante tem sido desenvolvida por outras contemporâneas. Tal entendimento está refletido como contou, nesta pesquisa, à camponesa Sabiá do Norte:

[...] às outras mulheres não participavam do sindicato, nas assembléias, só os homens chegavam. Quando acontecia chegar uma ou duas mulheres, ficavam caladas, quando questionavam alguma coisa, os homens diziam que elas não tinham que falar, então, a gente viu a necessidade e a preocupação que se tinha que se ter com esse movimento das mulheres para que essas mulheres passassem a ter formação, comesse a elas se sentir gente também e lutar pelos seus direitos...

Entende-se, então, que essas identidades construídas em termos de alterações dos papéis desempenhados por homens e mulheres se dariam através da formação, de uma educação libertária que busca estabelecer um diálogo para a transformação das relações sociais, no acesso à fala e aos cursos de feminismo iniciados com o CENTRU. Dessa forma, se auto-organizaram, constituíram o movimento autônomo de mulheres camponesas e provocaram

mudanças que foram além das estruturas, na perspectiva de se libertar das amarras impostas pela cultura patriarcal.

Essas novas práticas educativas são similares às já preexistentes, quando das suas ações no sindicato, até porque não deixaram de continuar nas estruturas deste. Mas, a autonomia necessária requeria e requer uma dupla jornada militante, já presenciada anteriormente, em outras experiências, e que se incompatibiliza com o discurso político dos homens no espaço sindical.

Cabe lembrar que, nessa experiência, tivemos a oportunidade de conviver com algumas dessas discussões e que percebemos as suas lutas cotidianas e a incorporação das suas novas inquietações, que instigam a continuidade desses debates.

Tanto é que sentimos uma clara sensação de estarmos iniciando a pesquisa agora e não concluindo, e que outras questões podem e devem ser aprofundadas. Uma delas diz respeito a produzir um trabalho memorialístico na perspectiva da memória coletiva e, a partir de então, aprofundar as análises das fontes apresentadas, além de conviver com novas *experiências* de mulheres. Pois foi, sem sombras de dúvidas, onde encontramos uma articulação entre a memória de Margarida, o movimento das mulheres camponesas e a incorporação pelos anseios de uma aprendizagem renovada no campo da educação popular.

Como preocupação posterior, apontamos a perspectiva de nos deter nas análises das práticas de escritas das mulheres camponesas, motivação que surgiu ao iniciar estudos pela produção pioneira de Maria da Penha Nascimento, que escreveu livros e artigos sobre o seu trabalho desenvolvido com mulheres camponesas, estabelecendo, desde então, uma forte ligação com a educação das mulheres, trabalho que seduz, do mesmo modo, os aportes das chamadas novas fontes da nova história cultural.

Todavia, cabe reforçar que é inegável o debate insurgido pelo feminismo, na perspectiva de um novo movimento social e do seu diálogo com outros movimentos populares, estabelecendo,

além da auto-organização de grupos de mulheres, a auto-estima traduzida pela disposição do sujeito construído, o sujeito autônomo.

Por fim, queremos ressaltar que o feminino no movimento sindical camponês da Paraíba dá uma nova configuração aos movimentos sociais, utilizando, como ferramenta essencial de mudanças, a transformação de trabalhadoras(es) rurais ou, em outras palavras, enriquece com as novas falas. As falas de Margarida Maria Alves, Maria da Penha, Maria da Soledade, Maria do Céu, Antônia, Josefa e tantas outras que ousaram construir a sua autonomia, reivindicar direitos e buscar mais e mais espaços, da casa, do sindicato, da organização das mulheres, para muitos outros lugares, sem medo de enfrentar os “donos das terras” e a cultura patriarcal, demarcando e (re)afirmando a vontade de se construir sujeito da história.

REFERÊNCIAS

Bibliografia citada

BANDEIRA, Lourdes. MIELE, Neide. SILVEIRA, Rosa Maria Godoy (orgs.). **Eu marcharei na tua luta!** A vida de Elizabeth Teixeira. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1997.

BATISTA, Francisco de Assis. **Movimentos sociais no campo:** o caso de São Sebastião do Umbuzeiro - PB. João Pessoa: Imprell, 1997.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo.** 1. Fatos e mitos. 6 ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1980. 2v.

BRANCO, Adélia de Melo. **Mulheres da seca:** luta e visibilidade numa situação de desastre. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2000.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRAZIL, Vital Êrico, SCHUMAHAR, Schuma (org). **Dicionário mulheres do Brasil:** de 1500 até a atualidade biográfica e ilustrado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história:** Novas Perspectivas. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1992.

CALDART, R. S. **Pedagogia do movimento sem terra:** escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes, 2000.

CHARTIER, Roger. **A história hoje:** dúvidas, desafios, propostas. In: Estudos históricos. nº 13. Rio de Janeiro: Publicações ANPOCS, 1994. 7v.

_____. **A História cultural:** entre práticas e representações. Tradução por Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

CRUZ, Lindalva Alves. **A emergência da mulher como sujeito político e coletivo na história do MMT – PB.** Dissertação de Mestrado em Serviço Social, UFPB, 1999.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia**. São Paulo: Xamã, 2000.

DUBY, Georges. **A História continua**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/ED. UFRJ, 1993.

ENGELS, Frederick. **The Origin of the Family, Private Property, and the State**. 4th ed. Moscow: Languages Publishing House, 1891.

FERNANDES, Irene Rodrigues, AMORIM, Laura Helena Baracuh. **Atividades produtivas na Paraíba**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999. (Coleção temática da Paraíba, v.2)

FERREIRA, Ana Paula R. S., SILVEIRA, Rosa M. Godoy. A questão de terras na Paraíba. In: SOUZA, Maria de Fátima Vanderlei. 9ª série. **Iniciados: 11º Encontro de Iniciação Científica**, João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2003.

FIÚZA, Ana Louise de Carvalho. Mulheres na política de desenvolvimento sustentável. In: BRUSCHINI, Cristina, PINTO, Célia (org). **Tempos e lugares de gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Ed. 34, 2001. p. 85 – 118.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: Em três Artigos que se completam**. 42 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GODINHO, Tatau. **Cadernos Democracia Socialista: Marxismo e feminismo**. São Paulo: Ed. Aparte, 1989.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos contemporâneos**, São Paulo: Loyola, 2002.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **Filosofia e História da Educação Brasileira**.

São Paulo: Manole, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4 ed. Campinas, São Paulo: Ed. UNICAMP, 1996.

_____. **A História nova**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

LIMA, Maria Ednalva Bezerra de. (org.) **Um debate crítico a partir do feminismo: reestruturação produtiva, reprodução e gênero**. São Paulo: CUT, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2002, p. 443 – 481.

MACHADO, Charliton José dos Santos. **A política de cara nova (?)**: estudo acerca da atuação política das mulheres em Nova Palmeira - PB. Campina Grande: dissertação de mestrado/defendida na UFPB, 1997.

_____. **A dimensão da palavra**: práticas de escrita de mulheres. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2005.

MENDONÇA, Wilma Martins. **Memórias do cárcere**: cativoiro manifesto, cativoiro simulado. João Pessoa: dissertação de mestrado/defendida na UFPB, 1993.

MOREIRA, Emília in TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária na Paraíba**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1997.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. **Plano de trabalho no Pós-Doutorado**: École des Hautes Études en Sciences Sociales, França. 1988 –1999.

OLIVEIRA, Maria Lúcia Lopes de. Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo: a construção e afirmação das identidades. In: PALMARES. Escola de Formação Quilombo dos. **Movimentos Sociais e Educação Popular no Nordeste**, nº 2. Recife: Equipe, 2004.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e

prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 1982.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 24 ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

ROCHA, Guilherme Salgado. **Margarida Alves**. Coleção construtores da justiça e da paz. São Paulo: Ed. Salesiana Dom Bosco, 1996.

SAVIANI, Demerval (Comentarista). **LEI DE DIRETRIZES E BASES DE EDUCAÇÃO NACIONAL**. Texto apresentado na Comissão de Educação e Desporto da CD. São Paulo: Cortez, ANDE, 1990.

SCHAAF, Alie Van der. **Jeito de mulher rural**: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. Passo fundo: UPF, 2001.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org). **A Escrita da história**. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SINDICATO RURAL DE TRABALHADORES DE ALAGOA GRANDE. Violência rural e reforma agrária: um relato de Penha, dirigente do STR de Alagoa Grande. Alagoa Grande: Colina da primavera Editora, 1986.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Regularização Fundiária e Modernização Agrícola na Paraíba**: Projeto. João Pessoa; PIBIC/UFPB, 1996. mimeo.

_____. **Entre o individual e o coletivo**: uma velha problemática, um novo olhar, um velho-novo caminho. História e Educação. X Simpósio Nacional da ANPUH, Niterói, julho, 2001.

TOSCANO, Moema, GOLDENBERG, Mirian. **A revolução das mulheres**: um balanço do feminismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

TORRES, Iraildes Caldas. **As primeiras-damas e a assistência social**: relações de gênero e poder. São Paulo: Cortez, 2002.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3v.

_____. **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VINTEUIL, Frédérique. Critique Comuniste. In: **Cadernos Democracia Socialista:** Marxismo e feminismo. São Paulo: Ed. Aparte, 1989.

Fontes

Documentos: Atas e Anais de Sindicatos e Congressos

ALVES, Margarida Maria. [Discurso proferido na frente do sindicato, em 06/05/1982]. Ata do Sindicato de Alagoa Grande, Livro V, 1982.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO. Ata da CPI do Campo, Livro XXII, Brasília, 1972, p.04.

NASCIMENTO, Maria da Penha. Ata do I CNTR , 1990, p. 12

NASCIMENTO, Maria da Penha. [fala registrada]. Ata do sindicato de Alagoa Grande, Livro II, maio, 1976, p.09.

ICONGRESSONACIONALDOSLAVRADORESE TRABALHADORES AGRÍCOLAS. Anais do 1º Congresso. Belo Horizonte: CONTAG, 1961, p. 15.

Periódicos: Revistas e Jornais

Revistas

REVISTA TEMA EM EDUCAÇÃO, 07, Centro de Educação, Mestrado em Educação. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1992.

REVISTA MULHERES RURAIS, Nº especial, CONTAG, 2003.

Jornais

ARQUIVO DA CUT – PB: PEDESSISTA vê um complô político. **Jornal O NORTE**, João Pessoa, 14 ago. 1983. Cidades, p.03.

ARQUIVO DA CUT – PB: D. MARCELO: a indignação toma conta das populações. **Jornal O NORTE**, João Pessoa, 14 ago. 1983. Cidades, p.05.
Endereço eletrônico

<<http://mmm.softwarelivre.org/index.ph.shtml>>. Acesso em: 15 mar. 2005.

Entrevistas

Entrevistada 1 – Membro da Comissão de Mulheres da CONTAG, João Pessoa, em 13/07/2004.

Entrevistada 2 – Membro da Comissão de Mulheres da CONTAG, João Pessoa, em 13/07/2004.

Entrevista 3 – Militante do Movimento de luta pela moradia, Alagoa Grande, em 14/07/2004.

Entrevista 4 – Maria da Soledade e Antônia da Silva - Lideranças do Movimento das Mulheres Trabalhadoras do Brejo - MMT, Recife- PE, em 25/11/2004.

Entrevista 5 – Antônia da Silva e – militante do movimento das mulheres camponesas, Pirpirituba – PB, em 17/02/2005.

Entrevista 6 - Maria da Soledade – militante do movimento das mulheres camponesas, Pirpirituba – PB, em 17/02/2005.

Entrevista 7 – _____. João Pessoa – PB, em 10/08/2005

ANEXOS



Cobertura da Imprensa local sobre o assassinato de Margarida Maria Alves. Jornal O NORTE, João Pessoa – PB, em 14/08/1983

O NORTE

JOÃO PESSOA, DOMINGO, 14 DE AGOSTO DE 1983

Líder assassinada em Alagoa Grande é sepultada em clima de grande comoção



Um tiro fulminante, de espingarda "12" matou Margarida, líder há doze anos

Víuvo acusa os usineiros

A morte de presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, Margarida Maria Alves, está sendo atribuída a usineiros, já que ela estava há doze anos empenhada na luta em defesa dos canaviais, acompanhando inúmeras reclamações trabalhistas, dos associados do seu Sindicato, na Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande. A acusação é feita por seu próprio marido, Severino Cassimiro Alves, de 65 anos, ao dizer que Margarida já tinha sido alvo de ameaças de alguns usineiros, que lhe mandaram recados de que os seus dias estavam contados.

O assassinato de Margarida alcançou grande repercussão em todo o Estado, particularmente em Alagoa Grande, onde, ontem, depois do seu enterro, os comentários gerais giravam em torno do tema. Testemunhas que presenciaram o crime revelaram ontem que Margarida se encontrava no interior de sua residência, estando o marido a porta, alimentando-se. Um pistoleiro aproximou-se e chamou-a: — A sra. é dona Margarida? — Sou. O que é que o senhor deseja? — Só isto — e disparou sua espingarda calibre "12" bem no rosto da mulher, fulminando-a. Em seguida, fugiu no Opala vermelho, placa EK-0680 Nova Cruz, RN, possivelmente fria, que já o aguardava e de onde tinha descido. Até agora, não há a menor pista sobre a identidade do(s) pistoleiro(s).

Ela defendia direitos do camponês

Fontes do CENTRU - Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural revelaram ontem que a campanha sindicalista desenvolvida pela líder, Margarida Maria Alves, foi sem dúvida alguma o móvel do crime contra ela perpetrado. Entre os processos movidos por Margarida para acionar proprietários de terra em falta com a legislação trabalhista, há casos de trabalhadores rurais sem carteira assinada, ao longo de muitos anos, que devem receber até entre 1 a 5 milhões de cruzeiros de direitos atrasados.

Margarida chegou, em certo período, a ser diretora do CENTRU. Tratava-se também, segundo a diretoria deste centro, da mais destacada líder na luta sindicalista e na atual campanha salarial na zona canavieira. A campanha esta que já dura vários meses para melhorar as condições de vida dos cam-

poneses de trinta e dois municípios, na Varzea e no Litoral. "Ela era realmente um modelo de líder desta campanha salarial, era quem reunia o maior número de pessoas em torno dos direitos dos trabalhadores em todo o território paraibano, e não apenas da região em que atuava. Basta dizer que Margarida, sozinha, contava com o maior grau de participação: somente o seu sindicato contava com 15 representações. Era um trabalho de primeira linha, na atuação sindical no campo paraibano" - acrescentaram os diretores do CENTRU, afirmando que não há a menor sombra de dúvida de que se trata de um assassinato de profundas implicações políticas, com o objetivo de amedrontar os demais sindicalistas. "Estes, no entanto, prosseguirão na luta que vinha sendo travada por Margarida", disseram.

Contag quer a punição de culpados

No próximo dia 19, o sétimo dia da morte da Margarida Maria trará à Paraíba o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, José Francisco. "Espero que as autoridades policiais saibam desvincular esse fato de qualquer preferência político-partidária e que atuem independentemente de preferência ou aliança política, punindo os culpados" disse ele ontem, pelo telefone, a O NORTE.

— Nós, do meio rural, estamos pagando muito caro pela decisão de lutarmos pelo

cumprimento da legislação trabalhista. Todas essas perseguições e assassinatos são frutos da prepotência dos latifundiários, que confiam tanto na impunidade, apontando assassinar um dirigente sindical, só porque este insiste no cumprimento da legislação trabalhista - disse o presidente da Contag, impedido de assistir ao sepultamento de Margarida, "por não conseguir voo, de Brasília a João Pessoa". Ele promete, contudo, estar aqui, no dia 19, para uma manifestação popular, no sétimo dia do assassinato de Margarida Maria Alves.

Pedessista vê um complô político

O deputado Aécio Pereira (PDS) questionou ontem a posição de quem acredita ter sido o assassino da líder Sindical Margarida Alves, de Alagoa Grande, uma resposta ao trabalho dela em defesa dos trabalhadores rurais do município. Aécio aventou a hipótese de ela ter sido morta a mando de um grupo político ao qual Margarida negou apoio nas últimas eleições, preferindo apoiar Edme Tavares e o próprio Aécio.

- Eu contesto a opinião de quem quer incriminar pessoas idôneas de Alagoa Grande, famílias representativas da sociedade local. Recomendando uma reflexão sobre o caso pois

Margarida Alves exercia o cargo de presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande há 20 anos, sempre defendendo o interesse dos agricultores sem que fosse registrado qualquer ato violento contra sua pessoa, enfatizou o deputado.

Pereira vê a possibilidade de "um plano político para se aproveitar do lamentável fato". Faz questão de ressaltar que Margarida "era uma correligionária nossa, uma pessoa ligada ao meu partido, o PDS, e não mediremos esforços para que a sua morte não seja usada para interesses outros", destacou.

"É entre eles que está o mandante"

Vinte e cinco sindicatos de trabalhadores rurais da Paraíba e do Rio Grande do Norte distribuíram nota, ontem, denunciando que o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, foi várias vezes ameaçada de morte "pelos proprietários de engenhos, usineiros e fazendeiros locais, devido à sua atuação combativa nas campanhas salariais e aos inúmeros processos trabalhistas movidos pelo Sindicato em defesa dos trabalhadores". E a nota assinada pelos sindicalistas adverte que "é entre esses homens que se deve procurar o mandante do crime".

Afirma ainda a nota que "a companheira assassinada foi mais uma sindicalista rural

que tomba, nos últimos anos, quando se intensificaram as lutas no campo, bem como os assassinatos de trabalhadores rurais, em sua maioria impunes, demonstrando a ligação entre assassinos, seus mandantes e o poder político vigente em nosso País. Nós, trabalhadores rurais e educadores do CENTRU - Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (que também assinam a nota), reunidos em assembleia geral dia 12 de agosto, prestamos nossa solidariedade à companheira assassinada, aos seus familiares e companheiros do sindicato. E repudiamos este assassinato, que mostra mais uma vez até onde vai a ganância assassina de lucros dos patrões.

(Página 3)

D. Marcelo: a indignação toma conta das populações

O bispo de Guarabira, dom Marcelo Carvalho, em entrevista por telefone, mostrou-se, ontem, desejoso de "uma apuração rápida e honesta do brutal assassinato de que foi vítima Margarida Maria Alves". Disse dom Marcelo que o sentimento de indignação toma conta das populações de todos os municípios da área.

O assassinato, segundo ele, "foi uma resposta violenta à ação em favor da justiça e dos direitos dos pobres". Contou dom Marcelo que Margarida Maria costumava frequentar muito a Diocese de Guarabira e a participar de encontros promovidos pela Igreja na região.

- Ela foi morta horas depois de haver participado, aqui em Guarabira, de um dos nossos encontros. Havia chegado em casa minutos antes, quando foi atingida pelo tiro assassino - disse dom Marcelo.

Em seguida, confessou-se "alarmado diante de atrocidades como essa". Lamentou que essa venha sendo a resposta dos violentos, quando sindicatos e associações tentam cumprir com seu dever de preservar o direito de seus filiados e garantir-lhes chance de vida com justiça e dignidade.

Informou o bispo que o assassinato da presidenta do Sindicato Rural de Alagoa Grande deixou sobressaltadas as populações de todos os municípios das regiões do cariri e brejo paraibanos.



D. Marcelo quer uma apuração rápida

- Nossas populações estão, hoje, sobressaltadas. Esperamos que as autoridades, sobre as quais recai o encargo das investigações, promovam a apuração rápida, eficaz e honesta dos fatos, para a imediata punição dos responsáveis por ato de tanta indignação e maldade - concluiu dom Marcelo.

Milanez desconhece motivos que levaram ao assassinato

O que eu posso deduzir, ainda sem elementos concretos, é que a morte de D. Margarida Maria relaciona-se com fatos pertinentes à sua área de atuação. O fato, certamente, resultou de incompatibilidades criadas no dia-a-dia entre o Sindicato Rural e proprietários de terras na área. Mas, acrescento, que nada posso afirmar de conclusivo, neste sentido, de vez que ainda não tenho a confirmação da natureza das implicações.

A afirmativa é do secretário de Segurança, Fernando Milanez, por cuja solicitação o Comando da Polícia Militar apressou-se, ontem, a providenciar reforço para a Delegacia de Alagoa Grande, onde o clima é tenso.

Ainda por determinação de Milanez, o superintendente de Polícia, Pedro Adelson, deslocou-se para Alagoa Grande, acompanhado por agentes policiais de Campina e pelo bacharel Nazareno Weimar Thê, que, ontem mesmo, assumiu o comando das investigações como delegado especial.

O secretário de Segurança disse que, tão logo tomou conhecimento do assassinato, entrou em contato com o governador Wilson Braga, deixando-o a par do caso. As primeiras testemunhas da morte de Margarida Maria começaram a ser ouvidas, ontem mesmo, pelo delegado especial, não havendo a Polícia, até então, obtido informações capazes de levá-la à identificação dos culpados.

- Mas estamos atentos a tudo. Estamos procedendo as investigações rigorosas,



Milanez: sem os elementos concretos

críticas, nesse sentido, do governador Wilson Braga. Quem quer que tenha o conhecimento de fatos esclarecedores, que procure imediatamente a Polícia - pede Milanez.

Ele se revelou "surpreso" com o incidente. "Ao que eu sabia" - disse - "os desentendimentos entre agricultores e proprietários de engenhos, na região de Alagoa Grande, eram aqueles já tradicionais e sem grandes dimensões. Eu não tinha conhecimento de existência de grande incidência na área".

Títulos da Coleção Nordestina

A Coleção Nordestina foi criada em 1999 e contempla a publicação anual das editoras das Universidades brasileiras do Nordeste, editando ou reeditando obras representativas da produção intelectual da região, preferencialmente nas áreas de Literatura, Ciências Sociais, Antropologia e Folclore. O objetivo é constituir, no futuro, um repositório bibliográfico da Arte, da Cultura e da Ciência regionais, apto a preservar esse patrimônio e difundi-lo permanentemente, em âmbito nacional.

01 - Joaquim Nabuco: abolição e a república

Manuel Correia de Andrade

Editora da Universidade Federal de Pernambuco/EDUFPE

02 - A ciência e os sistemas

Pedro Américo

Editora da Universidade Federal da Paraíba/EDUFPB

03 - A Escrita da História na Casa de Sergipe - 1913/ 1999

Itamar Freitas (Org.)

Editora da Universidade Federal de Sergipe/EDUFS

04 - Flor de romances trágicos

Luis da Câmara Cascudo

Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/EDUFRN

05 - História da minha infância

Gilberto Amado

Editora da Universidade Federal de Sergipe/EDUFS

06 - Cancioneiro Geral

Martins Napoleão

Editora da Universidade Federal do Piauí/EDUFPI

07 - Cartas Literárias

Adolfo Caminha

Editora da Universidade Federal do Ceará/EDUFC

- 08 - Imagens de um Tempo em movimento - Cinema e Cultura na Bahia nos anos JK (1956-1961)**
Maria do Socorro Silva Carvalho
Editora da Universidade Federal da Bahia/EDUFBA
- 09 - Canais e Lagoas**
Octávio Brandão
Editora da Universidade Federal da Alagoas/EDUFAL
- 10 - Cordéis**
Patativa do Assaré
Editora da Universidade Federal do Ceará/EDUFC
- 11 - Frei Caneca: acusação e defesa**
Socorro Ferraz (org.)
Editora da Universidade Federal de Pernambuco/EDUFPE
- 12 - Zé Limeira: o poeta do absurdo**
Orlando Tejo
Editora da Universidade Federal da Paraíba/EDUFPB
- 13 - Um códice setencista inédito de Gregório de Matos**
Fernando da Rocha Peres e Silvia la Regina (Orgs.)
Editora da Universidade Federal da Bahia/EDUFBA
- 14 - Os Índios Tupi-Guarani na Pré-História, suas invasões do Brasil e o Paraguai, seu destino após descobrimento**
Moacyr Soares Pereira
Editora da Universidade Federal de Alagoas/EDUFAL
- 15 - A Ciência e os Sistemas: Questões de História e Filosofia Natural**
Pedro Américo
Editora da Universidade Federal da Paraíba/EDUFPB
- 16 - Macau**
Aurélio Pinheiro
Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/EDUFRN
- 17 - Os Portugueses no Brasil - Estudo Histórico e Crítico (séc. XVI ao séc. XIX)**
Felisberto Freire
Editora da Universidade Federal de Sergipe/EDUFS

18 - Cancioneiro Geral Vol. 2

Martins Napoleão

Editora da Universidade Federal do Piauí/EDUFPI

19 - O conto em 25 baianos

Cyro de Mattos (Org.)

Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz- EDITUS/UESC

20 - Antecipações

Gilberto Freyre

Editora da Universidade Estadual de Pernambuco/EDUPE

21 - Naufrágio e prosopopéia

Afonso Luiz Piloto e Bento Teixeira

Editora da Universidade Federal de Pernambuco/EDUFPE

22 - Horto

Auta de Souza

Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/EDUFRN

23 - Apontamentos de Folclore

Frederico Edelweiss

Editora da Universidade Federal da Bahia/EDUFBA

24 - Maceió de outrora (Org. e apresentação de Raquel Rocha)

Felix Lima Júnior

Editora da Universidade Federal de Alagoas/EDUFAL

25 - José Lins do Rego: modernismo e regionalismo

José Aderaldo Castelo

Editora da Universidade Federal da Paraíba/EDUFPB

26 - Delírio da Solidão

Jader de Carvalho

Editora da Universidade Federal do Ceará/EDUFC

27 - O catolicismo no Brasil: um campo para a pesquisa social

Thales de Azevedo

Editora da Universidade Federal da Bahia/EDUFBA

28 - Contos

Adolfo Caminha

Editora da Universidade Federal do Ceará/EDUFC

- 29 - O bangüê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional**
Manoel Diegues Júnior
Editora da Universidade Federal de Alagoas/EDUFAL
- 30 - Nossa Senhora dos Guararapes**
Bernardino Freire de F. A. e Castro
Editora da Universidade Federal de Pernambuco/EDUFPE
- 31 - História do Modernismo em Alagoas**
Moacir Medeiros de Sant'ana
Editora da Universidade Federal de Alagoas/EDUFAL
- 32 - Economia pernambucana no século XVII**
Manoel Correia de Andrade
Editora da Universidade Federal de Pernambuco/EDUFPE
- 33 - O Príncipe de Joinville na Bahia, na Ilha de Santa Helena e no Golfo da Guiné**
Waldir Freitas Oliveira
Editora da Universidade Federal da Bahia/EDUFBA
- 34 - Dias e noites**
Tobias Barreto (Org. Luiz Antonio Barreto)
Editora da Universidade Federal de Sergipe/EDUFS
- 35 - Aves de arribação**
Antonio Sales
Editora da Universidade Federal do Ceará/EDUFC
- 36 - Memórias: antes que me esqueça**
José Américo de Almeida
Editora da Universidade Federal da Paraíba/EDUFPB
- 37 - Termos tupi na geografia de Sergipe**
Armino Guarani
Editora da Universidade Federal de Sergipe/EDUFS
- 38 - Antologia panorâmica do conto baiano - século XX**
Gerana Damulakis (Org.)
Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz/UESC /EDITUS
- 39 - Como melhorar a escravidão**
Henry Koster (trad. Prefácio e notas:
Nelson Patriota - estudo introdutório Manuela Carneiro da Cunha)
Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/EDUFRN

40 - Naufrágio e prosopopéia

Afonso Luiz Piloto e Bento Teixeira

Editora da Universidade Federal de Pernambuco/EDUFPE

41 - Acusação e Defesa

Frei Caneca

Editora da Universidade de Pernambuco/EDUFPE

42 - O Catolicismo no Brasil: um campo para a pesquisa social

Thales de Azevedo

Editora da Universidade Federal da Bahia/EDUFBA

43 - O Engenho de Açúcar no Nordeste

Manuel Diegues Júnior

Editora da Universidade Federal de Alagoas/EDUFAL

44 - O Brasil, o Poder e o Povo

Miguel Arraes de Alencar

Editora da Universidade Federal de Pernambuco/EDUFPE

45 - Ação da Bahia na obra da independência nacional Braz do Amaral

Editora da Universidade do Estado da Bahia/EDUNEB

Editora da Universidade Federal da Bahia/EDUFBA

46 - Reisado Alagoano

Théo Brandão

Editora da Universidade Federal de Alagoas/EDUFAL

47 - Gestos e Vozes de Pernambuco

Luiz Delgado

Editora da Universidade Federal de Pernambuco/EDUFPE

48 - A literatura de cordel no nordeste do Brasil: da história escrita ao relato oral

Julie Cavignac

Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

49 - Os Cinemas da Bahia 1897-1918

Silio Boccanera Júnior

Editora da Universidade do Estado da Bahia/EDUNEB

Editora da Universidade Federal da Bahia/EDUFBA

50 - A Mestiçagem. no Brasil

Arthur Ramos

Editora da Universidade Federal de Alagoas/EDUFAL

51 - Cachaça: contos

Francisco Julião

Editora da Universidade Federal de Pernambuco/EDUFPE

52 - Utopia Armada

Dirceu Lindoso

Editora da Universidade Federal de Alagoas/EDUFAL

53 - O Theatro na Bahia da Colônia à República (1800-1923)

Sílio Boccanera Júnior

Editora da Universidade do Estado da Bahia/EDUNEB

Editora da Universidade Federal da Bahia/EDUFBA

54 - Paremiologia Nordestina - 2ª. Edição Ampliada

Fontes Ibiapina

Editora da Universidade Federal do Piauí/EDUFPI

55 - Nelson Chaves - O homem além do tempo: A palavra de um cientista que amava sua terra e sua gente.

Maria Christina de Almeida Costa e Eunice Salzano Lago.(Org.)

Editora da Universidade de Pernambuco/EDUFPE

56 - Resistência Indígena no Piauí Colonial: 1718-1774 - 2ª. Edição

João Renor F. de Carvalho

Editora da Universidade Federal do Piauí/EDUFPI

57 - A Língua do Nordeste - 4ª. Edição

Mário Marroquim

Editora da Universidade Federal de Alagoas/EDUFAL

57 - Gestos e Vozes de Pernambuco

Luiz Delgado

Editora da Universidade Federal de Pernambuco/EDUFPE

58 - A Pré-Revolução Brasileira

Celso Furtado

Editora da Universidade Federal de Pernambuco/EDUFPE

59 - Casa e Balcão: os caixeiros de Salvador (1890-1930)

Mário Augusto da Silva Santos.

Editora da Universidade Federal da Bahia/EDUFBA

60 - Costumes Africanos no Brasil

Manuel Querino

Editora da Universidade do Estado da Bahia/EDUNEB

61 - A Testemunha na História e no Direito

Jayme de Altavila

Editora da Universidade Federal de Alagoas/EDUFAL

62 - Poemário de Cordéis v.1

Pedro Nonato Costa

Editora da Universidade Federal do Piauí /EDUFPI

63 - Matas do Sertão de Baixo

Isaías Alves

Editora da Universidade do Estado da Bahia/EDUNEB

64 - O Sertão

Carlota Freitas

Editora da Universidade Federal do Piauí /EDUFPI

65 - Arquitetura colonial baiana: alguns aspectos de sua história

Robert C. Smith

Editora da Universidade Federal da Bahia /EDUFBA

66 - Folclore Negro das Alagoas

Abelardo Duarte

Editora da Universidade Federal de Alagoas / EDUFAL

67 - Universidade e democracia

Luis de Magalhães Melo

Editora da Universidade Federal de Pernambuco/EDUFPE

68 - Artigos e Crônicas de Edgar Barbosa. Volume I (1927-1938)

Organização, seleção, apresentação e notas de Nelson Patriota

Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/EDUFRN

69 - Contos Reunidos

Aramis Ribeiro Costa

Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz /EDITUS

**70 - Portugueses na Bahia na segunda metade do séc. XIX:
emigração e comércio**

Tania Risério d'Almeida Gandon

Editora da Universidade do Estado da Bahia /EDUNEB

71 - Plínio de Almeida: obra reunida

Flávio J. Simões Costa (Org.)

Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz /EDITUS

72 - O Teatro de Anchieta

Joel Pontes

Editora da Universidade Federal de Pernambuco/EDUFPE

73 - Fernão Cabral de Ataíde e a Santidade de Jaguaripe

José Calasans

Editora da Universidade do Estado da Bahia/EDUNEB

74 - Instrução Pública e Instituições Culturais de Alagoas & outros ensaios

João Craveiro Costa

Editora da Universidade Federal de Alagoas/EDUFAL

75 - Bêabá da Bahia - Guia Turístico

José Valadares Ilustrações de Carlos Thiré

Editora da Universidade Federal da Bahia/EDUFBA

76 - Notas dominicais: tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818

L. F. de Tollenare

Editora da Universidade de Pernambuco/EDUPE

77 - Brados Retumbantes de uma vida: trajetória de Pedro Jaime, o primogênito de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe

Maria Helena Alencar Guarani Valença de Araripe

Editora da Universidade Estadual do Ceará/EDUECE

78 - População e açúcar no nordeste do Brasil

Manuel Diégues Júnior

Editora da Universidade Federal de Alagoas/EDUFAL

79 - História da Faculdade de Direito

Clóvis Beviláqua

Editora Universitária da UFPE/EDUFPE

80 - Ecológico

Cyro de Mattos

Editora da Universidade do Estado da Bahia/EDUNEB

81 - Quase Biografias de Jagunços: o séquito de Antônio Conselheiro

José Calasans

Editora da Universidade Federal da Bahia/EDUFBA

82 - Culturas Negras do Novo Mundo

Arthur Ramos

Editora da Universidade Federal de Alagoas/EDUFAL

83 - Recife, o Carangueijo, o Viaduto

Denis Bernardes

Editora da Universidade Federal de Pernambuco/EDUFPE

84 - Os Analphabetos

João Gumes

Editora da Universidade do Estado da Bahia/EDUNEB

85 - Navegação a vapor na Bahia oitocentista (1839-1894)

Marcos Guedes Vaz Sampaio

Editora da Universidade Federal da Bahia/EDUFBA

86 - As vilas do ouro: sociedade e trabalho na economia escravista mineradora (Bahia, século XVIII)

Albertina Lima Vasconcelos

Editora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB

87 - O triunfo de Sosígenes Costa

Cyro de Mattos e Aleilton Fonseca (Org.)

Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz/EDITUS

Editora da Universidade Estadual de Feira de Santana/UEFS Editora

88 - Minelvino trovador apóstolo

Jorge de Souza Araújo

Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz/EDITUS

89 - Cancioneiro do cacau 2ª edição

Cyro de Mattos

Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz/EDITUS

90 - A História de Alagoas e o Baixo São Francisco

Moreno Brandão

Editora da Universidade Federal de Alagoas/EDUFAL

91 - A História das Idéias de Paulo Freire e a Atual Crise de Paradigmas

Afonso Celso Scocuglia

Editora da Universidade Federal da Paraíba/EDUFPB

92. O Holocausto

Pedro Américo Figueiredo de Melo

Editora da Universidade Federal da Paraíba/EDUFPB

93 - A Praia - Espaço da Sociabilidade

Thales de Azevedo

Editora da Universidade Federal da Bahia/EDUFBA

94 - História dos Mares da Bahia

Cyro de Mattos (Org.)

Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz/EDITUS

95 - José Dantas de Andrade, Dantinhas, Zé das Antas: um olhar sobre o campo e a cidade

Jorge de Souza Araujo

Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz/EDITUS

96 - Gregório de Matos e Guerra: uma re-visão biográfica

Fernando da Rocha Peres

Editora da Universidade Federal da Bahia/EDUFBA

97 - Margarida, Margaridas

Ana Paula Romão de Souza Ferreira

Editora da Universidade Federal da Paraíba/EDUEPB

98 - O Anjo da Morte contra o Santo Lenho: poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia

Isnara Pereira Ivo

Edições UESB

99 - O Sábio e a Floresta: A extraordinária aventura do alemão Fritz Müller no trópico brasileiro

Moacir Werneck de Castro

Editora da Universidade Estadual da Paraíba - EdUEPB

100 - A província

Tavares Bastos

Editora da Universidade Federal de Alagoas - EDUFAL

EU

Este livro foi diagramado pela Editora da UFPB em 2017,
utilizando a família da fonte Minion Pro e Stag. Impresso em papel
Pólen Soft 80 g/m² e capa em papel Supremo 250 g/m².

Desde 1983, anualmente, os trabalhadores (as) do campo relembram, no dia 12 de agosto, a figura de Margarida Maria Alves, ao mesmo tempo, que denunciam a impunidade dos seus assassinos, a renitente violência no campo, em meio aos discursos em defesa da Reforma Agrária, instituindo o dia 12 de agosto como o *Dia Nacional Contra a Violência no Campo e pela Reforma Agrária*.

Nas palavras de Soledade Leite, seu legado vai além e, soma a outros: “Antes da morte de Margarida Alves, antes dos seminários do CENTRU, antes da luta integrada aos movimentos da CUT e dos sindicatos, nós também não sabíamos o que era nossos direitos. A gente tinha que curvar a cabeça, a gente vivia de cabeça baixa, curvada perante a sociedade. Agente não se sentia mulher, porque a gente só fazia o que o povo queria. A gente obedecia a pai, a gente obedecia a patrão, a gente obedecia a marido, e era aquela coisa, a mulher tinha que baixar a cabeça em tudo, até nossos próprios pais passavam aquela imagem pra gente e dizia que na hora do casamento a mão da mulher ficava por baixo, e a mão do marido ficava por cima, porque a mulher ela tinha que ser submissa ao marido, toda hora a mulher tinha que ser a outra metade, mas a metade inferior do homem, e hoje, a gente sabe que não é isso”. E assim, do pé que plantou uma Margarida, muitas Margaridas nasceram...

Ana Paula Romão de Souza Ferreira

Maria da Soledade Leite

ISBN 978-85-237-1274-7



9 788523 712747